



**Dissertação de Mestrado de Estudos Avançados em Arquitectura**

## **IDENTIDADE URBANA**

**O Centro Histórico de Toledo**

**Autor: Diana Patrícia Neves Rosa**

**Orientação Científica: Prof. Dr. Luis Conceição**

2012

**DIANA PATRÍCIA NEVES ROSA**

**IDENTIDADE URBANA: O CENTRO HISTÓRICO DE  
TOLEDO.**

Dissertação defendida em provas públicas no Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes, no dia 24/09/2012 perante o júri nomeado pelo Despacho de Nomeação nº. 03/2012, com a seguinte composição:

Presidente:

Prof. Doutor Miguel João Mendes do Amaral  
Santiago Fernandes (Professor Associado,  
ISMAT e Professor Auxiliar, UBI)

Arguente:

Prof.<sup>a</sup> Doutora Ana Paula Parreira Correia  
Rainha (Professora Auxiliar, ISMAT)

Orientador:

Prof. Doutor Luís Filipe Pires Conceição  
(Professor Associado, ISMAT)

**Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes**

**Portimão**

**2012**

## Índice

1. <b>Resumo</b> .....	p.6
2. <b>Introdução</b> .....	p.8
3. <b>A Identidade</b>	
1. Definição de identidade – conceitos e teorias.....	p.11
2. A identidade nos centros históricos.....	p.13
3. A identidade consoante o lugar.....	p.23
4. Identidade: estática ou evolutiva?.....	p.24
5. Preservação da identidade.....	p.28
4. <b>Os Centros Históricos</b>	
1. O centro histórico na cidade.....	p.44
2. Os centros históricos e uma nova vida nas cidades.....	p.48
3. O património e a imagem do centro histórico.....	p.50
4. O papel do turismo nas cidades e centros históricos.....	p.52
5. A nova realidade alegórica das cidades.....	p.53
6. Consequências da nova composição urbana.....	p.55
5. <b>O caso do Plan Especial del Casco Historico de Toledo</b>	
1. Contexto .....	p.58
2. Introdução.....	p.64
3. Toledo e o seu território.....	p.68
4. Análise e morfologia da cidade.....	p.69
5. Os valores patrimoniais da sobreposição de culturas.....	p.75
6. Tipologias do espaço público.....	p.80
7. Actividades e funções.....	p.82
8. Toledo e a sua transformação ao longo do tempo.....	p.84
9. Dinâmica populacional.....	p.88
10. Processo de elaboração do plano.....	p.89
11. O plano do centro histórico de Toledo na cultura de reabilitação.....	p.89
12. Método do P.E.C.H.T.....	p.90
13. Proposta.....	p.95
a. O processo de planeamento.....	p.98
b. Organização de tráfego e peões.....	p.101
c. Organização de actividades e funções.....	p.103
d. Reactivação do uso residencial.....	p.104
e. Características das parcelas e da edificação residencial.....	p.107
f. Dinâmica de crescimento.....	p.110
g. Colina, rio e paisagem.....	p.110
h. As funções principais e os grandes equipamentos.....	p.113
i. Espaços verdes/ praças/ pátios.....	p.114
j. Reabilitação prioritária do sector residencial.....	p.115
k. O avanço do plano.....	p.118
<b>Considerações finais</b> .....	p.120
<b>Bibliografia</b> .....	p.122

## Índice de Imagens

Img. 3.1 - Carnide – Núcleo histórico	p.19
Img. 3.2 - Carnide - Envolvente urbana ao núcleo	p.20
Img. 3.4 – Praça Rodrigues Lobo, Leiria	p.22
Img. 3.3 - Praça do Rossio, Baixa, Lisboa	p.22
Img. 3.5 - Palácio Nacional e Mosteiro de Mafra	p.22
Img. 3.6 - Largo da Oliveira, Guimarães	p.22
Img. 3.7 - C.C. Colombo – Lisboa	p.27
Img. 3.8 – Baixa, Lisboa	p.27
Img. 3.9 - Revolta do Gueto de Varsóvia	p.36
Img. 3.10 - Ruínas de Varsóvia	p.36
Img. 3.11 - Chiado - Antes do incêndio	p.38
Img. 3.12 - Chiado - Depois do incêndio	p.38
Img. 4.1 - Kreuzberg, Berlin	p.46
Img. 4.2 – Kreuzberg, Berlin	p.46
Img. 4.3 – Kreuzberg, Berlin	p.46
Img. 4.4 - Via Apia	p.47
Img. 4.5 - Museu – Casa de Vitor Hugo, Le Marais – Paris	p.47
Img. 4.6 - Le Marais – Paris (ano 1600)	p.48
Img. 5.1 – Antequerella	p.61
Img. 5.2 - Puerta Alarcones	p.61
Img. 5.3 - Puerta Nueva de Bisagra	p.61
Img. 5.4 - Telhados de Antequerella	p.61
Img. 5.5 - Cobertizos	p.38
Img. 5.6 – Cobertizos	p.38
Img. 5.7 – Calle de la Trinidad, Cobertizos	p.46
Img. 5.8 – Cobertizos	p.46
Img. 5.9 – Puente de San Martin	p.46
Img. 5.12 - Plaza Zocodover	p.47
Img. 5.11 - Calle Santa Ursula	p.47
Img. 5.10 – Colegio de Doncellas	p.48
Img. 5.11 - Calle Santa Ursula	p.61
Img. 5.12 - Plaza Zocodover	p.61
Img. 5.13 - Museo Santa Cruz	p.61
Img. 5.14 - Escaleras de San Cristo	p.61
Img. 5.15 – Juderia	p.63
Img. 5.16 – Convento de la Concepción	p.63
Img. 5.17 - Toledo e o rio Tejo	p.69
Img. 5.18 - As características de Toledo e as suas qualidades especiais, mereceram especial atenção da parte de escritores, pintores, e do restante mundo das artes e formas de expressão cultural. Estas imagens são interpretações de El Greco, expostos na Galeria Nacional de Arte de Chicago, e no Metropolitan Museum of Art, N.Y.	p.72
Img. 3.20 - Plaza del Conde de Fuensalida	p.73
Img. 3.21 - Hospital de Santa Cruz – Toledo	p.74
Img. 3.22 - Puerta de Bisagra	p.74
Img. 3.23 - Teatro Rojas	p.74
Img. 3.24 - Escuela de Artes y Oficios	p.74
Img. 5.25 – Janela Toledana	p.79
Img. 5.26 - Calle la Plata	p.79
Img. 5.27 – Plaza San Nicolas	p.80
Img. 5.29 - Vista aérea – Toledo (anos 30)	p.80
Img. 5.28 – Janela Toledana	p.86
Img. 5.30 – Telhados de Toledo	p.92
Img. 5.31 – Escadas Recaredo, Toledo	p.112
Img. 5.32 – Escadas Mecânicas Recaredo, Toledo	p.112
Img. 5.33 – Topo das Escadas Mecânicas Recaredo	p.112

Img. 5.35 – Escadas Mecânicas Recaredo, Toledo	p.112
Img. 5.34 – Escadas Mecânicas Recaredo, Toledo	p.112
Img. 5.36 – Espaços a reabilitar na frente ribeirinha	p.115

## Índice de Gráficos

Gráfico 5.1 – População no centro histórico, 1991	p.88
Gráfico 5.2 – População na restante cidade, 1991	p.88
Gráfico 5.3 – comprimento das fachadas	p.108
Gráfico 5.4 - Área das habitações	p.108
Gráfico 5.5 - Estado de conservação da edificação	p.109

## Índice de Figuras

Fig. 5.1 - Mapa de Espanha – Localização de Toledo	p.58
Fig. 5.2 – Plano de Coello-Hijón em 1858 - é um exemplo que reflete as dificuldades que o centro histórico apresenta à sua interpretação. A topografia, os traçados labirínticos, grandes edificações, etc. O P.E.C.H.T. <sup>1</sup> procurou seccionar estas características para conseguir uma interpretação correcta destas interrelações físicas e funcionais, principalmente no que respeita aos eixos principais.	p.71
Fig. 5.3 - Os grandes monumentos que ocasionalmente se apoderam do espaço público, criam pinturas que se opõem às fachadas cegas perfuradas pelos portais e através dos quais se vislumbram corredores que conduzem aos pátios	p.75
Fig. 5.4 - As edificações que se foram sobrepondo ao longo do tempo criando uma complexa estrutura, e igualmente questões no que diz respeito à propriedade de cada um.	p.75
Fig. 5.5, Fig. 5.6 - A realidade topográfica traduz-se em plataformas edificadas, onde se pode observar os muros de separação	p.75
Fig. 5.7 - Vestígios pré-islâmicos	p.77
Fig. 5.8 - Toledo Islâmico e Judeu	p.77
Fig. 5.9 - Toledo Cristão	p.77
Fig. 5.10 - Permanências da trama muçulmana	p.77
Fig. 5.11 - Croquis da fase Judia em Toledo, no século XIV	p.79
Fig. 5.12 – Tipologias do espaço público, Toledo	p.81
Fig. 5.13 – Eixos funcionais dominantes	p.83
Fig. 5.14 – Actividades e Funções	p.83
Fig. 5.15 – Transformações urbanas entre 1901 e 1994	p.87
Fig. 5.16 – Vistas	p.90
Fig. 5.17 – Casas pátio características	p.93
Fig. 5.18 – Os pátios que também constituem zonas de respiração no centro histórico	p.93
Fig. 5.19 - Casa pátio. Estado	p.94
Fig. 5.20 - Casa Romana. Séc III a.C.	p.94
Fig. 5.21 - Casa grega. Séc II a.C.	p.94
Fig. 5.22 - Monumentos de Toledo, Julio Baroja	p.96
Fig. 5.23 – Estruturas morfológicas	p.96
Fig's 5.24 .- <i>Rutas de Toledo</i>	p.96



Fig. 5.25 – Toledo antigo	p.98
Fig. 5.26 – Toledo antigo	p.98
Fig. 5.27 – Esquema de protecção de paisagem e vistas	p.100
Fig. 5.28 – Usos	p.100
Fig. 5.29 – Esquema viário do PECHT	p.102
Fig. 5.30 - infraestruturas e serviços	p.103
Fig. 5.31 - Acessos	p.105
Fig. 5.32 – Eixos existentes e pólos de nova Dinamização	p.105
Fig. 5.33 – Avaliação dos Sectores de reabilitação	p.106
Fig 5.34 – Esquema de espaços livres	p.106
Fig. 5.35 - Esquema de equipamentos	p.107
Fig. 5.36 – Planta de alturas	p.107
Fig. 5.37 - Sectores de reabilitação integrada	p.111
Fig.5.38 – Equipamentos propostos	p.114
Fig. 5.39 - Espaços livres de edificado	p.114
Fig. 5.40 – Proposta de reabilitação residencial. O antes e depois das fachadas	p.116
Fig. 5.41 – Restauro com adição de volumes.	p.117
Fig. 5.42 – Demolição de elementos e realização de novas plantas	p.117

### Agradecimentos

Aos meus pais por tornarem possível o meu percurso, ao professor  
Luís Conceição pelos ensinamentos que partilhou comigo e por  
acreditar no meu trabalho.

## Resumo

A identidade e contemporaneidade são dois dos aspectos fundamentais para a reabilitação arquitectónica e espacial. A primeira, porque nos remete para as componentes que caracterizam o lugar. A segunda porque constitui, entre outras coisas, algumas respostas para as necessidades da vivência quotidiana.

De que forma um conceito não ofusca o outro? Principalmente quando se trata de tentar incorporá-los num centro histórico, que habitualmente imaginamos como um ponto antigo da cidade, com uma imagem clássica e conservadora. Será que a identidade e a contemporaneidade conseguem conviver, promovendo a revitalização e a reutilização dos centros históricos das nossas cidades?

Neste trabalho, pretende-se aprofundar o que é realmente a identidade na cidade, quais os parâmetros a seguir para mantê-la aquando de uma reabilitação, e de que forma pode co-habitar com as necessidades contemporâneas, sendo posteriormente analisada a realidade do centro histórico de Toledo.

Este é um centro histórico bastante singular, com grandes potencialidades de ser vivido, dentro das circunstâncias que o envolvem. A sobreposição de culturas, e a derradeira influência árabe e judaica na arquitectura e na malha urbana deste local, conferem ao centro histórico uma identidade ainda mais peculiar e única.

Este lugar será, portanto, objecto de investigação, realizando-se uma caracterização intensiva das suas componentes identitárias, tanto a nível arquitectónico e urbano, como social e económico. Esta investigação tem como base o maior e mais completo plano alguma vez realizado para Toledo, pela equipa espanhola liderada pelo arquitecto Joan Busquets. Diagnosticadas as patologias, serão reveladas as propostas que visam melhorar o comportamento sustentável deste centro histórico, procurando também uma nova e fortalecida relação com a restante cidade de Toledo.

Palavras Chave: identidade; autenticidade; reabilitação; centro histórico; Toledo

## 2.Introdução

## Introdução

A reabilitação e reutilização de edifícios, lugares, é uma actividade cada vez mais praticada. Por várias razões. Uma delas deve-se ao facto de as cidades estarem cada vez mais sobrelotadas, e em grande parte delas, o espaço que resta para construir algo novo, é mais escasso. Opta-se por reutilizar áreas abandonadas, com pouca actividade, ou simplesmente desadequadas ao nosso quotidiano.

Outra das razões prende-se com a perda de identidade e de características que se observou ao longo de algumas décadas, numa época em que a industrialização, e posteriormente, a globalização, influenciaram os movimentos arquitectónicos e ajudaram a tornar a arquitectura e a imagem dos lugares muito mais homogénea entre si.

Procura-se resgatar algumas dessas características então perdidas. Valoriza-se o original, e o autêntico.

A terceira de várias razões existentes para justificar o acto de reabilitar, tem a ver com o facto de existir uma crescente preocupação no que diz respeito à manutenção dos edifícios históricos, dos monumentos, e de lugares que simbolizam pontos importantes nas cidades e noutros locais. Manutenção essa que fora muitas vezes negligenciada, levando edifícios históricos e patrimoniais a muito mau estado. Uma vez por falta de meios, outras devido a preocupações distintas e tendências artísticas que deixariam um pouco de parte os valores patrimoniais.

É muito natural que, no que diz respeito a edifícios, estes tenham sido construídos segundo outras aspirações que não as actuais, ou simplesmente as necessidades quotidianas fossem diferentes. O modo de vida e as actividades eram distintas das que acontecem hoje em dia.

A arte e a arquitectura são feitas pelo ser humano, e tal como ele, estão em constante mutação. Uma vez que a sociedade e as necessidades se alteram, os espaços e os edifícios também deverão estar sujeitos à mudança, mesmo quando se trata de reabilitação.

Estas considerações aplicam-se igualmente no que diz respeito aos centros históricos, que serão objecto de estudo nesta investigação. Actualmente, muitos centros históricos estão sem vitalidade, ou unicamente destinados ao turismo. E é no sentido de contrariar esta tendência que se promove a análise e intervenção nestes lugares. Estes devem consistir em espaços aprazíveis, e que tenham uma contribuição activa no bem estar e no desenvolvimento do resto da cidade.

O centro histórico é olhado como ponto caracterizante de uma cidade, ou que diga respeito à sua génese, encontrando nele muitas vezes os aspectos que contribuem

para a identidade de uma cidade. A identidade não se situa num campo oposto à evolução, e é importante que se compreendam os aspectos que contribuam para enriquecer um centro histórico, e os que podem vir a contribuir para o seu desenvolvimento de forma benéfica e eficaz.

Este trabalho surge como tentativa de entender qual a melhor forma de intervir na cidade e em particular no centro histórico. Mas para isso ter-se-à que abordar previamente alguns dos conceitos fundamentais para que se proceda a uma intervenção correcta e autêntica.

Em primeiro lugar será abordada a questão da identidade. A sua definição, a sua importância, e o seu papel na cidade actual. No decorrer deste capítulo será integrada também a problemática da sua relação com a contemporaneidade, uma vez que ambas têm um papel fundamental na cidade. Há que perceber quais são os aspectos importantes da contemporaneidade, o seu valor nas cidades, nos centros históricos, e de que maneira esta consegue conviver com a identidade de forma saudável.

O caso de estudo desta investigação será o centro histórico de Toledo. Este local foi alvo de vários estudos ao longo do tempo. Mas quando o abandono da população e a degradação de alguns lugares atingiu um ponto preocupante, a Câmara Municipal de Toledo, juntamente com outras entidades públicas e privadas, uniram-se na tentativa de resolver este problema, e devolver ao centro histórico de Toledo a dignidade e vitalidade que este merecia. Posto isto, Joan Busquets e a sua equipa, realizaram o PECHT, *el Plan Especial del Casco Histórico de Toledo*, sendo este o estudo mais aprofundado e completo que alguma vez fora produzido neste lugar, e que serve como exemplo nesta investigação. Centro histórico este, que tem particularidades e generalidades únicas e incomparáveis a qualquer outro, devido à sua acumulação de influências religiosas e culturais.

Será realizada uma caracterização daquilo que o define, quer a nível arquitectónico, quer a nível social, urbano, cultural, e económico. Serão abordadas estratégias e propostas deste plano especial, que visam actualizar o centro histórico de Toledo, respondendo às necessidades fundamentais para que seja novamente vivido integralmente.

### 3. Identidade Urbana

## 1. Definição de Identidade – Conceitos e teorias

A identidade é um valor fundamental para que se realize uma intervenção correcta e coerente. Antes de mais, é necessário tentar defini-la.

É essencial começar por mencionar a história de controvérsias que existem por trás do mesmo, visto que é um conceito que não possui apenas uma definição, como se defendia inicialmente. Aristóteles promoveu a teoria de que a identidade é a unidade da substância. A construção da identidade também é reflectida pelo simbolismo. Além disto o seu conceito diz respeito também à forma como se apreende a realidade e à sua interpretação, dado que é um processo de representações simbólicas, o acto de entendimento da sua própria definição no mundo.

A identidade faz parte principalmente da génese dos lugares, mas também da evolução e das consequências que dessa génese advêm.

Um lugar identifica-se através de várias vertentes. E todas elas unidas formam um todo, que faz com que os lugares se distingam entre si. Porque é esse o valor fundamental da identidade, e é isso que deve ser analisado em primeira instância quando procuramos por ela. Quais são as características que fazem com que um lugar seja diferente de todos os outros?

Aristóteles defendia que: *“Em sentido essencial, as coisas são idênticas do mesmo modo em que são unidade, já que são idênticas quando é uma só matéria (em espécie ou em número) ou quando a substância é uma. É, portanto, evidente que a identidade de qualquer modo é uma unidade, seja porque a unidade se refira a uma única coisa, considerada como duas, como acontece quando se diz que a coisa é idêntica a si mesma”*.<sup>1</sup>

Tal como o Homem que enquanto ser social, distingue-se em relação aos demais que também fazem parte da sociedade. Ao optar por uma religião, profissão, estado civil, e por aí adiante, o Homem está a definir-se e a construir a sua identidade social. Enfim, a identidade é um aglomerado de factores que permitem distinguir coisas, pessoas e lugares.

Manuel Castells também tem uma teoria que aborda questões bastante pertinentes no que diz respeito à identidade. Começa por defender que *“entende-se por identidade, a fonte de significado e experiência de um povo”*<sup>2</sup>.

Para ele, uma coisa ou um indivíduo pode ter identidades múltiplas, ou múltiplos papéis, que não são necessariamente a mesma coisa. Uma coisa é o seu significado

---

<sup>1</sup> Aristóteles apud Abbagnano, 1982, p. 503

<sup>2</sup> CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade* – Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa (2007) p.2



outra são os seus objectivos. Os papéis são basicamente as normas culturais, ou que, aos olhos da sociedade, são os requisitos a obedecer por aquilo que nos rodeia. As identidades, por sua vez, são as fontes de significado que as coisas têm. É o processo de individualização que torna tudo distinto e singular. *“Em termos mais genéricos, pode dizer-se que as identidades organizam os significados enquanto os papéis organizam as funções”*<sup>3</sup>.

Castells defende que existem quatro tipos de identidade. A primária, a legitimadora, a de resistência, e a de projecto.

Identidade legitimadora, é desenvolvida pelas entidades dominantes da sociedade, com o objectivo de alastrar e racionalizar o seu controlo sobre os actores sociais.

Identidade de resistência, manifesta-se através dos actores que estão em situações desfavoráveis ou estigmatizadas pelas entidades dominantes, delineando desta forma, caminhos de resistência e sobrevivência baseados em fundamentos diferentes dos que se interpõem na sociedade em geral. É um tipo de construção de identidade que gera a formação de comunidades, e é provável que seja o exemplo de identidade mais importante no mundo actual.

Identidade de projecto acontece quando os actores sociais, tirando vantagem de qualquer género de material cultural à sua disposição, geram uma nova identidade, que possa fazer uma nova definição do seu papel e da sua posição na sociedade, contribuindo para a mutação da estrutura social.

É bastante natural que as identidades que surgem como resistência podem resultar em fortes mudanças na sociedade e no mundo. *“De facto, a dinâmica de identidade ao longo desta sequência evidencia que, nenhuma identidade pode constituir uma essência, e nenhuma delas encerra, por si só, valor progressista retrógado se estiver fora do seu contexto histórico. Uma questão diversa e extremamente importante diz respeito aos benefícios gerados por cada identidade, para as pessoas que a incorporam”*.<sup>4</sup>

Manuel Castells defende ainda que *“cada tipo de processo de construção de identidade leva a um resultado distinto quanto à constituição da sociedade”*<sup>5</sup>

A identidade legitimadora inicia uma sociedade civil, e uma panóplia de organizações e actores sociais que reproduzem identidade racionalizadora das bases de dominação estrutural.

---

<sup>3</sup> CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade* – Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa (2007) p.3

<sup>4</sup> CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade* – Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa (2007) p.5

<sup>5</sup> Idem

O que define a identidade também é saber, tanto o que se fez, como o porquê de se ter feito. O que também é aplicável ao presente. Porque a identidade não pertence só à história, como também acompanha a evolução e o tempo.

É um conjunto de elementos que permite distinguir pessoas, edifícios, lugares. A sua construção baseia-se no aproveitamento de matéria-prima fornecida pela geografia, história, clima, pela memória colectiva, religião e ambições de uma comunidade.

Toda essa matéria é processada pelos indivíduos e grupos sociais, que organizam o seu significado em prol de tendências e projectos culturais pertencentes a cada lugar.

## **2. A identidade nos Centros Históricos**

O reforço da identidade da arquitectura contribui bastante para o aumento da competitividade económica e cultural do local, assim como a sua valorização. É muito importante expressar a identidade de um lugar através da arquitectura, e muitas vezes existem características diferenciadoras que são facilmente identificadas. Estas características assentam fundamentalmente na morfologia do espaço. O quarteirão, o ritmo, a dimensão das ruas.

No caso dos centros históricos, em especial, é importante incorporar estes elementos da arquitectura existente num novo projecto. Ao mesmo tempo, na nova obra devem ser implementadas formas e funções, que constituem as características contemporâneas necessárias à vivência, às necessidades e exigências dos dias que correm. A imagem da arquitectura, não só vai dar continuidade, como reforçar a identidade de um local, de maneira a este ser cada vez mais distinto e original. É portanto essencial que, primeiro se entenda a identidade, para depois ser desenvolvida a imagem apropriada.

A harmonia entre o contemporâneo e o tradicional implica fazer a junção da vivência cosmopolita e a valorização da identidade colectiva. É igualmente importante salientar que a cidade, assim como os seus centros históricos, não tem que ser atraente só para os habitantes permanentes, como também para os visitantes. O objectivo é criar dinâmica espacial e social, movimento, e vida.

Só assim são fornecidos os meios para sustentar um centro histórico, e só assim faz sentido que este permaneça em constante investimento, pois o centro histórico 'monumento' não é suficiente, retirando a devida importância que este teve outrora, e

que pode continuar a ter, não só a nível de qualidade de vida, como de reforço das relações socio-culturais.

Isto leva-nos a perceber cada vez melhor que, quando falamos em reabilitação e intervenção, não estamos limitados ao espaço privado, como temos que alargar as perspectivas ao espaço público, pois é a partir deste que tudo nasce, e tudo se transforma.

No exemplo de Toledo, o centro histórico está bem definido. As fronteiras deste local são plenamente perceptíveis por várias razões, entre elas, a paisagem urbana, as vias, as dimensões dos espaços, a linguagem arquitectónica, e, não menos importante, a organização do espaço público e a malha urbana. Na verdade, quando saímos do centro histórico, percebemos claramente que a definição do espaço não obedece aos mesmos padrões.

Deve-se incorporar o novo desenho sem renegar o passado, de modo a instaurar uma nova ideia, um novo significado. A requalificação do espaço e do edifício deve ter presente a sua projecção na cultura da sociedade local, e no futuro da mesma.

É bastante vulgar que se caia na tendência de fazer arquitectura moderna que pode ser considerada arquitectura internacional. O espírito da época é o conteúdo essencial que incorpora a arquitectura moderna em termos denotativos.

Com o aparecimento da era industrial, enquanto época de mudança, a prioridade e importância dada aos monumentos históricos alterou-se. A revolução industrial chocou contra os modelos de produção tradicional e criava então uma barreira enorme gerando dois períodos completamente distintos da arte e da criatividade humana. Basicamente, era a divisão que separava o monumento histórico da época da modernidade. Nesta altura, a arte começara a afastar-se dos antiquários.

Os conjuntos históricos, sejam eles, bairros, centros ou núcleos, podem responder à função entregue ao urbanista ou ao arquitecto, de elaboração de uma escala de intervenção dirigida à cidade moderna com várias centenas de milhares de habitantes. Sendo a sua forma fragmentada, ou de núcleo, ou de união, eles podem ir de encontro à actualidade. Mesmo quando olhamos para a sua escala percebemos que a mesma os define como prontos a ocupar a desempenhar a função de uma nova identidade espacial. Desde que, claro, não sejam implementadas, nestes locais, actividades ou práticas incompatíveis com a definição do espaço, estes antigos tecidos urbanos aparecem com dois benefícios muito importantes. Além da existência dos monumentos históricos e de todo o património, há também os valores culturais, tradicionais e pedagógicos, sendo estes impulsionadores à criação de novas configurações do espaço.

Devido à metamorfose constante do mundo moderno, assistimos à alteração ou mesmo à perda da identidade em algumas cidades. Entramos numa fase em que muito parece igual, e em que é difícil conhecer a génese dos lugares. A tradição e a cultura perdem-se em prol do desenvolvimento. Para além do desconhecimento que se tem gerado sobre as técnicas e práticas ancestrais, uma das principais causas para este efeito é sem dúvida a globalização.

E isso reflete-se no urbanismo. A preferência pela diferença é cada vez menor, e observam-se intervenções bastante semelhantes, independentemente do ponto geográfico onde as mesmas decorrem. A necessidade do rápido crescimento económico também contribuiu para esta situação que se foi alastrando. Nas últimas décadas, muitos lugares foram perdendo a sua especificidade, e outros deles tornaram-se simplesmente 'não-lugares'. E Marc Augé coloca a questão da antropologia e da contemporaneidade. Segundo Flávia Rieth, numa análise sobre a problemática desenvolvida por Augé, *“Os não-lugares, produtos da contemporaneidade, opõem-se à noção de lugar antropológico, designado desde Mauss por uma tradição fundada na ideia de totalidade. O lugar antropológico, mais do que o lugar do encontro do antropólogo com o nativo, é como a segunda natureza deste último. Nele os nativos vivem, celebram sua existência, residem, trabalham, guardam as suas fronteiras. Esse lugar foi escolhido pelos ancestrais, é o lugar dos descendentes, um lugar a ser defendido”*.<sup>6</sup>

É importante que se entendam as questões da imagem, da estética, da arquitectura histórica como origem de um perfil característico de cada núcleo, e de cada cidade, além dos valores patrimoniais, urbanos e sociais.

Em 1959, surge um dos primeiros estudos sobre o que é a paisagem urbana, a maneira de a ver e de a conhecer, sem recorrer ao senso comum. Gordon Cullen entende que a paisagem urbana *“é a reunião dos elementos que concorrem para a criação de um ambiente, desde os edifícios aos anúncios, ao tráfego, passando pelas árvores, pela água, por toda a natureza (...) a cidade é antes de mais, uma ocorrência emocionante no meio ambiente”*<sup>7</sup>. Cullen procura alcançar uma sabedoria formal, dentro da arte observável na paisagem.

Segundo Cullen, são três os aspectos importantes para ler a paisagem urbana. A óptica e o movimento, ou seja, a maneira como vemos o que está à nossa frente, e o que nos é transmitido por essa visão. O segundo aspecto são as imagens existentes que poderão dar origem a imagens que surgem inesperadamente, fazendo com que as mesmas tenham um leque alargado de sentidos, e mais que uma maneira de

<sup>6</sup> RIETH, Flávia. *Não Lugares*, Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 1, n. 2, jul./set. (1995) p. 270-271

<sup>7</sup> CULLEN, G. Ob. Cit. (1993) p.135

comunicar. E o terceiro aspecto é a localização do objecto. O local onde nos encontramos também nos difere, e o mesmo acontece com a arquitectura. Este aspecto também faz parte das características de uma obra, independentemente do seu resultado ser positivo ou negativo. O espaço urbano, é um espaço em movimento.

Fala-se agora dos não-lugares, ou da perda do lugar. Começa a deixar de existir o tradicional lugar urbano, e o que antes eram pontos de referência, hoje são lugares vazios, sem vida, dispersos e abstractos. A aposta em centros comerciais deixa o comércio tradicional para segundo plano, retirando as pessoas das ruas, das praças, das cidades. Assim como as redes de infra-estruturas mais avançadas, que propiciam uma saída dos sítios tão rápida quanto a sua entrada.

O ambiente que se vive nos dias de hoje já não tem a característica 'local' que tinha outrora. E essa é uma das razões para que os centros históricos sejam os pontos mais importantes de uma cidade. Talvez não a nível de infraestruturas, mas a nível arquitectónico, cultural, tradicional, ambiental, paisagístico, etc. A perda do lugar conduz a cidade a um ambiente desorientado, triste, e sem identidade.

Uma das pessoas que defende que as cidades terão inevitavelmente de passar por um processo de congestão e de verticalidade, adquirindo uma nova identidade, é Rem Koolhaas. Segundo este, a cidade genérica é real e funciona. É um tipo de cidade congestionada, uma cultura do novo século que se transforma num valor fundamental, e numa consequência inevitável. Mas vejamos: um exemplo bastante consolidado deste tipo de cidade encontra-se na Ásia, onde a demografia elevada e uma determinada cultura permitiram a importação do modelo de verticalidade produzido no Ocidente, nomeadamente nos países americanos, e a sua transformação em algo mais radical.

No caso de Singapura, procedeu-se à completa remoção de todos os sinais de autenticidade e de identidade. São cidades sem história, constituídas pela contemporaneidade total. Em outros pontos do planeta também se assistiu a uma explosão da cidade genérica, e muitas parecem ter um funcionamento consolidado, mas no caso da Europa, será que isso resultaria?

Na Europa, que é dez vezes mais densa que os Estados Unidos da América, a congestão é um conceito até agora evitado. Ainda predomina o conceito de cidade horizontal, à qual os europeus se habituaram. Enquanto nas cidades congestionadas se observa uma cultura do novo século, nas cidades europeias ainda se mantêm muitos dos valores clássicos e antigos, que lhe atribuíram a sua identidade. E em Portugal, essa cultura manifesta-se em grandes proporções, principalmente no que diz respeito às cidades mais antigas e mais tradicionais.

São as particularidades e os pormenores que fazem com que uma cidade seja reconhecida, para além, claro, dos elementos históricos.

Como defende Norberg-Schulz, “*o ambiente moderno já não tem carácter local (...) visitando um lugar captava-se imediatamente o seu carácter essencial, desvanece-se o sentido de presença e, portanto, a sensação de estar num lugar em vez de outro. A perda de definição figurativa do espaço urbano e do carácter local concorre para a perda do lugar. Esta leva à perda de orientação e de identificação, ou seja, à perda do habitar*”<sup>8</sup>. A arquitectura funcional e moderna, pode criar um afastamento com os valores do local. E é importante que se consiga trazer de novo os espaços públicos definidos e figurativos, que promovem um ambiente especial, característico e peculiar.

O abstracto depende da materialidade. E isso dá uma extrema importância ao que os arquitectos e urbanistas podem fazer pela cidade, e em particular pela cidade histórica. Schulz defende que se intervenha recuperando algumas das linguagens perdidas, ajustando-as aos tempos que decorrem.

Há que reaprender e conhecer a arquitectura novamente. E os centros históricos são a ‘mãe natureza’ da cidade. Esta definição faz-se sentir nos habitats públicos e privados, no âmbito do espaço público, dos edifícios, da casa. E o ser humano tem uma necessidade de pertença.

Segundo Schulz, o estudo da arquitectura pode ser condensado em morfologia, topologia, e tipologia. O que se entende aqui por morfologia prende-se à maneira como a forma é realizada, a topologia diz respeito à ordem espacial e manifesta-se como a sua organização, e a tipologia exprime-se num lugar colectivo às diferentes maneiras de apropriação, assim como às memórias.

Entender a identidade no centro histórico é fundamental de maneira a que se consiga escolher a forma mais eficaz de actuar aquando a reabilitação. Portanto é importante que se esclareça o que é realmente a identidade, e de que maneira esta se relaciona com o centro histórico, e com a qualidade urbana.

Segundo Bernard Feilden “*...Um edifício histórico é aquele que nos proporciona um sentimento de admiração e nos faz querer saber mais sobre o povo e a cultura que o produziram. Ele possui valor arquitectónico, estético, histórico, documental, arqueológico, económico, social e também político e espiritual ou simbólico; mas o primeiro impacto é sempre emocional, porque ele é um símbolo da nossa identidade e continuidade cultural – uma parte da nossa herança...*”.<sup>9</sup>

Feilden e Jukka Jokilehto enunciam as componentes em que o património urbano pode ser dividido, sendo a primeira, a área do âmbito cultural, artístico, identitário e de

<sup>8</sup> Norberg – Schulz, Ob. Cit. (1993), p.28, 29.

<sup>9</sup> FIELDEN, Bernard. *Conservation of Historic Buildings*. pag.1

raridade, e a segunda área pertencente aos conceitos contemporâneos, à socioeconomia e à forma como se alteraram os usos dos espaços. Os valores culturais e identitários são, sem dúvida, os que mais se prendem ao campo emocional, às memórias, às tradições, aos mitos, às histórias alimentadas com o passar do tempo, sejam elas de que carácter forem.

Uma vez que a identidade evolui e se transforma ao longo do tempo, o facto de esta ser assumida ajuda bastante à reabilitação urbana. A ausência da mesma pode transformar uma intervenção num acto negligente e destrutivo.

As alterações que há mais de cinquenta anos se têm vindo a observar no campo material, produtivo e técnico, têm levado à perda da linguagem e da riqueza formal da arquitectura. E isto resultou de inúmeros projectos de reabilitação, renovação urbana e revitalização, que foram desenvolvidos sem conhecimentos, sem qualquer respeito pelos núcleos e centros históricos. Intervenções sem a devida consideração pela especificidade dos lugares, abrindo um enorme espaço à criação de elementos incompatíveis com estes locais, que os transformam de maneira desmesurada e sem função.

O que acontece muitas vezes é que não existe um planeamento das cidades a longo prazo, não existem objectivos concretos e ideias com força suficiente, para traçar um plano. E o facto de nem sempre se compreender a importância dos núcleos históricos como contribuinte para o reforço do restante organismo urbano, ajuda de forma negativa a que essa perda de identidade se faça sentir mais rapidamente.

Logicamente que os idealistas do produtivismo se sentirão ameaçados com a identidade e especificidade que constituem um centro histórico, pois consideram-no como um obstáculo ao capitalismo moderno, quanto mais não seja porque são intervenções que requerem muito tempo dispendido em investigação, e preocupação com alguns elementos de detalhe.

Existem no entanto locais onde é mais rápido e fácil compreender estas características tão fortes que dão identidade a um lugar, como é o caso dos centros com mais história, geograficamente e naturalmente fáceis de investigar.

Um dos países mais mencionados e cujo interesse é mais comum é Itália, onde Norberg-Shulz salientava o interesse pela problemática do estudo fenomenológico da arquitectura de cidades consolidadas. Cidades estas que transparecem toda a teoria e o conhecimento nelas empregue.

A *Carta di Gubbio* de 1960 fala deste desconforto e do receio existente pela perda dos elementos identitários nas cidades históricas, desenvolvida pela busca de homogeneidade e desqualificação da arquitectura, e resultando na degradação urbana.

Já na *Nuova Carta di Gubbio* realizada em 1990, é explícita a necessidade do desenvolvimento de conhecimento sobre a identidade histórica da cidade europeia.

Este assunto volta a ser abordado e reforçado na Carta Europeia dos Direitos à Cidade (1992), que dá ênfase à importância que se tem de garantir as características que atribuem reconhecimento à cidade, como reflexo de diversidade cultural, face aos desenvolvimentos e à rápida metamorfose do ambiente contemporâneo. A aparente necessidade, ou o interesse, em grandes estruturas, como as grandes urbanizações e edifícios de enorme porte, inserem a arquitectura actual numa linguagem homogénea e repetitiva, retirando-lhe o seu carácter. A imagem da cidade histórica deve sofrer regras de controlo, no que diz respeito à transformação e renovação do existente.

Mas naturalmente que, por entre outras coisas a identidade de um núcleo histórico seja identificada pelas formas e componentes físicos que definem as características da sua personalidade arquitectónica. Os centros históricos da cidade, são à partida, a primeira referência da sua identidade. Isto apesar de os centros históricos hoje em dia fazerem parte de uma minoria territorial no que diz respeito às grandes cidades, assim como a quantidade de edificado, que é proporcionalmente menor.

Pode-se dizer que os estes lugares são uma arca de memórias e tradições. É neles que são depositadas as coisas mais importantes de uma área urbana. Eles estão representados por um vasto leque de formas e materiais, sendo o espelho de uma sociedade evolutiva. A identidade urbana é a exaltação do carácter de uma área construída ou urbanizada.

Não é necessário que nos afastemos demasiado dos centros históricos para que se notem as diferenças entre os núcleos e restante cidade, e para que se perceba a barreira cultural, formal e sobretudo, a barreira do tempo, e da preocupação com aqueles que vão ser os habitantes, aqueles cujo espaço também lhes pertence.



Img. 3.1 - Carnide – Núcleo histórico





Img. 3.2 - Carnide - Envolvente urbana ao núcleo

O factor da noção de lugar, que inclui a ligação entre as características naturais e as características artificiais de uma cidade, poderá constituir um dos componentes mais importantes no traçado da identidade de um local, e tornar-se-á um dos factores mais resistentes à inevitável transformação e alteração urbanas. Cidades como Lisboa, Veneza, Paris, Porto, cuja referência de identidade é sustentada pela noção de lugar, pelo seu carácter morfológico e natural, pela sua base geográfica, pelo contexto e pela paisagem.

Esta noção da morfologia identitária tem constituído um valor muito importante na intervenção arquitectónica, sendo distinguido como um padrão consideravelmente estático e sem grandes mutações comparativamente aos restantes componentes, no que diz respeito à prática de um projecto. A busca pela contextualização, a procura pelas ajudas que nos podem ser oferecidas pelo lugar, têm representado fortes elementos na compreensão das identidades urbanas.

A identidade de um centro histórico está também relacionada com as metodologias e com os conceitos utilizados para a construção realizada à priori. E nesta noção incluem-se as técnicas escolhidas, os materiais, a mão-de-obra, a qualificação dos intervenientes no que diz respeito aos saberes e a época em que a construção foi realizada, para que também se entenda se a industrialização teve ou não influência. Além de outro factor importante constituído pelas restrições normativas, como o caso do RGEU, que impõe regras a serem obedecidas para salvaguarda, não só dos núcleos históricos, como de todo o tecido urbano.

A ideia de que cada uma das cidades é definida por uma identidade diferente, remonta-nos à sua origem. Sendo assim, existem as cidades museu, as cidades portuárias, as cidades industriais, cidades capitais, cidades religiosas, etc.

E a perda de identidade de uma cidade não tem necessariamente que estar relacionada com o desaparecimento de elementos físicos. Pode também ter que ver com transformações sociais, ou transformações funcionais. Caso disso são os bairros transformados em zonas quase somente destinadas a habitação, tornando-se em áreas puramente dormitórios.

Como diz Francesco Piccolo, o tema da perda de identidade, ou identidade em risco de perda, não só incorporou a controvérsia do antigo vs moderno, ou histórico vs não histórico. É necessária uma reflexão sobre os usos da cidade, a liberação de novas funções e conservação/transformação das já existentes. Fenómenos comuns como a terceirização dos centros das cidades mostram que a perda da identidade depende não apenas da perda ou alteração de funções. Adicione a isso a interferência de factores externos (a especulação financeira e imobiliária, e as leis de emergência especial, interesses económicos internacionais, etc) imposta sobre as comunidades locais mais vulneráveis, incapazes de proteger a sua identidade.

A identidade é um factor determinante para o reconhecimento de uma cultura. Não são poucas as vezes que se diz que as cidades históricas mantêm a sua importância a partir dos subúrbios. No âmbito identitário, o facto de existirem relações próximas entre as periferias e os centros históricos, acarreta vantagens notáveis.

Como afirma José Aguiar, *“O cenário identitário, com poucas referências históricas, dos subúrbios, pode induzir a redescoberta dos antigos ‘centros históricos’, onde prevalecem valores autênticos, ainda resistentes à massificação homogeneizadora da vida moderna. Esta referência, traduzida num auto-reconhecimento de pertença, pode constituir uma mais-valia, tanto no processo de afirmação regional (da comparação da cultura daquela cidade perante outras cidades, e das vantagens inerentes), como na recomposição das relações contextuais e funcionais entre centro e periferia.”*<sup>10</sup>

A autenticidade de um lugar histórico-urbano é grandemente estabelecida ou condicionada pela educação e pelos valores. O conceito de identidade de um centro histórico é muitas das vezes fortemente influenciada pelos saberes literários, artísticos, científicos, etc. Temos em Portugal alguns exemplos como o de Mafra, vila histórica com elevada relação a José Saramago.

A identidade de uma cidade pode ser esclarecida ao fazer a comparação das semelhanças ou dos contrastes, concluindo as similitudes e as diferenças históricas para com cidades com diferentes identidades. A identidade da Baixa em Lisboa consegue ser melhor compreendida se conhecermos Leiria, Mafra, ou Guimarães, por exemplo.

---

<sup>10</sup> AGUIAR, José. *Cor e Cidade Histórica*. FAUP, Porto (2005), p. 75



Img. 3.3 - Praça do Rossio, Baixa, Lisboa



Img. 3.4 – Praça Rodrigues Lobo, Leiria



Img. 3.5 - Palácio Nacional e Mosteiro de Mafra



Img. 3.6 - Largo da Oliveira, Guimarães

Quando se entendem todos os componentes, a identidade é posteriormente vivida com mais objectividade. A relação entre os sítios e os seus habitantes é muito relevante. As pessoas são os representantes da cidade, portanto o ambiente sociológico tem elevada importância. Esta conexão entre o habitante e o sítio por ele habitado é fulcral para que se percebam as transformações e intervenções que acontecem nestes locais. Logicamente que os espaços que mais contribuem para que este conceito e esta identidade se desenvolvam são de natureza pública ou colectiva, assim como também têm uma forte contribuição para a percepção da cidade. E quanto mais consistente e enraizada for a relação entre os habitantes de uma cidade, e com a cidade, mais forte é a imagem que é projectada para o exterior.

Em Portugal, Nuno Portas tem sido um dos intervenientes que mais tem insistido na importância da identidade e dos espaços públicos como elo de ligação entre os diferentes núcleos da cidade, sejam estes históricos ou não, velhos, novos ou periféricos<sup>11</sup>. É nestes espaços que se traduzem primeiramente os valores e as características de uma cidade, enquanto estrutura social e reflete o tipo de relação e conectividade entre o ser humano, o ambiente e a arquitectura do lugar. Segundo Lo

<sup>11</sup> Of. PORTAS, Nuno. *Os tempos e as formas, a cidade feita e refeita*. Ed. Universidade do Minho (2005)

Piccolo, a identidade pode ser lida como expressão da relação *civitas/urbism*, isto é, o reconhecimento da colectividade nos espaços e nas arquitecturas públicas, que são a sua expressão concreta e ao mesmo tempo simbólica; como relação entre o papel da cidade, ou melhor, da consciência de que deste papel possuem os cidadãos, e as formas físicas da própria cidade. Aquele sentimento, ao mesmo tempo individual e colectivo, que se instaura entre cada cidadão e a própria cidade.

Uma vez que o carácter urbano tem uma importante conexão com a identidade do centro histórico, a identidade de uma cidade é a forma como se a mesma, enquanto um modelo social, consegue exteriorizar as suas características através das formas tangíveis, situadas num determinado espaço de tempo, definindo a ligação entre os habitantes e o lugar no seio do respectivo âmbito cultural, presente assim como passado.

É nessa relação, mutável e dinâmica, da compreensão dos valores à constância do património, num rígido relacionamento que se mantém ao longo do tempo entre a antiguidade de uns monumentos e a brevidade de outros, que se adquire uma maior dimensão do que é a identidade territorial. Conservar a identidade de um lugar é então promover uma identificação e ligação mais próximas entre o habitante e o território por este vivido.

Esta relação entre o homem e o território, é demasiado importante para ser perdida, como se verificou há algumas décadas atrás.

Este distanciamento que se notou, resultou na perda de raízes e na confusão de conhecimentos históricos. Cabe ao habitante mobilizar a lembrança do património histórico, assim como as crenças, as tradições, rituais específicos e acontecimentos do lugar. A identidade é necessária para estabelecer grupos e culturas de maneira duradoura. No fundo, a génese dos lugares faz parte da identidade antropológica. A memória arquitectónica, espacial e cultural serve como base para a construção de um futuro melhor delineado.

### **3. A Identidade consoante o lugar**

Quando as cidades históricas foram geradas, as sociedades encontravam-se distantes entre si. E não se tratava só de uma distância geográfica. A falta de comunicação e de meios de deslocação, escondiam ainda mais cada civilização. E portanto cada cidade possuía diferenças consideráveis em relação às outras. As realidades sociais e políticas eram muito distintas, assim como as capacidades económicas e culturais. Estes factores dirigiam a arquitectura para imagens de

espaços urbanos completamente diferentes umas das outras. Comparativamente a estes factos, temos o oposto do que acontece na sociedade contemporânea, que é muito mais homogénea tanto a nível cultural, como político. A globalização, como já foi referido, é a detentora deste ambiente indiferenciado que se vive actualmente.

No entanto o sentido estético de um lugar nem sempre tem de ser para que haja o sentido de pertença. Existem mesmo locais não considerados de relevância, que no entanto possuem uma unificação e uma apropriação do território muito mais vincada do que em certos centros históricos. Esses sítios acabam também por ter a sua génese, a sua identidade.

O espaço urbano pode ser encarado como uma forma de arte colectiva. Uma vez que a estética também não pode ser descorada do campo da identidade, esta acaba também por ser representativa do carácter de uma cidade. O facto da Europa ser um dos continentes no mundo com mais património, e por sua vez um dos continentes mais democráticos, e com saberes antigos, é aqui que residem os mais antigos conceitos ligados ao território, e os europeus por sua vez, sentem uma forte apropriação do espaço. Essa pertença faz com que as cidades europeias sejam provavelmente umas das mais interessantes a nível de representação histórica e cultural. Este sentimento de grupo e de comunidade acaba por estar inerente às preocupações com decisões a tomar no âmbito do melhoramento urbanístico e social.

As sociedades europeias no geral têm alguma consciência dos territórios que habitam, e a identidade e da autenticidade das cidades advém das características constantes, que foram mantidas ao longo do tempo.

As regras que existem nas cidades europeias hoje em dia, são deveras importantes para um controlo de qualidade na intervenção arquitectónica. No entanto, as mesmas retiram um pedaço de ilusão nas ambições dos arquitectos. De facto, a economia é dos factores mais importantes que envolvem a promoção imobiliária, e o cliente perfeito não existe. Na verdade, a generalização é tida como fundamental, e há que agradar a todos. Os objectivos e os desejos das pessoas têm bastante influência, e a arquitectura utópica não existe. O resultado de tudo isto é um conformismo do edificado.

#### **4. Identidade estática ou evolutiva?**

*"...e não é, afinal, o que se passa com cada ser vivo, a quem reconhecemos, enquanto vive, uma existência e uma identidade próprias? Sim, nós dizemos que é o mesmo indivíduo desde a infância até à velhice, e contudo ele jamais retém as mesmas características (...) em todo o seu corpo: ora nasce*

*continuamente para umas, ora morre para outras (...) ora, é também por este processo que todo o ser mortal salvaguarda a sua continuidade...”<sup>12</sup>*

Quando falamos de arquitectura histórica, deparamo-nos com uma habitual associação entre a memória e a identidade. As lembranças são uma reivindicação da génese, e a falta delas, contribui para uma perda histórica. O grande problema levanta-se quando a autenticidade das memórias é vulnerável, ou alterável. Uma das causas mais importantes desta volatilidade é a dissipação dos traços identitários que se observa com o passar do tempo, o que obriga a que se recorra à memória, que por sua vez é passível de confusões e alterações. Esta problemática pode ser definida como: a identidade *versus* tempo.

A segunda causa prende-se com a dificuldade de confronto entre a identidade e as ameaças à sua destruição, ou substituição. A terceira causa surge através da simples diferença de culturas. O ambiente citadino que envolvia a sociedade histórica, assumia características certamente diferentes.

A identidade e o factor temporal caminham lado a lado. E as mudanças repentinas que acontecem nos centros históricos afectam o sentimento de pertença num lugar, assim como a estabilidade do mesmo. A identidade também é um hábito, e alterar algo num núcleo histórico de forma rápida ou em grande escala, é como se se quebrasse uma rotina, um ritmo. Logo, a adaptação comprometida. Contrariamente ao que foi dito, as transformações mais vagarosas e cuidadas que mantenham a morfologia da rua, promovem uma melhor interactividade com os habitantes, acabando por contribuir para um desenvolvimento arquitectónico, como também para um conforto social, cultural e ambiental. Um dos melhores exemplos existentes dessa transformação excessivamente rápida que conduziu a uma perda de identidade e de sentido histórico foram as construções pós guerra, no auge da Revolução Industrial.

É por esta razão que Lo Piccolo refere que a identidade da cidade histórica têm grande dependência na rapidez e no ritmo das mudanças que nela ocorrem. Segundo ele, é muito pouco provável que se mantenha uma identidade quando estas alterações ocorrem desta forma, ainda que a mesma esteja em constante processo de evolução e tenha tendência a sofrer alterações com o decorrer do tempo, respeitando as permanências e características principais e necessárias à sua continuidade em cada lugar. Pode-se pôr a questão do que aconteceria se por ventura fosse possível congelar a identidade de um terminado tempo, e de que maneira esta se iria relacionar com a sociedade actual.

---

<sup>12</sup> Platão; *O Banquete*. Ed. 70. Lisboa (2007) pag. 7

Se as modificações e as alterações naturais fossem travadas, excluiríamos a cidade da apropriação territorial e dos valores artísticos na actualidade, e o lugar não teria ligação com a sociedade que o habita. Sendo assim, a identidade é evolutiva e adaptável, sem ter necessariamente que ser perdida. Temos o exemplo do Bairro Alto, que sustenta uma intervenção contemporânea, mas que, por ter sido alterada a dimensão e o ritmo do quarteirão, é algo que é preferível não se repetir no futuro, sob perigo de se alterar fortemente aquilo que identifica este bairro.

A expressão de uma identidade também é menos reconhecida em função da grandeza da espacialidade, e dos movimentos socio-económicos dos lugares. O sentido de pertença é aumentado em núcleos habitacionais onde seria menos esperado que tal acontecesse. No caso de Lisboa, os bairros históricos são agora centros de riqueza e que contêm um leque de experiências dirigidas para uma minoria populacional. Apesar da geografia e da conformação das ruas, largos, e da curta distância entre edifícios, estes locais acabaram por se tornar menos intimistas, na sua maioria.

É nos bairros mais pobres que ainda se verifica um sentido de apropriação vincado, um desejo de pertença à comunidade e ao espaço público, e vontade de conservação de sítios e elementos que fazem parte da vida de quem sempre ali habitou. No entanto, e em contradição, quanto mais vulneráveis são as capacidades económicas de uma comunidade, menor é a sua competência para prolongar ao longo do tempo, as formas da sua identidade. O que acontece com as mudanças atrozadas da actualidade, é que muito do que constitui intervenção arquitectónica e urbana é igual, e está a gerar-se uma identidade feita de uma não-identidade. Este facto também se deve muito ao estilo de vida que é comum a grande parte das pessoas nas cidades e periferias.

Normalmente o lugar onde se vive não é o mesmo onde se trabalha, o que faz com que certos locais estejam desertos durante a noite, e por sua vez, as zonas habitacionais sirvam apenas como dormitórios. Outro dos grandes problemas ligados à perda de identidade, é a substituição do comércio tradicional pelos centros comerciais e grandes superfícies. Não menosprezando a sua eficácia em termos de rapidez de consumo, este conceito veio arrasar com os passeios pelas ruas, praças e parques aos fins de semana.

Deparamo-nos com centros comerciais completamente lotados, sendo os lugares de eleição até mesmo para muitas pessoas que querem simplesmente passear. Enquanto os centros históricos, praças e jardins são visitados e ocupados por turistas, ou para quem tem realmente necessidade de lá passar. Locais como a Baixa lisboeta

ou o Chiado, são hoje em dia muito mais tranquilos para quem quer fazer compras, ou procura algum lazer.



Img. 3.7 - C.C. Colombo – Lisboa



Img. 3.8 – Baixa, Lisboa

Depois de uma era de loucura industrial, fala-se agora em ecologia, em economizar recursos, sustentabilidade. O facto é que apesar de todas as contribuições positivas para o desenvolvimento da mentalidade e do conhecimento das sociedades nas décadas que antecederam o presente, esta utilização desmesurada dos meios industriais, trouxe graves danos culturais, sociais e sobretudo ambientais. Não esquecendo claro, os danos causados à arte, e aos conhecimentos e técnicas ancestrais, de detalhe e incomparavelmente valiosos. Atravessa-se então uma fase em que existe uma enorme vontade de fazer o tempo voltar para trás. A sensibilização para a utilização de meios tradicionais e ecológicos, quer na construção, quer na deslocação, quer em todas as vertentes do dia-a-dia, está cada vez mais presente.

Posto isto, a veracidade e a génese do carácter de um núcleo histórico pode ser um factor extremamente benéfico para um processo de desenvolvimento, baseado na nova economia dos tempos livres, assim como nos novos conceitos de uso, onde finalmente pode haver uma conjugação entre o espaço residencial e o espaço produtivo, e ambos conseguem viver em harmonia, uma vez que este sistema produtivo é constituído por formas de produção do chamado sector terciário avançado. Os lugares urbanos consolidados podem agora ser considerados como áreas residenciais, e igualmente como espaços de produção.

Este conceito faz parte do paradigma do desenvolvimento sustentado. As preocupações reais com estes procedimentos surgem em 1990, aquando do lançamento do programa *Cidades Sustentáveis*, que aconteceu no seguimento da realização do documento *Environmental Guidelines for Settlements Planning and*



*Management*, produzido pela UNEP/UNCHS de 1990. Desde então que há uma busca pela conjugação entre o conceito ecológico de uma evolução sustentável e a promoção urbanística.

Conservar a identidade dos centros históricos pode constituir um elemento que promove a diferença quando se procede a um reordenamento urbano, de maneira a que a estrutura de uma cidade não sofra um processo homogéneo e internacionalizado, que a comparem com tantas outras existentes. Mesmo a nível turístico, é bastante mais interessante se cada cidade for constituída por características próprias e únicas. As cidades são alvo de competição não só turística, como de investimento económico, e têm de se afirmar como pontos de atracção. Mesmo pequenas cidades como Alcobaça, Leiria, Évora, no caso português. Sendo assim, supõe-se que o valor identitário dos lugares seja uma mais valia para que cada cidade possa marcar a diferença.

Em Portugal temos alguns exemplos de sucesso evolutivo, como é o caso de Sintra, Évora ou Óbidos, já inscritos na lista de *Património Mundial*. Mas o facto de estes centros históricos possuírem belas e genuínas características patrimoniais, espaços urbanos de grande qualidade, assim como a sua arquitectura antiga de referência, é necessário que estes lugares também acompanhem o desenvolvimento tecnológico, para que possam ser atractivos, não só ao passeio como à estadia, assim como ao investimento económico.

A reabilitação da cidade antiga é ainda tem muito por descobrir. Durante décadas, a urbanística dedicou-se à construção de cidades novas e expansão dos centros urbanos recentes. Agora existe uma nova realidade de desenvolvimento urbano que passa por restaurar histórias e memórias, que implicam grandes mudanças no que diz respeito à metodologia e técnicas utilizadas em comparação com a política neo-construtiva que se defendeu até há algum tempo atrás. É então essencial um planeamento que corresponda às exigências das populações contemporâneas, e operações de integração entre o espaço urbano e as mesmas. O plano é um projecto que conduz o espaço urbano a um futuro mais promissor.

## **5. Preservação de identidade**

Pode-se dizer que o centro histórico pode ser definido como sendo um monumento único. Simultaneamente, este acaba por ser um novo tecido vivo.

Segundo a doutrina de conservação e restauro do património de Giovannoni, “qualquer fragmento urbano antigo deve ser integrado num plano de ordenamento local, regional e territorial, que simboliza a sua relação com a vida presente”.<sup>13</sup>

A partir da revolução industrial, parece ter surgido uma nova era, que veio abrir novas maneiras de pensar, novos paradigmas. Os tempos optimistas que eram vividos no início do século XX já não existem e olha-se agora para o futuro com uma certa apreensão, pessimismo, e indredibilidade.

Fala-se cada vez mais de arquitectura sustentável, ao mesmo tempo que existe um compromisso com os lugares históricos, dando máxima importância ao restauro e conservação. Observa-se agora uma redescoberta da história e uma vontade de recriação do ambiente histórico, levando, em alguns casos, o conceito de cidade moderna ao declínio. Na busca de uma reabilitação mais coerente, é essencial que se tenha em consideração, que não é só nos elementos tangíveis que se deve intervir.

Também os elementos que não o são têm extrema importância. Existe a necessidade de criar mais espaço psicológico de qualidade, para além do físico. Também as tradições, os costumes, a cultura e as gentes, fazem parte do nosso património. E a recuperação do mesmo, a eles é dedicada.

Os núcleos históricos e consolidados, são obras de arte, assim como os monumentos, o ambiente, e a paisagem. No fim dos anos 40, o património arquitectónico era quase considerado arquitectura primária. Tinha simplesmente sido o início da existência da arquitectura. Mas *à posteriori*, a economia, a história e a cultura dos núcleos antigos, começaram a ser valorizados. Dada a grande produção de todo o tipo de produtos, e a industrialização de todos os bens, a reciclagem passa posteriormente a ter um papel fundamental na sociedade, e a ser considerada uma ideia inteligente da parte dos activistas de projectos.

Infelizmente em Portugal essa prática chegou tarde, pelas situações sociais e políticas que faziam deste país, um prolongamento de técnicas antigas e retrógradas. E quando, por fim, a mentalidade se abriu a estes novos métodos, já muito do património estava em muito mau estado. Quase como contradição, tem tido nas últimas três décadas, um papel fundamental na reabilitação das cidades históricas.

Grande parte das intervenções que continuam em desenvolvimento nos nossos centros históricos, prevê a retirada dos antigos revestimentos, substituindo estes por materiais usados na execução de novas obras, normalmente tendo como base o cimento, fazendo nascer conflitos com as antigas alvenarias; a alteração dos

---

<sup>13</sup> in. CHOI, Françoise. *Alegoria do Património*. Ed.70, Lisboa (2008) pag. 207

acabamentos, da cor, da ornamentação dos edifícios, utilizando materiais de tecnologia contemporânea, acabando por gerar uma incompatibilidade construtiva.

Quando intervimos em edifícios históricos, temos que ter o cuidado de usar materiais e técnicas que não descredibilizem a componente estética e construtiva do edifício. Há muitas perguntas que podem ser feitas aquando de uma reabilitação histórica. Os traços a manter, ou os que desaparecem; os materiais a repetir, ou os materiais a ser inovados; as técnicas inovadoras, ou as tradicionais; como aplicar guarnecimentos, como os escolher, etc. No fundo, o que vai ser construção, e o que vai ser conservação. E tudo isto depende da questão: Identidade.

A forma como se vê a arquitectura é bastante subjectiva. O que vemos depende do conhecimento de cada um. Se se conhecem os valores do património, adquire-se uma maior consciência nas decisões de salvaguarda tomadas. Uma coisa é destruir por desconhecimento, outra é destruir com fundamentos, e conscientemente. Até porque actualmente existem inúmeras formas de restauração e conservação material. Cesare Brandi, propõe que se fale da *primeira instância estética* e da *materialidade da obra de arte*, na alternativa de um estatuto próprio para a reabilitação urbana (também proposto por Paulo Marconi). Quando se tratam de questões no âmbito da conservação e da renovação dos revestimentos, nomeadamente nos centros históricos, somos levados a discutir a problemática da autenticidade.

Vamos recriar para procriar arquitectura. Vamos fazer património hoje. As tentativas de reprodução, acabam por se transformar numa falsificação do património e do tempo. É desadequado ao que se vive na contemporaneidade. Até porque muitos saberes construtivos tradicionais foram desaparecendo ao longo do tempo.

São imensos os componentes a ter em conta. Não só a nível formal, como material, como ambiental. A nível material, são indispensáveis as técnicas de restauro das pedras, os murais, os azulejos, as pinturas, os rebocos, os guarnecimentos, e por aí fora. A nível espacial, as dimensões, áreas, conformação dos espaços, distribuição, hierarquia, entre outros. O simbolismo, atribuído pelas várias partes arquitectónicas constituintes de um edifício, que por muitas vezes acabam por ser um *ícon* do local onde estes se encontram. Simbolos tão simples como arcos, ou até chaminés. Muitos são os lugares onde a arquitectura tradicional é identificada por estes componentes. Eles são inerentes à arquitectura, independentemente do uso do edifício.

O reconhecimento da autenticidade das partes integrantes dos edifícios, é hoje um ponto obrigatório na reabilitação de espaços históricos. Só se procede à destruição e posteriormente à nova construção, depois de analisadas todas as hipóteses de conservação e restauro material e utilidade do edifício, e depois das mesmas serem refutadas.

O facto de ser complicado estabelecer uma relação saudável entre as antigas construções e os procedimentos industriais, levou a que as tecnologias tradicionais voltassem a estar bem presentes em obras de reabilitação, principalmente no que diz respeito aos materiais usados.

Reabilitar um edifício histórico implica actuar sobre um leque de aspectos que se prendem com a estética, a documentação, a história, a economia, a segurança, entre outros.

Antes do século XIX, reabilitar constituía utilizar novamente uma construção, ainda que da mesma maneira que teria sido utilizada antes. O renascimento italiano é habitualmente referido como o primeiro passo na aquisição dos parâmetros contemporâneos na teoria da conservação. A revolução industrial veio alterar a sensibilidade que existia face ao património. A tradição é contrariada pela modernidade. Mas à medida que o novo mundo vai progredindo, redescobre-se a importância da perda patrimonial. Para o avanço da nova vida, a sociedade sentia a necessidade de se agarrar a algo com que se identificasse. Necessitaram das bases históricas, que fizeram surgir os seus valores pessoais, sociais e culturais. Nasce então um maior contacto com os testemunhos patrimoniais. A preocupação da salvaguarda histórica começa a andar de braço dado com a força do progresso e da modernidade. Faz-se o culto dos monumentos.

Quando falamos de reabilitação do património, a melancolia leva ao revivalismo, e remete-nos a uma dificuldade na distinção entre a conservação e reconstrução, ao longo do Século XIX. Paul Philipot defende que para colmatar o fosso que a consciência histórica iniciou entre o passado e o presente, um novo tipo de contacto foi desenvolvido, baseado no sentimento de que o passado foi realmente perdido, mas continua a viver através da nostalgia. Esta nostalgia romântica do passado, que substituiu a continuidade tradicional entre o passado, o presente, e o historicismo, levou a que, desde o final do século XVIII, se instaurasse uma infeliz confusão de preservação e reconstrução. Não se pode esquecer que, além de muitos outros, de uma forma mais passiva talvez, John Ruskin e Viollet-le-Duc foram os protagonistas da procura pelos valores da restauração na Europa.

Ruskin dedicou-se à crítica da arte, à crítica social britânica, e teve grande influência no campo artístico da era vitoriana. As suas ideologias passavam bastante pelo romantismo, pela sensibilidade e pela emoção. *"Podemos viver sem a arquitectura de*

*uma época, mas não podemos recordá-la sem a sua presença. Podemos saber mais da Grécia e de sua cultura pelos seus destroços do que pela poesia e pela história.”<sup>14</sup>*

Já Viollet-le-Duc dedicava-se à arquitectura revivalista. Sagrou-se com obras de restauro de castelos medievais e catedrais, foi um dos maiores teóricos da história da arquitectura ocidental, e pode ser considerado o pioneiro da teoria da arquitectura moderna. Apostava em novas técnicas construtivas, e na importância da máquina.

Alguns no século XIX, em França, reabilitação significava reconstruir, ou reintegrar as partes desintegradas num monumento tendo como referência, o original. E isto porque o interesse e objectivo principal era a sobrevivência da identidade, a partir do momento em que esta era a arquitectura de referência. Uma cópia do pré-existente, era valorizada quase tanto como o original. Viollet-le-Duc, foi o principal defensor do paradigma da busca pela unidade estilística. A sua definição de restauro consiste em que reabilitar não é manter, reparar ou reconstruir, mas sim restaurar de maneira a não se igualar ao que em tempos existiu. A teoria que le-Duc defende, prende-se com o carácter projectual, e não arqueológico. Conhecer profundamente a linguagem com que se demonstra o valor do património vai estabelecer as analogias que conduzem o projecto de reabilitação. Viollet-le-Duc proclamou uma fidelidade, e rigor absoluto, sem espaço para a acção criativa, gostos ou opiniões pessoais. Para ele, a utilização funcional dos monumentos era imprescindível.

As funções do edifício deviam ser dedicadas à economia e à sociedade. Contrariamente à ideia de John Ruskin, que valorizava o romantismo e a estética, e a valorização do estado de ruína. Nas intervenções de Ruskin, a noção do património vai além da ideia nacionalista e ocidental, abrangendo sim uma dimensão universal. Acompanhado por Morris, Ruskin pretendia que o restauro adquirisse a escala internacional. É a identificação continuada através do passado, contra a massa de produções industrializadas, mantendo um ambiente pré-industrial, sendo este muito mais confortável. Ruskin afirma que a restauração, por assim dizer, é a pior forma de destruição. Ruskin impõe-se contra o restauro que destrói a autenticidade dos edifícios enquanto obras de arte. Defende ainda uma política preventiva em relação aos monumentos, alegando que, quanto melhor cuidarmos deles, menor é a necessidade de os restaurar posteriormente.

As cicatrizes deixadas pelo tempo, promovem então o edifício, que transparece a sua essência. É o verdadeiro espírito nostálgico, e prova disso, é o seu enorme carinho pelas ruínas. No entanto, e contrariamente a Viollet-le-Duc, Ruskin não propôs

---

<sup>14</sup> RUSKIN, John. *A Lâmpada da Memória*. Cotia, Ateliê Editorial, (2008)

nenhuma medida de salvaguarda do monumento histórico. E o facto de defender vigorosamente a não-intervenção no património, gera uma atitude fatalista, e por vezes exagerada. No entanto, quando se fala de uma questão de autenticidade e identidade, estamos todos próximos de concordar com a sua crítica contra as cópias e os acrescentos em obras de arte.

### **a. A Carta de Atenas (1931)**

Roma, em 1930, dava lugar a uma importante conferência de discussão me metodologias científicas dedicadas à conservação de obras de arte. Findado o evento, surgiu a vontade de realizar um próximo, estando este vocacionado especificamente para a preservação do património arquitetónico, sendo este realizado cerca de um ano depois, em Atenas. Dessa conferência, resultou a primeira Carta Internacional do Restauro.

Esta carta tem como objectivos conduzir e estabelecer critérios da reabilitação moderna. Estabelece assim os princípios aplicáveis à conservação e salvaguarda do património arquitetónico. Entre eles, salientam-se aqui alguns dos princípios mais importantes deste documento:

- *evitar o restauro baseado em instituições integrais em favor da conservação estrita da autenticidade dos monumentos, através da sua manutenção regular (art. II), fomentando a preservação dos vestígios das diversas épocas históricas representadas nos monumentos (art. II, 2º parágrafo);*
- *os monumentos são considerados bens públicos, pelo que, na sua gestão, se defende a primazia do interesse colectivo sobre o privado (art. III);*
- *recomenda-se uma utilização funcional adequada aos monumentos (art. II);*
- *desencoraja-se a remoção das obras de arte do seu contexto físico e defende-se, sempre que possível, a sua manutenção in situ, legitimando-se a anastylosis, no caso das ruínas, desde que os novos materiais utilizados na recomposição sejam claramente reconhecíveis (art. IV);*
- *nas acções de restauro, aceita-se a utilização de técnicas e materiais modernos, como o betão, sobretudo quando estas técnicas possibilitam a preservação in situ e desde que não se altere o aspecto exterior do monumento (art. V);*
- *recomenda-se o recurso à ciência e uma prática pluridisciplinar no restauro, assim como a difusão dos resultados obtidos através de publicações (art. VI), e aconselha-se a produção e divulgação de estudos sobre os procedimentos metodológicos mais adequados à conservação de monumentos históricos (art. VIII, 3º parágrafo);*

- recomendam-se cuidados especiais com a envolvente dos monumentos, que deverão respeitar o carácter e a fisionomia da cidade, em especial nas proximidades dos monumentos antigos, onde o ambiente deve ser objecto de um cuidado especial. Igual respeito deve ter-se com determinadas perspectivas especialmente pitorescas. Recomenda-se ainda a supressão de toda a publicidade, de toda a sobreposição abusiva de postes e fios telegráficos, de toda a indústria ruidosa e intrusa nas proximidades dos monumentos artísticos e históricos (art. VIII);

- recomenda-se a realização, em cada estado, de inventários, incluindo registo fotográfico e de dados referentes a cada monumento, assim como a existência de um arquivo central onde se proceda à compilação de toda a documentação útil relativa à sua conservação.

Pode afirmar-se que esta carta não utiliza rodeios ou abstrações no que diz respeito aos objectivos a alcançar. É, por outro lado, bastante directa e define claramente as recomendações e deveres para uma conservação disciplinada. Gustavo Giovannoni, foi um dos principais redactores da Carta de Atenas, cujas repercussões foram sentidas com a *Carta del Restauro* de 1931, desenvolvida em Itália.

#### **b. Carta del Restauro (1931)**

Esta carta teve enorme importância no que diz respeito ao aspecto prático das intervenções. Quando feita esta carta, alargou-se o conceito de património. Para além de obras de arte, também a cidade e o urbanismo foram considerados. Mais ainda, o ambiente e as tradições. Condena-se aqui a cópia, a falsificação, e qualquer tipo de acrescento que seja realizado num monumento, sob pena de perda de autenticidade, e sem nenhum sentido. É dada uma importância muito grande à conservação e à manutenção dos monumentos, exclui-se a ideia de serem alteradas partes essenciais ao edifício, exigindo assim um maior afincamento na conservação das mesmas, independentemente da sua época. Reprova-se a nova construção “*invasora pela sua massa, cor e estilo*”<sup>15</sup>, a reintegração quase na totalidade, pelo menos, dos acrescentos realizados nos monumentos, de maneira a manter as funções antes existentes no mesmo, e sendo a sua introdução limitada ao mínimo possível, como travão à mudança, tendo preferência pela simplicidade e clareza formal. Para que os acrescentos não representem uma falsificação, devem ser devidamente assinalados e os materiais utilizados devem ser diferentes dos originais. É assumir a restauração e a diferença, não fingindo manter uma época que já é passada. A nível de reforço estrutural, as

---

<sup>15</sup> AGUIAR, José. *Cor e Cidade Histórica*. FAUP, Porto (2005), p. 76

novas técnicas e os novos saberes são tidos em consideração e aceites na medida do melhoramento estático do monumento, e na preferência pelo conhecimento científico, em lugar do conhecimento empírico. Tal como na carta de Atenas, é indispensável o registo de todos os passos decorrentes da obra de reabilitação, assim como reuniões regulares com os intervenientes da obra. O que realmente é novo neste documento, é a preocupação com o ambiente e a paisagem. Além de tudo isto, os valores históricos e documentais são salientados, em relação aos valores estético-formais. É talvez uma teoria de restauro mais séria e concisa. O superior interesse da reabilitação recai sobre o interesse colectivo, e não do interesse privado.

### **c. A teoria do restauro**

Depois de toda a destruição provocada pela Segunda Guerra Mundial, a Europa tinha uma necessidade urgente de recuperação das cidades, inclusivamente cidades históricas que ficaram gravemente destruídas, de modo a devolver habitações a milhares de pessoas, e promover a economia perdida. O mesmo em relação ao património. O caso de Varsóvia, é um exemplo bastante marcante desta destruição, que não afectou somente a cidade a nível físico, como principalmente a nível psicológico. O ambiente que se vivia na época era de pura devastação.

Varsóvia começa a expandir-se verdadeiramente a partir do século XIV. Mais de um terço da população era judaica, o que posteriormente tornou a cidade um alvo cada vez maior para as forças alemãs. Apesar da luta com o exército vermelho ter sido ganha pelos polacos, também um terço da população da cidade tinha desaparecido.

Em 1944, mais de 85% do centro histórico de Varsóvia tera sido destruído pelas tropas Nazis. Depois da guerra, os cidadãos promoveram uma campanha de reconstrução da cidade, campanha esta que durou cinco anos. Foi uma restauração meticulosa, principalmente no que diz respeito a igrejas, palácios, e a praça do mercado. É uma reconstrução quase total de obras datadas entre o século XIII e o século XX. A cidade tinha ficado em ruínas a até mesmo o plano urbano foi basicamente recriado. O centro histórico de Varsóvia é um exemplo de excepção da reconstrução compreensiva de um local que estava tão destruído.





Img. 3.9 - Revolta do Gueto de Varsóvia, onde as pessoas eram encarceradas e posteriormente exterminadas

Pode observar-se o clima de guerra e devastação em que se encontrava Varsóvia. No local onde teria sido o gueto, foi criado um campo de concentração. Durante a Revolta de Varsóvia que se seguiu, conseguiram ser salvos 380 judeus do campo de concentração. Muitos dos objectos que aqui se encontram ainda permanecem, e este local tornou-se ponto de culto para os habitantes da cidade, e restantes visitantes.



Img. 3.10 - Ruínas de Varsóvia

Mas, uma vez que a cidade se encontrava em estado de quase perda total, porque não construir uma nova? Certamente seria mais fácil, mais rápido, mesmo a nível económico. A resposta encontra-se no ambiente e nas memórias. O importante agora não era agir como se nada tivesse acontecido, e entrar numa nova era, mas sim, homenagear aqueles que se perderam, que desapareceram, os que lutaram, e não negar a anterior existência de uma cidade com património e história.

Portanto surgiu a cópia da velha Varsóvia. Um acto de teimosia, talvez. Mas uma teimosia que psicologicamente serve como libertação para os que ficaram, uma questão

de orgulho. E no fundo, se não tivesse sido desta maneira, tudo se teria perdido. Além do ambiente, das pessoas, e da cultura, também se perderia a paisagem, e a envolvente. E esta cidade jamais voltaria a ser a mesma, se é que alguma vez voltou.

Também controverso é o caso do Chiado, em Lisboa, restaurado por Álvaro Siza Vieira, na década de 90.

Lisboa, tem conhecido momentos de eterna glória, assim como momentos de angústia e desespero. Tempos de progresso e de recuo, de certezas e devaneios. Um dos momentos mais marcantes a nível destrutivo foi sem dúvida o incêndio do Chiado em 1988.

Os armazéns e sua envolvente, para além de se situarem no coração da cidade, tiram um papel urbanístico e arquitectónico importante, e mais ainda a nível socio-económico. Era a zona burguesa de Lisboa. A catástrofe que aconteceu então, veio destruir a alma deste sítio, levando consigo as tertúlias dos cafés, os salões, as livrarias, os pontos de encontro, toda a componente lúdica que lhe era inerente. Longos foram os anos até se chegar a uma conclusão relativamente à forma como se iria proceder na sua reabilitação, de maneira a devolver à cidade tudo o que se tinha perdido.

Deve haver preocupações no sentido colectivo e comunitário, para que se faça algo integrado. é possível fazê-lo, sem comprometer a condição da contemporaneidade, e sem nos refugiarmos numa cópia integral da traça previamente existente.

Siza Vieira afirma a inexistência de documentos referentes a plantas-tipo, sendo isto indicativo de que o espaço interior e seus condicionantes eram regidos pelo tamanho do lote no qual se encontravam. Talvez seja por esta razão, que a contemporaneidade presente na reconstrução do Chiado só esteja presente nos espaços interiores, pois as fachadas permanecem fieis aquelas que outrora existiram. Ainda assim, deve ser considerado o facto de, nos objectivos do plano da Câmara Municipal de Lisboa para a reconstrução do local, estar presente um parâmetro que especifica que “*deve atender ao enquadramento na área histórico-monumental onde se insere a zona afectada, respeitando a volumetria pré-existente e conservando as fachadas de inequívoco valor patrimonial*”<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> Exigências da C.M.L. no plano do Chiado in SIZA, Álvaro. *A Reconstrução do Chiado*, ICEP (2000)



Img. 3.11 Chiado - Antes do incêndio



Img. 3.12 - Chiado - Depois do incêndio

Ainda assim, levanta-se a questão acerca das escolhas do arquitecto. Será que foram as mais correctas?

Certamente que será difícil atingir um consenso, mas segundo a doutrina defendida por esta investigação, seria importante que, apesar de existir a preocupação da revitalização do local e das suas actividades originais, é relevante que se perceba que vinte anos depois, a sociedade não é a mesma, os hábitos não são correspondentes, assim como as exigências de uma vida cada vez mais agitada e exigente. Sem falar, naturalmente, do progresso da arquitectura enquanto busca da satisfação e do bem-estar do ser humano. Provavelmente a actividade do Chiado poderia ser devolvida na mesma medida, se ao descer a Rua Garret, por exemplo, se notasse que existiu uma intervenção. Uma intervenção integrada, concerteza, mas ainda assim, uma clara preocupação com aquilo se acontece no séc XXI. De certo modo, a identidade do arquitecto dissipa-se, à medida que observamos esta reabilitação. Ainda que o incêndio de 1988 tenha algum peso emocional, provavelmente não pode ser comparado ao que existiu em Varsóvia, por tudo o que já foi descrito anteriormente.

Isto leva a pensar sobre a distinção entre a reconstrução e a cópia, uma vez que a cópia não é necessariamente uma operação de construção. Será justo dizer que a legitimidade da produção de cópias, perde-se quando estas são colocadas no lugar de obras originais, tentando obter o mesmo valor. Também no âmbito estético, se coloca a mesma questão. É no fundo algo não verdadeiro.

Nas teorias de conservação dos críticos do século XX, a autenticidade e a identidade são conceitos que estão sempre presentes e em grande destaque. E é impossível tratar do assunto da reabilitação, sem mencionar a Carta de Veneza de 1964, que está ainda em vigor.

#### d. Carta de Veneza (1964)

Em Maio de 1964, sessenta e um países participaram no evento que viria a ser um dos mais importantes na recuperação do património arquitectónico. Realizava-se em Veneza, o *II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos*. Foi uma acção organizada pela UNESCO, ICCROM, ICOM, e o Conselho da Europa. Nasceu aqui a *Carta de Veneza sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios*.

Aqui a questão da recusa da cópia e da falsificação mantém-se como um aspecto relevante.

Desta nova carta, destacam-se os seguintes pontos:

- logo no início da carta, podemos observar a maior abrangência no que diz respeito ao monumento histórico, uma vez que agora também são consideradas “(...) *não só as criações arquitectónicas isoladamente, mas também os sítios, urbanos ou rurais* (...)” (art.1º). Esta talvez seja realmente a verdadeira inovação que esta carta traz, uma vez que na carta de 1931, apenas são referidos os “*monumentos artísticos e históricos*”.
- a importância que é dada à qualificação e à preservação do envolvente, salientando que “(...) *sempre que o espaço envolvente tradicional subsista, deve ser conservado, não devendo ser permitidas quaisquer novas construções, demolições ou modificações que possam alterar as relações volumétricas e cromáticas*” (artº6º). Este é, de facto, um aspecto muito importante, uma vez que, apesar destes documentos que vieram tentar atribuir um fio condutor e organizador à preservação dos edifícios e sítios, nos deparamos muitas vezes com estas incompatibilidades que afectam claramente a paisagem e o ambiente urbanos.
- salienta-se ainda que “(...) *um monumento é inseparável da história de que é testemunho e do meio em que está inserido*” (artº7º), proibindo assim que se retirem partes do monumento, a menos que a sua conservação assim o obrigue.
- a nível da permanência de usos, faz-se corresponder o programa ao edifício. “(...) *sem alterar a disposição ou a decoração dos edifícios*” (artº4º), não admitindo que o oposto aconteça, ou seja, o monumento não será modificado em função do programa. Destaca-se de novo a problemática da manutenção dos edifícios para que haja menos necessidade de futuras restaurações.
- “(...) *a preservação dos valores estéticos e históricos do monumento deve terminar no ponto em que as conjecturas comecem.*” (artº9º)

Ainda que nesta carta surjam as preocupações com o que são os valores do conjunto patrimonial e dos núcleos históricos, o sentido do documento aponta principalmente para o edifício singular e isolado. No entanto, numa tentativa de completar estas falhas, procedeu-se à criação de um documento aparte, nomeado de *Protecção e Reabilitação de Centros Históricos*. Depois deste acontecimento, muitos

outros países fora da Europa, serviram-se da Carta de Veneza para constituir um padrão de maneira a que os códigos de prática correcta à reabilitação fossem aplicados.

Este documento é habitualmente alvo de críticas devido à sua abrangência, e pelo facto de direccionar principalmente para o espaço europeu, e deixando também para trás, algum do património que surge com materiais mais arcaicos e menos imponentes, assim como outros tipos de edificações mais primitivas, também elas recorrendo a materiais mais naturais e mais básicos.

No entanto, o documento que se segue a esta carta, ganha força legal, como nunca outro anterior teria ganho. A *Carta del Restauro* surge em 1972, é um documento minucioso que trata de quatro assuntos chave, sendo eles, a salvaguarda e restauro de antiguidades, o restauro arquitectónico, restauro escultórico e pictórico, e a tutela dos centros históricos.

A grande inovação que este documento veio trazer, relativamente à *Carta de Veneza*, foi a criação da teoria da *reversibilidade*, para além da preocupação com a conservação e a reabilitação serem agora ainda mais abrangentes. Centros históricos, parques, jardins, edifícios de interesse, sejam estes monumentais ou não, estão agora mais protegidos. No que diz respeito ao nível urbano, existem na *Carta del Restauro*, quatro pontos importantes de referir:

- "(...) relações existentes entre centro histórico e desenvolvimentos urbanos contemporâneos, sobretudo do ponto de vista funcional, com particular atenção à compatibilidade de funções direccionais" (anexo D)
- a repressão de actividades e usos que prejudiquem ou perturbem o ambiente nos centros históricos
- a reorganização das vias, procurando reduzir o tráfego nestes locais
- a procura da integração espaço público vs espaço privado, e adequação de mobiliário urbano.

#### **e. O Documento de Nara e a problemática da autenticidade**

Os desacordos que existiram ao longo dos anos 80, pediam que existisse um conceito de autenticidade mais preciso e directo.

Temos vindo a perceber a defesa de Cesare Brandi relativamente ao factor da autenticidade, e da injustiça que este atribui a cópias e falsificações do património, optando por defender que só se deve restaurar a matéria das obras de arte genuínas. A

importância atribuída ao conceito de autenticidade verifica-se cada vez maior à medida que vão sendo redigidas novas cartas relativas ao restauro. Se na *Carta de Veneza* já se defendia a preservação do património e da riqueza da autenticidade, na *Carta de Toledo* (1987) essa preocupação é ainda mais notável. A autenticidade é então considerada como parte da morfologia urbana, juntamente com um leque de valores materiais que constituem a cidade histórica.

O *Documento de Nara* está bastante relacionado com a presença material de obras passadas. Testemunhos estes que salvaguardam a materialidade pertencente à génese dos lugares históricos, que assumem um papel de manutenção da identidade e autenticidade do património edificado.

Mas na cidade, além das heranças materiais e da história edificada, existem inúmeros aspectos igualmente decisivos para definir a sua autenticidade. As actividades sociais e a sua relação com a arquitectura é um dos exemplos.

Também extremamente enriquecedores são os conjuntos de edificado, em que é impossível distingui-los por unidades distintas, mas como um todo, que torna o seu interesse ainda maior, revelando-se numa totalidade consistente e coerente. A qualidade e a conformação da paisagem, é outra das condicionantes para que se defina a autenticidade. Assim como a sua relação com as partes externas ao centro histórico. Resumindo, a autenticidade é definida por um conjunto enorme de condicionantes, físicos ou intangíveis, que se impõem pela sua permanência ao longo do tempo. A autenticidade nas cidades leva-nos a entender o leque de valores que a envolve, sejam eles os valores sociais da identidade cultural, os valores económicos, que acabam por definir os usos atribuídos ao edificado, e que se refletem igualmente na produção e nas actividades, invariavelmente relacionado com o potencial económico que o património de cada cidade representa.

Por mais distantes e pequenas que as cidades sejam, é muito difícil, se não impossível, fugir ao avanço estonteante a que anda a sociedade contemporânea, assim como às mudanças impostas pela mesma, para dar resposta às influências multiculturais, tecnológicas, ou multiétnicas. O que faz com que nos interroguemos sobre a forma ou a possibilidade de conciliar a autenticidade do património edificado com as alterações inevitáveis da estrutura urbana, e que são de extrema importância para o seu desenvolvimento e funcionamento, face às exigências e necessidades do dia-a-dia actual.

Tal como defende Françoise Choay, os habitantes da cidade histórica devem vivê-la e revivê-la, tirar o máximo proveito dela.

Neste momento a prioridade são os edifícios históricos. A mesma urgência diz respeito à memória viva de todos os povos, e isso é a única característica que, em

termos activos, pode fazer um uso legítimo ao conceito de autenticidade. Por aqui também se percebe que a autenticidade tem uma certa “elasticidade” e susceptibilidade. Estas características derivam do facto de o que é autêntico numa cidade, pode não ser noutra, e assim sucessivamente com os factores identitários. O património urbano depende do significado cultural de cada lugar, das funções socioeconómicas, das condições geográficas. Cada caso é um caso, e a análise prévia e exhaustiva é essencial.

## 4. Os Centros Históricos



## 1. O centro histórico na cidade

Habitualmente os centros históricos constituem as áreas territoriais mais antigas das cidades, correspondendo ao tecido urbano que confere a origem e a identidade da cidade. São os lugares que, apesar de algumas mutações morfológicas, e transformações dramáticas na sociedade, continuam a contar a história de um local.

É certo que os centros históricos são envoltos por algum misticismo, e pela própria religião, uma vez que os edifícios religiosos constituíam grande parte das construções às quais se atribuíam elevada importância. E existe igualmente o carácter defensivo, que em muitas cidades fez erguer castelos e fortes, à volta dos quais se foram gerando as antigas cidades. Mas há mais tipos de construções que influenciaram o início das cidades. Estes são apenas os que se consideram como sendo determinantes ao desenvolvimento do que hoje consideramos centros históricos.

São espaços onde normalmente se pode observar alguma homogeneidade, ritmo, características essas que nos ajudam também a definir a época do que ali existe, os recursos então disponíveis, e a sua identidade.

Os centros históricos constituem uma componente centralizada de uma nova ordenação do espaço urbano. É sem dúvida o ponto essencial para que percebamos a situação urbana de permanência e de mudança, e para que consigamos compreender a cidade no seu todo.

*“são estes desafios que nos levam a equacionar a questão dos centros históricos e da sustentabilidade cultural das cidades em três dimensões. No contexto das imagens que os projectos e as políticas de transformação urbana difundem e no modo como estas novas imagens se combinam ou entram em ruptura com imagens dominantes. No contexto dos fluxos turísticos e das dinâmicas do mercado urbano de lazeres. E por fim, no contexto das intervenções urbanísticas e do significado social dessas intervenções.”<sup>17</sup>*

Porque razão é que os centros históricos se tornaram nos últimos tempos, um alvo de discussão no que diz respeito a intervenções urbanísticas e de políticas de reabilitação? Ainda que a esta pergunta se possam obter várias respostas, ou até não se chegar a algo inteiramente conclusivo, obriga-nos a questionar o lugar e a funcionalidade actual dos antigos e tradicionais centros urbanos nas cidades que vão crescendo sempre exteriormente aos mesmos. Da mesma maneira que nos faz reflectir sobre a cidade, que por vezes parece estar a sofrer mutações a uma

---

<sup>17</sup> PEIXOTO, Paulo – *Centros Históricos e Sustentabilidade Cultural das Cidades*, FLUP (2003), pág.211

velocidade atroz, outras vezes parece manter as características originais da sua identidade e da sua morfologia.

As cidades, graças às transformações notáveis que têm sofrido na sociedade portuguesa nos últimos tempos, lançam uma questão pertinente. A questão que se faz contempla a dúvida da sustentabilidade cultural e da compatibilidade funcional com um passado próximo. É um desafio que leva a equacionar a problemática dos centros históricos. Leva igualmente a equacionar até que ponto estas novas imagens se contextualizam ou, pelo contrário, entram em ruptura com a morfologia e as imagens até então dominantes, e em última instância, faz questionar acerca do fluxo turístico e das movimentações do mercado urbano e de lazer. Igualmente importante é a questão das intervenções urbanas e de que maneira isso se reflete na sociedade.

## **1.2 Cidades históricas e os Planos de Urbanismo**

Ultimamente, é notória a mudança de atitude por parte dos intervenientes em planos e intervenções nos núcleos antigos europeus. Seja através das próprias intervenções, como também de conferências, workshops, revistas especializadas, congressos internacionais, etc, que visam o renascimento da cidade e da conservação dos centros históricos, em que se dá ênfase à reabilitação de casas, bairros, da cidade.

Joan Busquets, defende que alguns países europeus tiveram grande influência, pois provaram que as intervenções realizadas nos centros históricos, com objectivo de revitalizar os mesmos, trouxeram esperança e melhoraram em muito, a qualidade residencial das suas cidades. É o caso de Inglaterra, França e Itália.

Berlim, por exemplo, que foi sede da Interbau em 1948, procedeu à construção de um bairro novo. Desde o início dos anos 80, que Berlin desenvolveu uma política de reabilitação de bairros residenciais do século XIX, entre eles o de Kreuzberg.



Img. 4.1 - Kreuzberg, Berlin



Img. 4.2 – Kreuzberg, Berlin



Img. 4.3 – Kreuzberg, Berlin

Roma também iniciou, a partir do final dos anos 70, um leque de propostas com o objectivo de recuperar o seu património edificado singular, como a reconversão da Via Apia e a sua envolvente, e a reestruturação do eixo viário do Foro Imperial desde o Coliseu, são acções que garantem o futuro de um passado com valor. Simultaneamente, outras intervenções foram surgindo nas zonas históricas de Roma com o intuito de substituir, em parte, a actividade empresarial nestes locais, pela actividade residencial, compensando por sua vez, o défice de concentração empresarial na periferia.



Img. 4.4 - Via Apia

Paris também dedicou os seus esforços na melhoria, manutenção e reabilitação do seu centro, que sofreu algumas alterações nos séculos XVIII e XIX. É um dos exemplos que mais demonstra a mudança de atitude perante o património, que se pode observar nos Planos da actualidade. Fortaleceram-se as directrizes e os esquemas de protecção do património, assim como os planos de salvaguarda, que fazem uma crítica muito forte às opções tomadas a nível de edificado e do planeamento urbano francês dos anos 60. Estes sugerem propostas de alteração de edifícios, de modo a gerar actividade, evitando o surgimento de ‘fosseis’ urbanos.

O bairro de Le Marais é um exemplo de uma actividade que procura fundamentalmente a conservação e restauro arquitectónico, colocando em dúvida critérios de integração social. A perda de população tem sido notável desde o final dos anos 60 e as actividades terciárias vão ganhando uma importância crescente, e as medidas a favor do sector residencial começam a colher os seus frutos.



Img. 4.5 - Museu – Casa de Vitor Hugo, Le Marais - Paris



Img. 4.6 - Le Marais – Paris (ano 1600)

Se estes exemplos resumem a tendência dos grandes centros históricos europeus, deve ser lembrado que a ‘reabilitação’ foi adoptada como política global de actuação nas cidades existentes e contrastando, na maior parte das vezes, com o modelo crescimento sem limites que teve a sua glória em meados do século XX. O exemplo dos planos de reabilitação italianos são bastante interessantes porque, por um lado, desenvolveram projectos para a problemática do ‘centro antigo’ e a necessidade do seu restauro. Por outro lado, criaram a alteração de critérios urbanísticos.

Destacam-se os planos de Asis e Bérgamo. O primeiro, da autoria de G. Astengo, pela sua capacidade de estabelecer uma relação cuidada entre a cidade histórica e a cidade de expansão, mostrando um modelo de bastante interesse para cidades como Toledo.

Bérgamo Alta, pelas suas estratégias de saneamento e restituição antiga, seguindo os padrões de Giovanonni denominados por “diradamento”.<sup>18</sup>

A partir de estes e outros exemplos começa a existir um conhecimento mais conciso sobre estudos de viabilidade reabilitacional e sobre planos urbanísticos para cidades históricas, e gestão urbanística.

## 2. Os centros históricos e uma nova vida nas cidades

A importância que a expressão ‘centro histórico’ atingiu em discursos de todo o tipo de investigadores e técnicos, bem como o grau de notoriedade e de consenso que adquiriu para a generalidade das pessoas, é igualmente proporcional à velocidade de transformação e de urbanização das cidades portuguesas, ainda que ultimamente

---

<sup>18</sup> Trad. *desbaste*



tenha abrandado um pouco, dada a actual situação mundial de decréscimo económico.

De facto, quanto mais evidentes são os factores de transformação, mais notória parece ser a sensibilização promovida no que diz respeito à urbanidade, aos símbolos da mesma, que estão constantemente presentes nos centros históricos. Quanto mais ferozes são as mudanças na cidade, mais os efeitos da urbanidade se tornam reais, o que provoca um aumento de sensação de perda de um passado em que predominava a harmonia visual, a qual se encontra predominantemente em locais como os centros históricos.

Sendo uma noção relativamente recente, que só ganha sentido face à proeminência e à centralidade de novos espaços citadinos, a expressão ‘centro histórico’ tem vindo a ser recodificada por várias disciplinas científicas, da arquitectura ao urbanismo, passando pela história, pela antropologia, pela geografia, pela sociologia, etc., dando origem a uma “metalinguagem do património” (Lamy, 1996). Metalinguagem que se torna evidente quando constatamos que, em muitos casos, aquilo que chamamos ‘centros históricos’ são locais que, em rigor, não são nem centrais nem históricos. Por outras palavras, a expressão ‘centro histórico’, mais do que remeter para um objecto ou para um espaço, converte-se em representação de alguma coisa.

Essa metalinguagem do património, de que a expressão ‘centro histórico’ faz parte, representa tudo o que nos arriscamos a perder no contexto de uma urbanização galopante, incluindo aquilo que, por vezes, nunca se teve: o espaço público, a qualidade de vida, as referências identitárias, a cidade à escala humana.”<sup>19</sup> Resumindo, representa os elementos fundamentais de uma cidade sustentável a nível social e cultural.

A noção do valor patrimonial que está inerente à expressão ‘centro histórico’ revela que estes antigos núcleos das cidades se refletem no nosso presente, no nosso futuro, ainda mais que no nosso passado. Quando se observam fortes mudanças nas cidades como as que têm manifestado nas últimas décadas, a identidade acaba por funcionar como uma consciencialização das acções.

Portanto, o que realmente importa na análise do património, é constatar que a consciência do mesmo dá algumas respostas às necessidades futuras de uma cidade, e de uma cultura. O centro histórico, enquanto um elemento passível de definir a linguagem utilizada para descrever o património, representa uma acção pedagógica, turística, económica, política, técnica e social.

---

<sup>19</sup> PEIXOTO, Paulo - *Centros Históricos e Sustentabilidade Cultural das Cidades*, FLUP (2003), pág.213

Desta forma, a emergência patrimonial que actualmente se manifesta nos antigos centros urbanos, deve lembrar-nos que constitui uma reacção à desagregação social, ao desenraizamento e consequente perda de identidade, resultantes da aceleração do quotidiano actual, pelo crescimento das zonas suburbanas e periféricas e pelo abandono do estilo de vida tradicional. A consciência patrimonial é uma ferramenta para a reinvenção cultural. O ponto a favor desse reavivar, promove uma sustentabilidade social e cultural da vivência urbana.

É essencial que exista uma reactivação do centro histórico que existia, mas que tendo deixado de corresponder às necessidades quotidianas, é agora reinventado dando resposta a novas funções, traduzindo-se na harmonia que sustenta as comunidades.

O novo significado da expressão 'centro histórico' tanto pode constituir a reactivação de algo já existente (que estando desactualizado face às práticas quotidianas), é redescoberto para uma funcionalidade adequada à actualidade, como também constituir uma atitude de continuidade encenada, criando uma comunidade imaginada e representativa do passado e do seu carácter *suis generis*.

### **3. O Património e a imagem do centro histórico**

A linguagem visual e a identidade de uma cidade são valorizadas hoje, através da valorização ou da reivenção do património. Hoje em dia, observa-se uma rápida patrimonialização, que requalifica edifícios e marcas patrimoniais, tornando-os em elementos de inovação. Isso faz com que a ideia de conservação perca algum terreno, tornando-se num 'engano' necessário que consegue disfarçar o facto de o centro histórico não se resumir apenas a elementos e hábitos pertencentes ao passado que foram alvos de preservação.

É importante salientar que as cidades foram adquirindo em vários campos, a tendência da empresarialização, sendo, com alguma frequência, concebidas com o objectivo do escoamento de determinados mercados. É por essa razão que nos últimos anos se tornaram tão familiares expressões como 'marketing urbano', 'gestão urbana', entre outras. Deste modo, o património é uma mais valia do ponto de vista da imagem de marca da cidade, que torna a mesma concorrente com outras, agarrando estes aspectos identitários como veículos de comunicação e representação da cidade.

Essa manifestação de empresarialização que caracteriza as cidades actuais, desencadeia uma renovação de identidade e uma formação de novas imagens que se executa de três maneiras, ligadas entre si. Seja através da organização de eventos que atraem novos frequentadores do espaço público, gerando uma dinamização cultural, seja através da arquitectura e do urbanismo, que entregam o modernismo e criam novos símbolos identitários, seja através da revitalização do património histórico.

Em todos estes métodos de renovação da identidade, consegue-se observar que os centros históricos são habitualmente manobrados de maneira a que haja uma propagação deliberada de uma imagem negativa da cidade. A principal razão desta atitude consta em dramatizar a situação da cidade baseando-se no estado degradado do centro histórico, que acaba por resultar numa justificação legítima para a reclamação dos recursos financeiros e acções legais que contribuam para uma reabilitação de identidade.

Ainda assim, numa outra forma de manobrar esta questão, os centros históricos são imaginados de maneira a que a cidade possa promover uma imagem benéfica. Esta simultaneidade de imagens criada, gera um panorama de instabilidade cultural.

É a junção dos três métodos de reajuste identitário que foram referidos anteriormente, que nos leva a travar a proporção notória de cidades que se estão a alterar rapidamente. Não é possível calcular as perdas culturais que advêm dessas transformações, mas com certeza que estas não implicam mudanças somente a nível de imagem de cidade.

Existem várias cidades que permanecem com a imagem de 'cidade histórica', baseada na sua antiguidade e na qualidade distintiva das suas funções dominantes. Ou seja, é a sua génese histórica contra o contexto moderno. O centro histórico, apesar do aparecimento de novos espaços urbanos, constitui uma área delimitada, que é cenário de festividades e manifestações emblemáticas. Deste modo, é passível a continuação de uma cidade histórica, ainda que a mesma, na generalidade, já não o seja, no que diz respeito às suas características dominantes. Mas ainda assim é habitualmente o centro histórico que possui o protagonismo na percepção da cidade contemporânea, pois é nele que estão localizados os sinais importantes que formulam a identidade urbana.

A antiguidade, a história, têm as características fundamentais para criar a imagem que constituirá as intervenções urbanas actuais. É esta junção da diversidade urbana causada pelo velho e o novo, que fortalece o valor da imagem e da identidade representada pelos centros históricos. A inovação patrimonial é sustentada no resgate de elementos urbanos dissipados pelo tempo, mas também em permitir que o que é contemporâneo se afirme e tenha direito ao seu espaço, confrontando-se com o



antigo. Essa diversidade existindo em simultâneo, pode ser a maneira mais plausível da evolução de uma cultura mantendo a sua identidade, admitindo que a cidade não necessita somente de um passado, como também de um presente e de um futuro, para que funcione em harmonia.

#### **4. O papel do turismo nas cidades e centros históricos**

É essencial falar acerca do papel do turismo nestes locais, pois a cidade vive em grande dependência da actividade turística.

Desde a era do modernismo, o turismo tornou-se uma manifestação universal transversal a todos os povos. Apesar de o turismo urbano ter sido posto de parte inicialmente, em relação ao turismo que contempla a natureza, o que é certo é que actualmente as cidades são dos mais importantes destinos a visitar.

O turismo urbano está em muito associado às práticas arquitectónicas e urbanísticas que têm ocorrido nas últimas décadas, que promovem uma imagem estilizada das cidades, e que criam potenciais cenários de visita. Para além do interesse manifestado pelo património e o simbolismo que este contém, os espaços urbanos também contemplam grande parte da atenção por parte de quem visita. Um dos sistemas que hoje em dia é perceptível na cidade portuguesa, que remete à alteração do espaço urbano, à dimensão patrimonial, à manifestação de turismo, é a preocupação com a estética da paisagem urbana. É um processo que vai em busca da revitalização de antigos costumes, de modo a exhibir o valioso património que a cidade possui.

Uma das consequências imediatas deste método de embelezamento da cidade consiste em que as práticas diárias das pessoas ou de locais e edifícios serem de alguma maneira encenadas para que os turistas consumam o produto da cidade, gerado por signos e simbolismos. Mais concretamente, esta atitude consiste num processo de urbanismo intensivo, que se traduz na melhoria do aspecto de fachadas, no ordenamento urbano, ou que se demonstra também na organização de eventos que englobam as tradições como a componente festiva, tornando-se atraentes aos olhos dos visitantes.

E de facto, as cidades estão sucessivamente empenhadas em organizar projectos que têm como objectivo devolver o espaço público à cultura urbana, promovendo as actividades lúdicas como um continuado elemento integrante da vida quotidiana,

conferindo ao espaço público e aos centros históricos um papel de equipamentos culturais.

## **5. A nova realidade alegórica das cidades, e as suas intervenções**

O urbanismo é em grande parte produto da industrialização. Inicialmente, destaca-se com Haussman e posteriormente com Le Corbusier. A cidade, que na era pré-industrial era vista como o lugar que correspondia a todo o tipo de necessidades e que dava resposta a tudo na vida das várias camadas sociais, deixou de o ser aquando o início da massificação em torno da mesma, no caso das áreas suburbanas. O objectivo de todos estes fenómeno urbanístico era a satisfação social. Mas há cerca de três décadas atrás, devido a factores alegadamente decisivos na sociedade, como as preocupações ambientais, os valores patrimoniais, o abandono do espaço público e a distinção social, leva a uma nova atitude de planeamento, sendo esta em grande parte baseada na requalificação e revitalização de elementos e lugares históricos e tradicionais constituintes das cidades, pondo de parte as estratégias utilizadas até então, que visavam a criação de novos espaços.

Gera-se uma filosofia nova em relação à valorização da cidade, e à coesão social, que consiste em projectar e planear a cidade em função daquilo que ela já possui, e da sua génese, em vez de planea-la a partir do vazio, que seria como se não existisse identidade, nem valores patrimoniais, nem cultura. A partir daqui surgem expressões bastante utilizadas no planeamento urbano como 'planeamento estratégico', 'planeamento sustentável', 'espaço público', 'cultura urbana', entre outros.

É um processo que devolve a multiplicidade de usos ao espaço urbano, tal como se assistia há muitas décadas ou séculos atrás. Esta multiplicidade, fomenta a apropriação dos espaços e a proximidade social e cultural. Deste modo, a operação de requalificação consiste na tentativa de devolver a identidade que caracteriza a génese do lugar, juntamente com novos valores e actividades sociais.

Neste processo, é clara a renitência no que diz respeito à fomentação de novos espaços e ao urbanismo moderno, visto que este não contempla esta multiplicidade de tarefas e de resposta à vida quotidiana, integrando-se apenas numa política sedentária de actividades.

O centro histórico reabilitado surge como um novo espaço passível de criar significados sociais, atribuindo à imagem um elemento fundador de novas

sociabilidades. Metaforicamente, os centros históricos apresentam-se assim, como uma obra de arte, contrastante com a restante cidade que os envolve, pela qualidade urbanística do espaço público, pela recuperação de fachadas, pela proximidade cultural e social, e pela qualidade de vida subjacente a estes lugares.

No entanto, existe outro ponto de vista no que diz respeito a este processo, que consiste no facto de estes métodos de desenvolvimento e revitalização dos centros históricos muitas vezes acabaram por funcionar numa espécie de repetição, levando a que esses lugares cada vez mais se assemelhem uns com os outros. De facto, quando existe um lugar em que uma estratégia ou um método de desenvolvimento, resulta em algo positivo, o mesmo facilmente é transportado e replicado, noutros lugares. Este fenómeno é habitualmente denominado por “benchmarking urbano”<sup>20</sup>. A busca por um lugar com notoriedade, dinâmico, vivido, com equipamentos e com interessantes elementos arquitectónicos, urbanísticos, fundamentam o objectivo de afirmação das cidades, garantindo-lhes vantagens no âmbito turístico e social, e que garantem de certa forma, um reforço da identidade. O resultado observado destas práticas nos últimos anos, principalmente no que diz respeito ao continente europeu, é um aumento exponencial de cidades históricas que competem entre si dentro do mesmo mercado turístico.

Deste modo, tendo em consideração o interesse da qualidade cultural das cidades, podemos observar com alguma frequência, paisagens urbanas dissonantes. Além de que os avanços nos métodos urbanísticos representam frequentemente projectos que transformam os centros históricos em lugares onde, de forma encenada, se transforma a vida quotidiana, num evento comemorativo. Este cenário dissonante, adicionado à falta de credibilidade que as pessoas têm no que diz respeito a uma reabilitação urbana que defende que regenerar cafés, largos, praças, ruas, teatros reconquistará de imediato a esfera pública, faz-nos pensar na função do urbanismo na fomentação de uma cidade sustentável.

Tendencialmente, as preocupações e o desenho urbano contemporâneo das cidades apostam em lugares e elementos que possam ter um carácter turístico, tais como ruas exclusivamente pedonais, ciclovias, frentes ribeirinhas com espaços de comércio e lazer, entre outras intervenções semelhantes.

Pode-se concluir que esta propensão para este tipo de desenho urbano, deriva dos parâmetros da economia urbana contemporânea, e são indicativas da mutação das cidades. São elementos que vêm substituir os símbolos clássicos que nos revelam o

---

<sup>20</sup> A designação de *benchmarking* ganhou relevância nas duas últimas décadas do século XX. A sua propagação deve-se essencialmente a experiências concretizadas por empresas americanas, sendo utilizada como um utensílio de gestão. Originalmente, o *benchmarking* constitui uma atitude comparativa com entidades que concorrem no mesmo sector. É a procura dos melhores métodos praticados na indústria e que levam a um desempenho superior. É denominado como um processo favorável e pró-activo, através do qual uma empresa analisa como outra semelhante desenvolve uma função em particular, com o objectivo de realizar a mesma função.

carácter presente e futuro das cidades, como torres de igrejas ou outros elementos de edifícios de organizações institucionais, chaminés de fábricas, e por aí adiante, que em tempos eram símbolo da economia daquela época. Os modelos económicos conduzidos pelas cidades muito influenciam o desenho urbano e a apropriação das cidades.

O facto da actual economia urbana ter preocupações fundamentais com a atractividade das cidades ao turismo, fez com que surgisse uma nova procura pela actualização daquilo que eram (e são) considerados os não-lugares, ou os vazios urbanos, e tentar entregar-lhes funcionalidade e vivacidade, para que deixem de constituir espaços urbanos mortos.

Deste modo, caminhamos para uma patrimonialização do espaço, com novas dinâmicas económicas e culturais.

Não esquecer que muitas vezes, como já foi referido anteriormente nesta investigação, neste embelezamento do território urbano, e dos centros históricos, recorre-se à prática do fachadismo, que revela uma despreocupação com a identidade interior dos edifícios e das suas funções originais e no papel que estes tiveram na conformação da identidade da cidade. O valor arquitectónico patrimonial é, portanto, recuperado somente a nível exterior. Ao mesmo tempo, se observarmos a cidade como um todo, constatamos que as paisagens urbanas são dissonantes e leva-nos a levantar questões acerca da conservação cultural e social e da sustentabilidade urbana das cidades actuais.

## **6. Consequências da nova composição urbana**

As ruas das cidades têm variadas formas de utilização. Para além de pano de fundo para veículos, e as praças – espaço que é entregue essencialmente a pedestres – também têm outras utilizações que não só abrigar as pessoas que andam a pé. Os usos destes espaços estão mais directamente direccionados para a circulação, mas não são exclusivamente sinónimos dela. A praça só por si não representa nada. É algo abstracto. Esta só ganha significado quando complementado com o seu envolvente, e o uso que é dado ao mesmo. O mesmo se pode dizer das ruas, a partir do momento em que elas servem para outros fins para além do suporte do tráfego. Ruas e praças, principais espaços públicos de uma cidade, são os pontos vitais de distribuição e utilização das cidades. Quando imaginamos, ou nos lembramos das cidades, a primeira coisa que nos ocorre são as ruas. O facto de uma cidade parecer interessante

depende dos elementos estruturantes do espaço público, que a torna mais ou menos monótona, e, conseqüentemente, mais vivida e mais segura.

O ritmo e as actividades urbanas fazem com que as pessoas percorram praças e ruas, passando por sítios que acabam por se tornar frequentados e repletos de pessoas, por se encontrarem a caminho de outros lugares. A satisfação das pessoas em ver o movimento, é bastante superior a simplesmente contemplar o vazio.

Na reabilitação de edifícios convém ter-se em atenção que posteriormente, a sua utilização não deve constituir apenas escritórios ou habitações que requerem custos e rendas extremamente elevados, como o caso da Baixa de Lisboa, sob penalização de estes lugares serem utilizados principalmente por pessoas que ali têm os seus empregos, haver uma desertificação evidente a partir do final da tarde.

Para entendermos as cidades, temos que assumir as misturas de usos, não os mesmos separados. Se a tivermos como um dado adquirido, promovemos a diversidade urbana e o contacto das pessoas com o espaço pelas mais variadíssimas razões, estaremos a dar um passo importante na revitalização de centros históricos, ou mesmo no simples funcionamento de qualquer cidade, seja ela pequena ou grande. Além da revitalização que sucede a estas estratégias, as mesmas estarão também a conferir conforto e facilidade de movimentação de pessoas dentro do meio urbano.

## **5. O caso do Plan Especial del Casco Historico de Toledo**

## Toledo – O Plano Especial do Centro Histórico

### 1. Contexto

Toledo é uma cidade medieval espanhola, com uma área de cerca de 232 km<sup>2</sup> e com 76.618 habitantes (2007). A sua densidade populacional ronda os 338 hab/km<sup>2</sup>. Situa-se na região de Castilla La Mancha, a aproximadamente 70 km de Madrid.



Fig. 5.1 - Mapa de Espanha – Localização de Toledo

O seu centro histórico está situado no topo de uma montanha envolta pelo rio Tejo. Toledo sempre foi um grande centro cultural e até 1492 ficou famosa por ter uma grande expressão de várias religiões, como judeus e muçulmanos (para além do cristianismo evidente), sendo estes os primeiros expulsos por esta altura, deixando símbolos como as sinagogas de *El Transito* e *Santa Maria la Blanca*, assim como a mesquita de *Cristo de la Luz*.

A situação religiosa de Toledo influenciou a sua arquitectura de forma muito vinculada. As muralhas da cidade abraçam uma herança cultural e arquitectónica bastante rica, provenientes desta mistura de povos, expressando um leque de influências medievais renascentistas.

Esta cidade chegou a ser capital da Espanha visigótica e a enriquecer bastante, coisa que deixou de acontecer a partir do século XVI. Por entre os numerosos monumentos da cidade, o que mais se destaca é a catedral, erguida no lugar de uma igreja visigótica e de uma mesquita, entre 1226 e 1493, que devido a esta longa duração de concepção, apresenta uma mistura de estilos.

Foi inclusivamente a cidade onde residia El Greco, o pintor, escultor e arquitecto grego que se especializou na arte bizantina, posteriormente enriquecendo o seu estilo com os movimentos modernista e renascentista.

Toledo configura-se ao redor de vários bairros: *Antequeruela, Azucaica, Benquerencia, Buenavista, Casco histórico, Cigarrales, La Legua, Monte Sión - San Bernardo, Olivilla, Palomarejos, Pinedo, Salto del Caballo, San Antón, Santa Bárbara, Santa Teresa, Valparaíso y Vistahermosa*. Sendo que somente *Antequeruela* e o *Casco Histórico* se encontram do antigo recinto amuralhado.

Este centro histórico está dividido em áreas distintas, sendo elas:

- *Antequeruela / Arrabal de Santiago*: zona de frente norte que inclui os conjuntos de casas mais pequenas entre a muralha superior e a inferior, com as Portas de Bisagra, e Nueva de Antequeruela. São elementos significativos os que rodeiam a praça de Antequeruela e a igreja de Santiago.
- *Fachada Norte*: trata-se de uma frente fortemente caracterizada como fachada-muralha, em que o seu principal condicionante é o factor orográfico. A área sofreu grandes alterações ao longo do tempo, como o desaparecimento e substituição de notáveis edifícios, assim como de uma boa parte do Arrabal de Santiago. Incorpora toda a frente norte desde a porta de Alarcones até ao antigo matadouro.
- *Cobertizos*: com este nome se identifica a zona de menor ocupação residencial, uma vez que alberga uma grande densidade de conventos e edifícios institucionais. O espaço público caracteriza-se pelos telheiros e cobertos, muros de construções fechadas e monumentais.  
A sua delimitação forma um polígono irregular com vértices nas igrejas de Santa Clara e Guitanas, Rua de la Trinidad e Colegio de Doncellas. A localização orográfica confere a esta área, características de colina com declive até à fachada norte.
- *Judería*: Incorpora tanto a Judería como o Barrio Nuevo e San Martin, e trata-se da fachada poente de Toledo. Em primeiro lugar destacam-se as muralhas, San Juan de los Reyes, Artes y Ofícios, e topograficamente as



descidas íngremes até ao Tejo. Evidencia-se o tecido sarapintado no qual se distinguem os edifícios civis.

- *Centro / Zocodover*: a pressão enquanto centro terciário modificou notavelmente a arquitectura nesta zona. Conta ainda assim, com peças de grande interesse individual, além de incluir duas das obras mais notáveis na consolidação urbana do centro histórico: a catedral e a sua envolvente, e Zocodover. A estrutura urbana está configurada pela dispersão das parcelas, compensada pela notável altura das suas edificações civis. Apresenta características de densidade comercial e terciárias em geral.
- *Alfición*: área independente, em que o Alcázar<sup>21</sup> se destaca pela sua volumetria. Não esquecendo o conjunto monumental do Convento de la Concepción e do Museo de Santa Cruz. Inclui uma sobreposição de restos de culturas.
- *Mudejár / Seminário*: As características do tecido urbano sofreram notáveis alterações, e houveram transformações no edificado. Trata-se de uma zona de declive topográfico, que se apresenta como uma tapada com as casas enquanto padrão, sobre a colina de San Cristobal, e a zona de menor altitude de Santa Ursula, e ladeada pela fortificação do seminário.
- *Mudejar / Barco*: contrariamente ao local descrito anteriormente, este conserva uma maior autenticidade nos seus edifícios civis. Na zona inferior (Barco) deram-se algumas transformações, nomeadamente pela criação de novas vias. Topograficamente pode-se fazer algum paralelismo com a zona de Mudejar / Seminário, em que a colina seria agora a de Can e os vales os de Pozo Amargo e a Bajada del Barco, que se estende até ao rio.

---

<sup>21</sup> Alcázar. Nm. Alcácer, Fortaleza



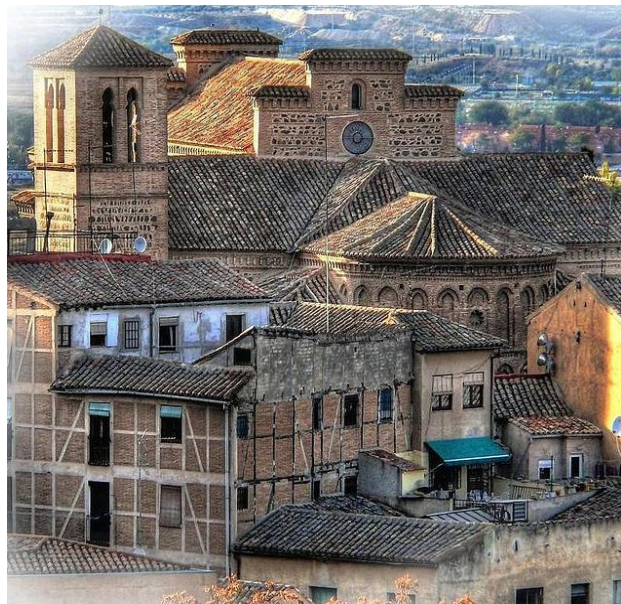
Img. 5.1 - Antequerra



Img. 5.2 - Puerta Alarcones



Img. 5.3 - Puerta Nueva de Bisagra



Img. 5.4 - Telhados de Antequerra





Img. 5.5 - Cobertizos



Img.5.6 - Cobertizos



Img. 5.7 – Calle de la Trinidad, Cobertizos



Img. 5.8 - Cobertizos



Img. 5.9 – Puente de San Martín



Img.5.10 - Colegio de Doncellas





Img. 5.11 - Calle Santa Ursula



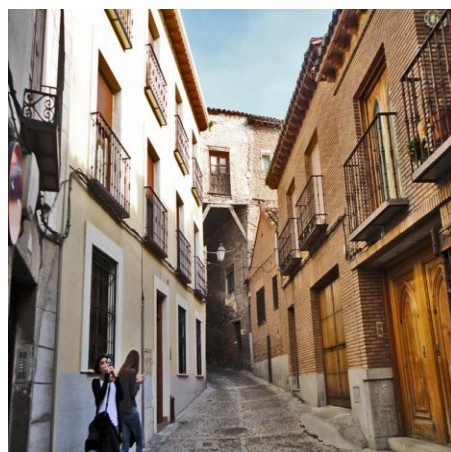
Img. 5.12 - Plaza Zocodover



Img. 5.13 - Museo Santa Cruz



Img. 5.14 - Escaleras de San Cristo



Img. 5.15 - Juderia



Img. 5.16 - Convento de la Concepción

## 2. Introdução

Quem caminha pelas ruas de Toledo, pode observar um lugar com uma estrutura regradada, aprazível e com bastante vida. Mas a situação antes de 1997 era bastante distinta. O centro histórico de Toledo passava momentos de agonia, pois nas décadas antecedentes, a população de Toledo começou a virar as costas à 'cidade velha' e deslocaram-se para outros bairros, casas mais modernas e confortáveis, deixando desabitados os antigos casarios, nos quais já se notavam bem as cicatrizes do tempo.

A decadência atingiu então o seu auge nos anos 90, e a população reduziu-se a menos de 10.000 pessoas, o que constituiu um record histórico de uma cidade que em tempos chegou a ser a capital do reino de D. Carlos V.

Esta situação alarmou as instituições e os diversos colectivos. E foi assim que se começaram a dar os primeiros passos no sentido de travar o caminho de decadência no qual o centro histórico se encontrava.

Assim, em 1985, foi aprovada a lei do património histórico espanhol, que estabelecia um novo método de actuação nos conjuntos históricos, mediante a coordenação da legislação do património. A dita lei estabelecia a obrigatoriedade de dispor de um plano especial, cuja competência da sua realização estava entregue à Câmara Municipal de Toledo.

Em Dezembro de 1989, o Ministério e a Conselheira da Cultura juntamente com a Câmara Municipal de Toledo assinaram um acordo para lidar com a realização deste plano especial. Depois de intensos anos de trabalho, foi dada luz verde ao documento.

*El Plan Especial del Casco Historico*, desenhado pelo arquitecto Joan Busquets, contemplou importantes políticas de actuação e implantação de infra-estruturas, assim como uma proposta ambiciosa de recuperação de moradias, agrupadas em 21 áreas de reabilitação integrada, com cerca de 800 moradias afectadas.

Naquela fase, algumas sugestões pareceram utópicas, principalmente à *Real Fundación* que se manteria pouco optimista, mas a maioria delas foi realizada com sucesso.

A aprovação do *Plan Especial del Casco Historico de Toledo* foi um acontecimento de destaque para a vida municipal mais recente. Este documento foi o mais importante realizado pela Câmara Municipal durante a década de 90. Na sua elaboração participaram várias entidades municipais, governadas por partidos políticos diferentes, e um relevante número de instituições públicas e entidades privadas.

Um dos aspectos fulcrais do projecto consistia em desenhar no papel, as directrizes que marcassem o desenvolvimento urbanístico do centro histórico, traçar as linhas

mestras de modo a assegurar a conservação dos aspectos mais importantes, como a morfologia do espaço, e potenciar a evolução e a revitalização desta zona.

Este plano especial entrou em vigor em Fevereiro de 1997. Desde aí a Câmara Municipal de Toledo trabalhou em três campos diferentes:

Aplicar as novas normativas aos pedidos de obras existentes, a execução de infraestruturas e equipamentos, e a reabilitação de casas.

Em todos os campos foram dados passos importantes. Desde a entrada em vigor do plano especial, que se implementou a actividade edificatória no conjunto monumental, de forma que os cidadãos e promotores dispõem de novas directrizes urbanísticas, com maior segurança e clareza jurídica, comparativamente ao défice de critérios que se observava anteriormente.

No que diz respeito a infraestruturas, o programa de renovação do centro histórico já permitiu retornos económicos bastante consideráveis.

Para a elaboração e aprovação destes documentos, destaca-se o trabalho das corporações municipais presididas por Joaquín Sánchez Garrido e Agustín Conde Bajén.

O plano, teve a direcção urbanística de Joan Busquets, envolvendo um aprofundado trabalho de investigação, recolha e organização de dados, diagnóstico de patologias e por fim a proposta.

Este extenso projecto teve especial atenção em fóruns espanhóis e internacionais, e foi galardoado pela Real Fundación de Toledo.

*“El futuro de nuestro casco histórico depende, en gran medida, del esfuerzo común que seamos capaces de generar entre todos. El Plan Especial nos marca las reglas para su desarrollo y nos encana hacia los caminos a recorrer.*

*El éxito o fracaso de sus propuestas está en nuestras manos”<sup>22</sup>*

Toledo é um bom exemplo de que a justa posição urbana denuncia várias tentativas de reinvenção morfológica.

O centro histórico, que até metade do século XX se identificava muito o resto da cidade, hoje é apenas um fragmento. Um grande fragmento que é símbolo da identidade colectiva, que transcende o âmbito arquitectónico e geográfico, justificando e condicionando o desenvolvimento, na totalidade do conjunto urbano.

É o coração da cidade. É uma área que necessita de uma intervenção cuidada para que siga no tempo com qualidade de vida.

---

<sup>22</sup> Trad. O futuro do nosso centro histórico depende, em grande parte, do esforço comum que formos capazes de gerar entre todos. O Plano Especial delinea-nos as regras para o seu desenvolvimento e indica-nos os caminhos a tomar. O êxito ou o fracasso das suas propostas, está nas nossas mãos. JOSÉ MANUEL MOLIN GARCIA, presidente da Câmara Municipal de Toledo. Maio de 2000

É o que pretende este plano, que desde o início inclui, não só o estudo urbanístico e arquitectónico, como se baseou num amplo consenso social, em permanente diálogo.

Esta visão estratégica do plano urbanístico deve potenciar-se para que os benefícios se possam alargar à restante cidade enquanto conjunto.

Neste caso em estudo, são recolhidas várias propostas do Plano Especial do Centro Histórico de Toledo.

Toledo é uma cidade de inequívoca importância histórica e cultural, e isto reflete-se nos depoimentos da população que ali reside, assim como dos seus visitantes.

É uma cidade reconhecida pela herança histórica e sobretudo pelo simbolismo que envolve este espaço de culturas antigas. Poderia dizer-se que Toledo é uma daquelas cidades que resume, na sua forma e no caminho por si percorrido, quase todas as fases distintas da construção urbana ocidental.

O processo do Plano tinha que passar pela interpretação da complexidade da realidade actual e dos problemas existentes, para dirigir as propostas de forma mais eficaz e mais precisa, tanto a nível da cidade enquanto conjunto, como das peças urbanas, da sua actividade económica e social. Neste sentido, os intervenientes realizaram um quadro de propostas físicas e normativas que permitissem analisar as intervenções de melhoramento e reabilitação.

Um estudo urbanístico deste género requer: a interpretação da realidade do espaço em que a intervenção se insere, a sua valorização patrimonial e histórica, o estudo funcional e usos, actividades, tradições e impacto cultural e social da reabilitação a propôr.

Apesar dos valores culturais de Toledo, que estamos já cientes, existem situações contraditórias. A sua beleza e identidade são reconhecidas e singulares, no entanto era um lugar abandonado no que diz respeito ao sector residencial, pela procura de um conforto, físico, económico, que eram difíceis de encontrar nesta zona da cidade. É uma realidade urbana estimada pela população que a habita e a usa. No entanto os seus espaços livres, ruas e praças, estavam a ser utilizados como 'depósitos' de veículos ou circulação automóvel.

O centro histórico é lugar de iniciativas empresariais e de actividades económicas que tentam promover a sua revitalização, mas isto representa apenas um uso parcial do local, quando supostamente deve ser um lugar de utilização integral. A evolução e modernização da vida urbana provoca a procura de uma utilização distinta dos espaços da cidade histórica. O centro histórico está submetido a diferentes usos consoante a permanência em cada espaço. É o caso da actividade residencial. É provavelmente a que deve ter mais expressão. O turismo também é muito importante,

nomeadamente a nível económico e de divulgação do centro histórico, mas é uma actividade de curta duração.

Os já referidos serviços de actividade económica são também relevantes, assim como as actividades lúdicas, nocturnas, comerciais, etc.

Tal como na cidade moderna, os espaços procuram estar prontos para receber um leque de alargadas funções. Procuram dinâmica e versatilidade.

O peso simbólico de Toledo enquanto exemplo privilegiado da Espanha histórica, a qualidade dos seus monumentos e da sua localização, assim como a sua proximidade à capital espanhola, fazem com que a cidade tenha uma procura superior a dois milhões de visitantes anualmente. Pensa-se que o sector turístico desta cidade possa aumentar o seu protagonismo tendo repercussões económicas positivas.

A universidade corresponde a uma das actividades económicas que se correlacionam positivamente com a estrutura histórica de Toledo. Existe um leque de cidades históricas que conseguiram compatibilizar e dinamizar o valor dos seus centros históricos, como Leiven, na Bélgica, e a sua Universidade Católica, ou até mesmo Santiago de Compostela, entre outras.

Relativamente ao comércio e serviços, segundo um estudo realizado antes do início da execução do P.E.C.H.T., contabilizavam-se 2147 parcelas com usos religiosos, administrativos, equipamentos ou culturais, estes últimos de carácter institucional. Das parcelas contabilizadas, 1833 apresentavam uma ocupação regular (85,4%), em 159, a ocupação era parcial (7,4%), e 155 não tinham actividade aparente (7,2%), tendo este último uma relação directa com o facto de 6,42% destes locais sem actividade estarem praticamente em estado de ruína.

Os escritórios estão dominados maioritariamente por bancos, à semelhança de muitos outros centros históricos, e a hotelaria tem naturalmente um peso muito importante nesta economia. Esta representava então 20% dos locais e tem uma relação proporcionalmente directa com o turismo, motor da cidade.

Os cafés e bares compõem também uma grande fatia da oferta económica. Dos 43,3% dos locais representados pelo comércio,  $\frac{1}{4}$  corresponde exclusivamente a negócios dedicados ao turismo.



### 3. Toledo e o seu território

O centro histórico de Toledo assenta sobre um maciço rochoso, separado pelo Rio Tejo e os Montes de Toledo.

Situa-se a 70 km de Madrid, e a ligação entre as duas cidades faz-se pela estrada N-401 desde o ano 2000. Outros elementos de ligação territorial são constituídos pela N-400 até Aranjuez, a N-403 a Ávila e o acesso por comboio, para o outro lado do rio.

A superfície do município é de 230km<sup>2</sup>, com 1500 ha de solo urbano, dos quais 525 estão ocupados pelo sector residencial, e uma quinta parte desta pertence ao centro histórico.

O rio Tejo rodeia 3000m da base das colinas de Toledo, que têm um perímetro global de 4600m e compõe 164 ha.

A morfologia das colinas responde a uma meseta de 111 ha, com um certo declive até ao sector Sul e uma notável desigualdade orográfica, com um total de 12 colinas internas, ainda que algumas se notem tão pouco, que somente 6 ou 7 são assumidas.

O ponto mais alto encontra-se na colina de Alcazar (à cota 547). O desnível médio relativamente ao rio é de 75m, formando-se uma muralha natural de cerca de 40-50m na fachada norte, lugar por onde se fazem os acessos históricos ao centro.

A demografia populacional do centro histórico mantém um constante decréscimo desde os anos 50 (30.000 habitantes), demonstrando um notável envelhecimento da população.

O número de casas residenciais em 1991 era de 6091 com um grau de desocupação de 22%.

Ainda que o centro histórico não corresponda a uma área territorial muito grande, existem diferenças assinaláveis em casa um dos seus bairros. Quer físicas, quer morfológicas, ou até de indicadores de actividade, população, oferta turística, etc, fazendo com que os dados gerais percam uma certa importância aquando uma aproximação mais pormenorizada. Como centro de actividades, este centro histórico tem tido como base o turismo, a cultura, o comércio, para além do considerável crescimento da implantação universitária.

#### 4. Análise e morfologia da cidade

Toledo constitui uma realidade muito própria, pela sua sequência de espaços, a morfologia dos edifícios, o ritmo e a sua relação com a topografia.



Img. 5.17 - Toledo e o rio Tejo

Como na maior parte das cidades antigas, não é fácil decifrar as intenções urbanísticas, os planos e os projectos que tiveram influência no seu traçado e no resultado actual. As diferentes culturas sobrepuseram-se e deixaram, cada uma delas, a sua marca na cidade e o seu legado urbanístico.

Não entrando em grandes considerações acerca dos modelos visigóticos e romanos comprova-se que a época medieval é uma parte desconhecida no que diz respeito à história do urbanismo, este que se começou a desenvolver de forma mais perceptível na época renascentista a par de propostas inovadoras projectuais, esquecendo a sobreposição de projectos, que é algo fundamental para entender a cidade de Toledo.

Não deve ser esquecido que existem modelos latentes na estrutura da organização da cidade em que cada um deles impõe o seu período histórico e as suas raízes arquitectónicas e culturais. Estes modelos constituem aqueles projectos parciais que podemos descobrir na construção e na evolução de Toledo. Uns actuam tentando

negar os seus antecedentes. Outros, por sua vez, esforçam-se por adicionar novas funções e novos atributos de forma a reutilizar a cidade existente. É um acumulado de várias camadas históricas, em que Toledo demonstra que muitas delas estão ainda presentes, desde o período medieval.

Deste modo, o tecido árabe que se sobrepõe à cidade existente tem uma lógica urbanística distinta das regras de formação da cidade ocidental. Baseia-se na hierarquia interna de assentamento e reflete-se numa malha urbana que permite uma boa distribuição dos diferentes grupos sociais no território. Dispõe igualmente de espaços públicos, também eles com a sua hierarquia: mercados, mesquitas, e outros espaços cívicos. De qualquer das formas, produz-se uma adequação da cidade a um quadro actual, respondendo às necessidades contemporâneas, crenças, temperamento, distintos daqueles que caracterizavam a cultura visigoda e romana.

A cidade árabe tende a criar um mundo artificial, onde se criam potentes sistemas de irrigação e jardins, como forma inovadora. Na cidade islâmica, o crente faz parte de uma comunidade única que respeita a actividade autónoma de cada um, e o seu direito à privacidade no âmbito familiar, sendo este inviolável e sagrado. E assim se explica que o sistema edificado resulte, não no típico quintal em frente à casa, partilhado por vezes por vizinhos, como acontece na cidade ocidental, mas sim na construção invertida, com pátios interiores e espaços fechados ao exterior, como a maior parte das divisões da casa, em que se impede o domínio privado aos restantes. As casas sobrepõem-se umas às outras, invadindo o espaço da rua, criando autênticos labirintos. De maneira geral, admitem-se 3 tipos de rua:

- 1- A rua principal, que se abre para ambos os lados e atravessa a cidade.
- 2- A rua secundária, cujo acesso é feito através de um portal e tem ligação à rua principal.
- 3- Becos sem saída, que têm um carácter mais privado.



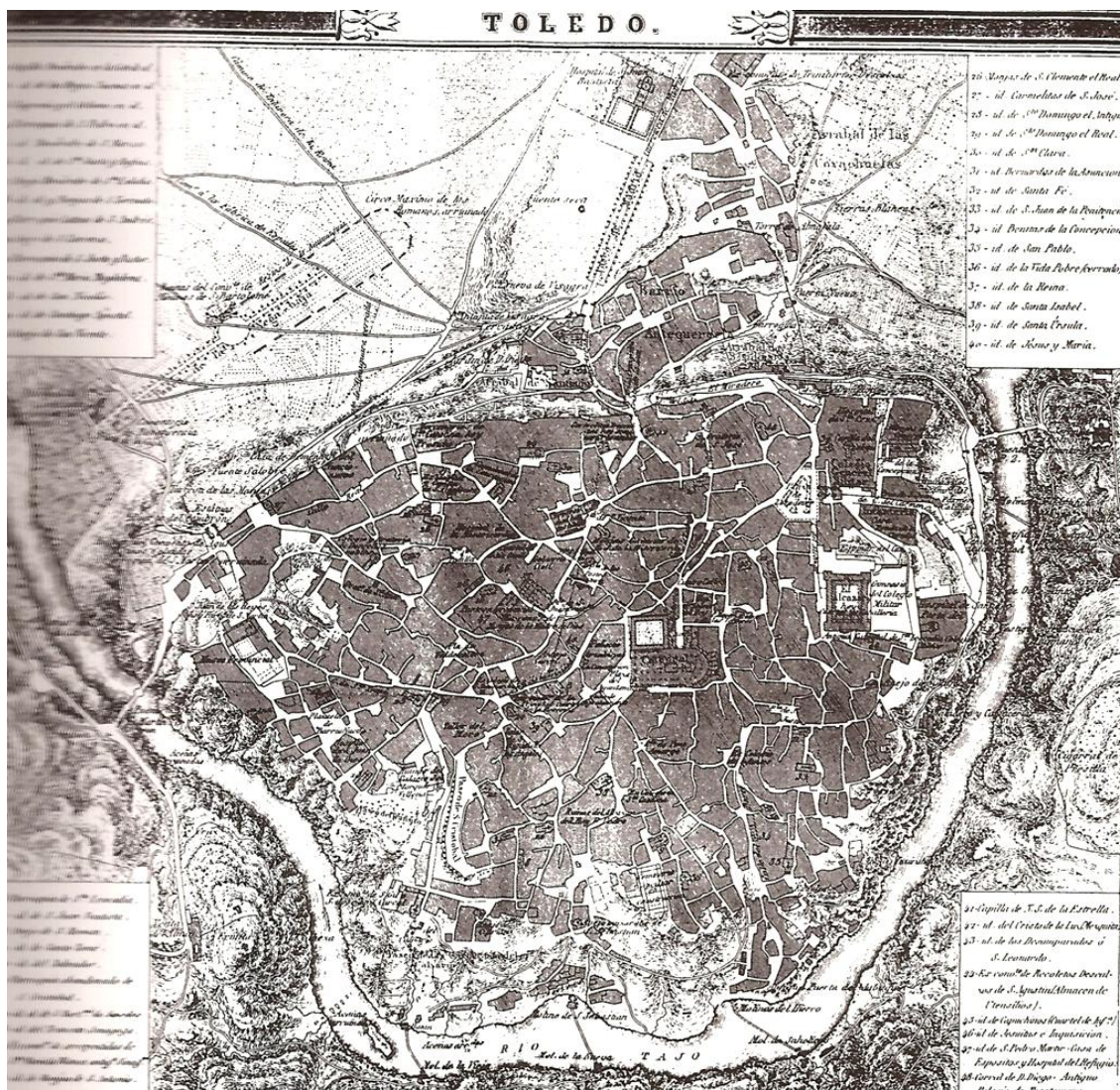


Fig. 5.2 – Plano de Coello-Hijón em 1858 - é um exemplo que reflete as dificuldades que o centro histórico apresenta à sua interpretação. A topografia, os traçados labirínticos, grandes edificações, etc. O P.E.C.H.T.<sup>23</sup> procurou sectionar estas características para conseguir uma interpretação correcta destas interrelações físicas e funcionais, principalmente no que respeita aos eixos principais.

<sup>23</sup> P.E.C.H.T. Plan Especial del Centro Histórico de Toledo





Img. 5.18 - As características de Toledo e as suas qualidades especiais, mereceram especial atenção da parte de escritores, pintores, e do restante mundo das artes e formas de expressão cultural. Estas imagens são interpretações de El Greco, expostos na Galeria Nacional de Arte de Chicago, e no Metropolitan Museum of Art, Nova Iorque.

Em Toledo, reconhecem-se pelo menos quatro sectores bem definidos do período árabe. Sendo eles, a *Alcazaba* (alcáçova), a Medina (enquanto bairro residencial, comercial e religioso), a zona judia, adjacente à porta de Cambrón, e o bairro periférico até Bisagra.

Mas se a morfologia da cultura árabe está presente na maior parte do centro histórico de Toledo, houve intenções de tornar esta cidade numa capital do cristianismo.

*“Desde la Alta Edad Media hasta el final del Antiguo Régimen, todas las grandes ciudades cristianas intentaron ser un anticipo de la Jerusalén celestial. La religión nueva favorecía una mentalidad que prolongaba la de las civilizaciones tradicionales, que sólo pueden vivir en un espacio segregado o en función de él. Pronto prevaleció una representación inédita de la ciudad que combinaba dos realidades opuestas, una contingente y otra transcendente”.*<sup>24</sup>

Uma das primeiras hipóteses postas, constituiu implantar várias igrejas e monumentos cristãos, que por um lado procuravam derrubar ou superar a expressividade religiosa anterior e transformar a cultura da cidade através do poder do cristianismo.

<sup>24</sup> Trad. Deste a alta idade média até ao final do antigo regime, as grandes cidades cristãs tentaram ser um protótipo de Jerusalém celestial. A nova religião favorecia uma mentalidade que era o prolongamento das civilizações tradicionais, só podendo viver num espaço segregado e em função de si mesmo. Cedo prevaleceu a representação inédita da cidade que continha duas realidades opostas. Uma contingente, e outra transcendente. CORBOZ, ANDRÉ. *La ciudad como templo*, Madrid (1991) p.53

Por outro lado, a interpretação da cidade como templo deverá ser entendida como uma característica do ponto de vista geral e algo superficial, ainda que seja um factor importante, pois por muito rígida que seja a sua concepção, nenhum conceito de cidade se pode singir única e exclusivamente ao carácter teológico, sem se debruçar pelos factores económicos e funcionais.

As referências em Toledo, de Roma e Jerusalém, são explícitas. Mas em qualquer caso, é notório que outros modelos urbanísticos fizeram parte da constituição da cidade. O grande desenvolvimento dos conventos significou muitas vezes, a formação de grandes núcleos fechados, como pequenas cidades independentes e autosuficientes. Existiam barracões nas ruas e túneis subterrâneos de ligação dos sítios. É um modelo que persistiu e que explica a existência dos muros altos intransponíveis, a existência de poucas janelas, etc.

Já no século XVI, Toledo simboliza o auge do renascimento espanhol, com peças emblemáticas como o Hospital de Santa Cruz de Henrique António Egas (1503), o Hospital Tavera (1597), a Porta de Bisagra (1550) de Alonso Covarrubias, e a remodelação da Alcáçova, que teve início em 1545, com a participação de Covarrubias e Juan de Herrera.

Nesta época procedeu-se também à reforma e construção de espaços públicos maiores, como a Praça Zocodovar, ou a criação da Praça de Conde de Fuensalida. Introduziram-se algumas regras de construção de casas e de desenvolvimento das funções públicas.



Img. 3.20 - Plaza del Conde de Fuensalida



Img. 3.21 - Hospital de Santa Cruz – Toledo



Img. 3.22 - Puerta de Bisagra

O século XIX destaca uma forte actividade administrativa com a introdução de novos usos e géneros arquitectónicos, como a Plaza de Toros (1866), o Teatro Rojas (1879), a Escola de Artes e Ofícios (1882), entre outros.



Img. 3.23 - Teatro Rojas



Img. 3.24 - Escuela de Artes y Ofícios

Foi realizada também a ampliação de ruas para facilitar a circulação. Estes novos edifícios e funções, adoptaram uma renovação tipológica, ainda que mantendo o compromisso com a Toledo tradicional.



Estes desenvolvimentos contrinuíram para o avanço do urbanismo espanhol, bem representado em Toledo, como a figura do arquitecto e historiador Fernando Chueca Goitia.



Fig. 5.3 - Os grandes monumentos que ocasionalmente se apoderam do espaço público, criam pinturas que se opõem às fachadas cegas perfuradas pelos portais e através dos quais se vislumbram corredores que conduzem aos pátios.



Fig. 5.4 - As edificações que se foram sobrepondo ao longo do tempo criando uma complexa estrutura, e igualmente questões no que diz respeito à propriedade de cada um.

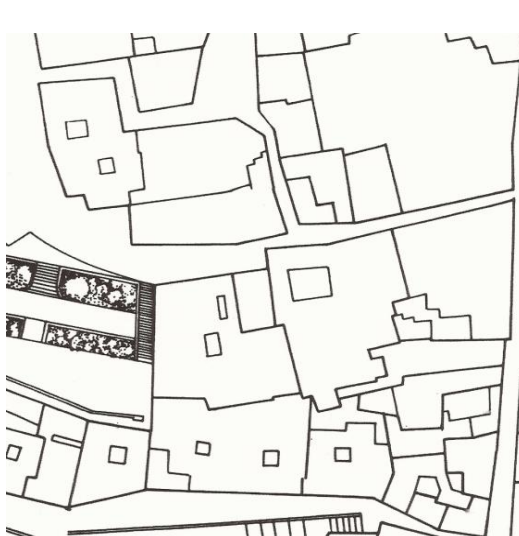


Fig. 5.5, Fig. 5.6 - A realidade topográfica traduz-se em plataformas edificadas, onde se podem observar os muros de separação

## 5. Os valores patrimoniais da sobreposição de culturas

Pode-se admitir que o tecido urbano actual baseado numa estrutura de ruas islâmica, em que esta funciona como elemento aglutinador das restantes fases.

Os elementos urbanos que mais caracterizam o centro histórico são:



- A teia islâmica: de grande permanência até à data actual, caracterizada por traçados irregulares, com momentos de quebra, conferindo uma estrutura de aparência orgânica.

- As praças medievais (até ao Séc. XIII): muitas vezes de origem incerta, são geralmente pequenas, às vezes em cruzamentos de ruas, e bastante irregulares. Em alguns casos antecedem as igrejas.

- As praças novas (Séc. XIV – XVI): espaços que estão interligados com a implantação de edifícios públicos, civis ou religiosos.

- As praças modernas (Séc. XVII – XIX): ainda que algumas mantenham muitas características das anteriores, outras surgem como demolição das pré-existentes, sem se associarem necessariamente aos edifícios de interesse público. Há alguns casos em que se aproveitou a extinção de cemitérios adjacentes a igrejas, para a formação de novas praças.

- As igrejas: tendem a estar espalhadas uniformemente pelo centro histórico, e a sua importância subsiste, para além do seu interesse individual, a sua relação com a sociedade, a sua presença ao longo da história, assim como a sua acção catalizadora para futuras transformações. As igrejas vêm-se mantendo ao longo dos tempos como marcos da cidade.

- Os palácios: actualmente não se encontram muitos, embora alguns tenham ficado documentados. À medida que as várias culturas foram surgindo por aqui, foram-se substituindo construções anteriores pelas novas.

- Conjuntos Religiosos: actualmente bastante numerosos, ainda que apresentem alguma decadência funcional. A sua implantação numa trama citadina tão diversificada pressupõe que tenha causado algumas alterações na mesma, assim como pela constante adição de peças, em lugar da sua remodelação.

- Bairros: conservam a toponímia relacionada com a sua origem e com a época histórica à qual pertence a sua construção, não se tratando de construções que se foram gerando em torno das igrejas.

- Vestígios diversos: ainda que muitos se encontrem dispersos, estes vestígios dizem respeito a muralhas, à própria forma urbana, à localização de estruturas independentes e à posição urbana de certos elementos, portas, itinerários, etc.

Com esta desagregação, a cidade manifesta-se actualmente como somas de interacções, com algumas relações estruturais interessantes:

- A cidade, limitada pela configuração circular do rio Tejo, a sua topografia, e as suas muralhas.

- Uma fachada norte alinhada à cota 500, que outrora fora ocupada por palácios, tendo sido estes substituídos por edifícios administrativos e religiosos.
- A pré-existência de palácios anteriores, sendo eles visigóticos, medievais, ou muçulmanos, e a existência de peças patrimoniais.
- Os vestígios pré-islâmicos que conferem a existência de uma estrutura urbana básica, que surgiu anteriormente: infraestruturas sociais, centro administrativo e militar, acessos principais e ruínas de edifícios.



Fig. 5.7 - Vestígios pré-islâmicos

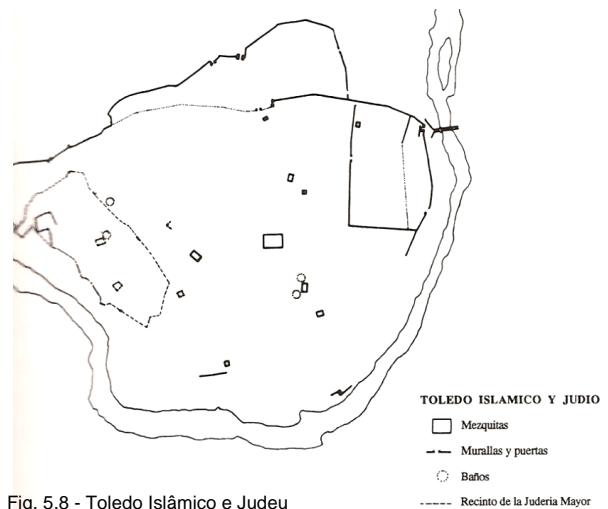


Fig. 5.8 - Toledo Islâmico e Judeu



Fig. 5.9 - Toledo Cristão

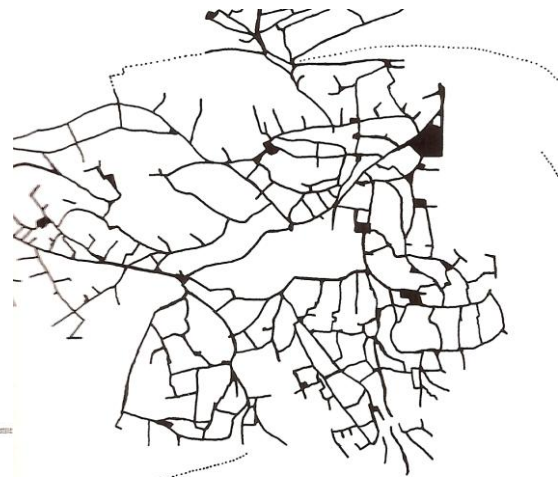


Fig. 5.10 - Permanências da trama muçulmana

Ainda que haja uma homogeneidade aparente, existem peças que contrariam esta ideia. Prova disso são as igrejas, que desde o século XVI têm desaparecido nos bairros periféricos. Em todo o caso, a cidade pode ser explicada tanto a partir das suas permanências, como das suas alterações.

Subúrbios de Santiago: formada a norte da cidade, aparece uma aldeia transformada junto a elementos religiosos e militares de alto interesse histórico. As portas de Bisagra e de Alfonso VI, as muralhas e as igrejas de Santiago del Arrabal e de N. Sr<sup>a</sup> da Estrela definem esta peça urbana.

Núcleo Central: destacado pela presença da catedral, apresenta-se como uma ilha em relação ao resto das igrejas, uma vez que está cercada de um anel formado por um conjunto de edifícios civis com grande interesse histórico, arquitectónico e ambiental.

Sector de conventos: dominam as congregações a partir da idade média, assim como os espaços públicos adjacentes às mesmas.

Núcleo de San Nicolás: apresenta directrizes claramente identificadas. Um dos eixos principais faz-se no sentido norte-sul desde a porta de Valmardo até à catedral, e que conta com vários exemplos islâmicos e medievais.

Este eixo, juntamente com as ruas de Plata e Alfileritos, formam um conjunto de grande tradição histórica, com muitas permanências muçulmanas e medievais, tanto na sucessão de espaços como de edifícios.

Eixo de San Román: o facto de se situar na parte interior da colina mais alta de Toledo e de ter uma sucessão de peças de grande valor monumental, faz com que este eixo seja muito importante.

Área judaica: os edifícios e grande parte da malha urbana sofreram grandes alterações. Conservam-se as sinagogas, assim como a trama urbana da zona topograficamente mais alta.

Colinas de San Cristobal e Seminário: sofreram transformações notórias entre o século passado e o século presente, pelas quais a trama antiga está bastante desfigurada, nomeadamente nas extremidades.

San Cipriano: de notável antiguidade, com edificações bastante humildes. As igrejas de San Sebastian e San Cipriano, assim como a praça de San Cipriano, estão documentadas desde a idade média.

Mudejár: nele estão localizados alguns edifícios de interesse monumental, mas é caracterizado pelos edifícios civis e pelos espaços públicos, muitos destes de origem medieval e islâmica. A sucessão de casas com pátio, as ruas labirínticas e as praças de acordo com a topografia sinuosa, os recantos perdidos, são características desta zona.

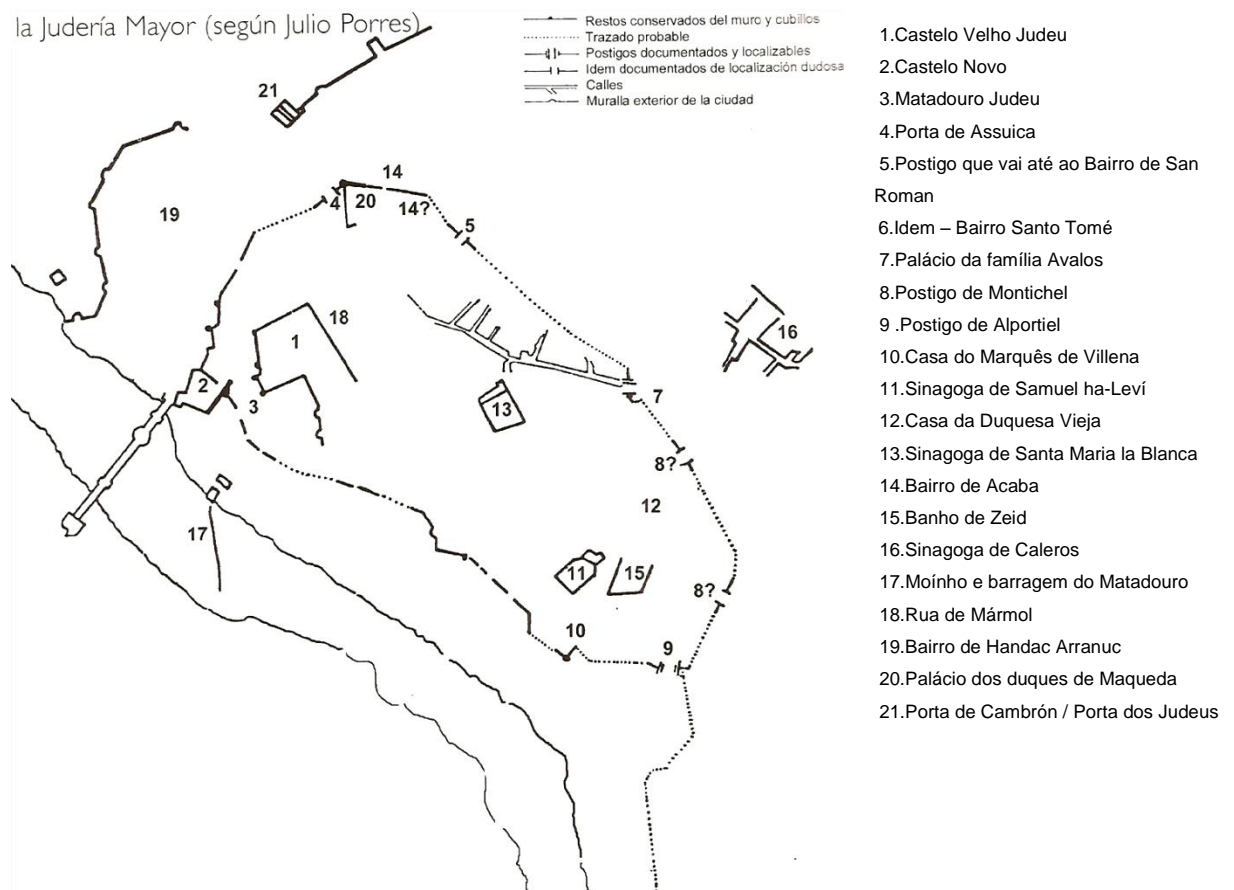
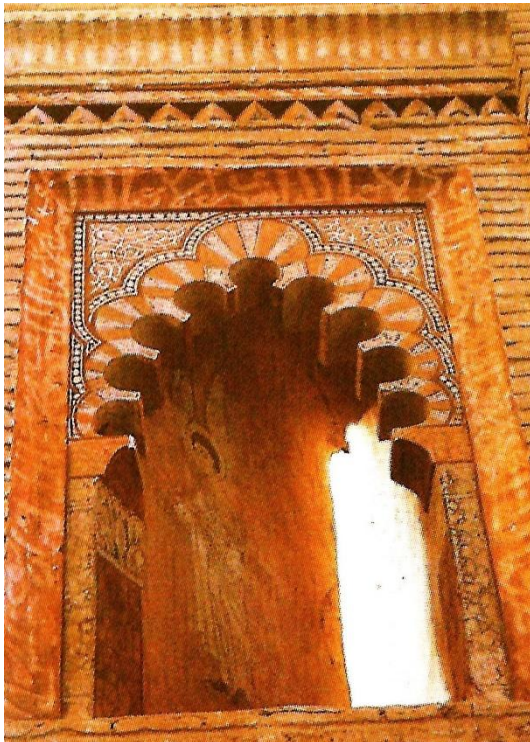


Fig. 5.11 - Croquis da fase Judia em Toledo, no século XIV



Img. 5.25 - Janela Toledana



Img. 5.26 - Calle la Plata





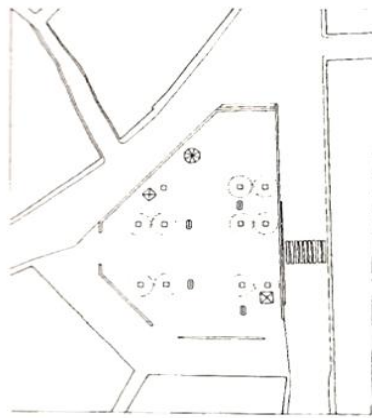
Img. 5.27 – Plaza San Nicolas



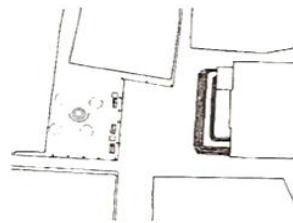
Img. 5.28 – Janela Toledana

## 6. Tipologias do espaço público

Além dos condicionantes topográficos, a era árabe concretizou uma malha urbana que influencia directamente na conformação do espaço público. parte-se do princípio de encerrar a habitação em si mesma. É uma habitação voltada para dentro, enfraquecendo a função da rua. Esta fica como que submersa pelos edifícios. Ao longo do tempo, várias intervenções permitiram um certo desafogo do espaço. Também a implantação dos conventos influi no aspecto arquitectónico assim como no urbanístico. Igualmente o desaparecimento dos cemitérios paroquiais do século XIX, permitiu um desafogo nas imediações dos templos e a criação de novos espaços. Estas folgas no espaço, representam-se em forma de praças e largos de forma e tamanho irregular, dispersas homogeneamente.



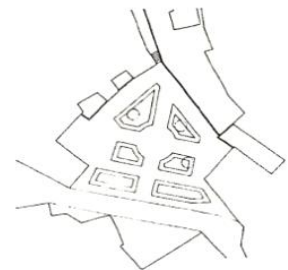
Plaza del Zocodover.



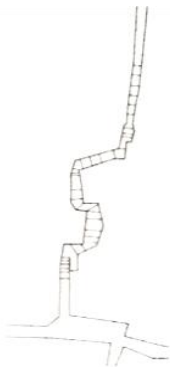
Plaza Mayor



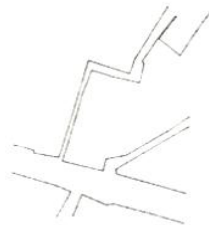
Plaza de Juan de Mariana



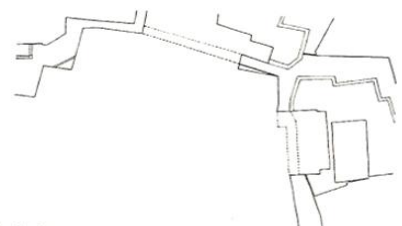
Plaza de San Román



Callejón del Vicario

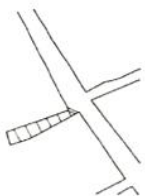


Calle de la Sinagoga

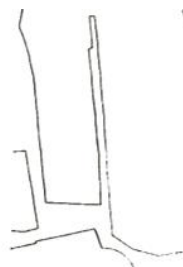


Calle de Santo Domingo el Real.

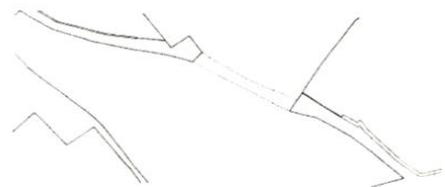
Cobertizo de Sta. Clara



Callejón del cubo



Callejón del Abogado



Calle de San Pedro Mártir

San Pedro Mártir

Callejón del Infierno



Callejón del Diablo

Corral de Don Diego



Fig. 5.12 – Tipologias do espaço público, Toledo

A partir da definição toponímica podemos classificar o espaço público em 3 categorias. Praças, jardins, e espaço linear, sendo que este último contempla as ruas, becos, travessas, alpendres, vielas, declives, encostas, passadiços, passagens.

## 7. Actividades e funções

O centro histórico de Toledo, enquanto parte de uma cidade viva que é, demonstra uma múltipla funcionalidade e apresenta-se como uma cidade activa. Se, por um lado, preserva o seu valor residencial, existe a preocupação de actuar também nos sectores comercial, de equipamentos, infraestrutural, do próprio estacionamento residencial, etc.

É no “Toledo histórico” que se concentram a maior parte das actividades culturais. Não só pela sua herança e pelo seu estatuto histórico, como pela revitalização que tem tido lugar nos espaços culturais, formando o turismo que constitui um motor importante de vitalidade, mas que ainda assim não é exclusivo, como infelizmente se pode observar em muitos dos centros históricos das cidades europeias.

Entre as ofertas culturais, Joan Busquets faz uma distinção de actividades, passivas e activas, sem que necessariamente haja um juízo de valor relativo a cada uma delas.

*“Las primeras corresponderían a las ofertas estáticas, aquellas que el turismo busca como preconocidas: monumentos, iglesias, museos, colecciones, espacios urbanos, singulares, etc. Aunque en ocasiones se pueda ir renovando la oferta, su permanencia en el tiempo las hace susceptibles de ser incluidos en un amplio repertorio de guías. Cabría la posibilidad de incentivar en este campo, aunque de manera más selectiva, ofertas latentes en la ciudad, que dormitan en el anonimato de numerosas casas tradicionales y congregaciones religiosas, en la medida que se puedan garantizar los valores básicos de su uso principal.*

*Complementariamente, los centros culturales activos generan una oferta que se dirige más claramente al residente. Se trata ésta de una alternativa poco presente en el casco histórico de manera permanente, a veces ligada a centros culturales o fundaciones con iniciativas esporádicas, de notable interés pero discontinuas en el tiempo, y en otras ocasiones ligadas a muestras itinerantes, o algunos focos que, como el Teatro Rojas, mantienen una oferta continua”*.<sup>25</sup>

<sup>25</sup> Trad. As primeiras corresponderiam às ofertas estáticas. As que são consideradas como pré-conhecidas: monumentos, igrejas, museus, colecções, espaços urbanos, singulares, etc. Ainda que ocasionalmente se possa ir renovando a oferta, a sua permanência no tempo faz com que estes elementos sejam susceptíveis a estar presentes em inúmeras guias. Existia a possibilidade de incentivar neste âmbito, ainda que de forma selectiva, ofertas latentes na cidade, que estão submetidas ao anonimato de numerosas casas tradicionais e congregações religiosas, de forma a que possam ser garantidos os valores básicos do seu uso principal. Complementarmente, os centros culturais activos geram uma oferta que se dirige mais claramente ao residente. Trata-se de uma alternativa pouco presente no centro histórico de forma permanente, às vezes ligada a centros culturais ou fundações com iniciativas esporádicas de notável interesse, mas descontínuas no tempo, salvo alguns lugares como o Teatro Rojas, em que a oferta é permanente.

BUSQUETS, Joan. *Toledo y su futuro – El plan especial del casco histórico*, Ed. BAU-B-Arquitectura i Urbanisme, S.L., Barcelona (2000)

A configuração da estrutura da oferta cultural dispõe-se sobre um eixo principal formado pelas Comercio, Santo Tomé e Angel, ainda que polarizado nos seus extremos, em torno da zona de Zocodover e San Tomé. Há ainda outro eixo principal, indo este até San Román.

Trata-se de uma estrutura ramificada desde o eixo central mencionado, com derivações que vão até à periferia, quando se reconhece a oferta cultural que se mencionou enquanto passiva.

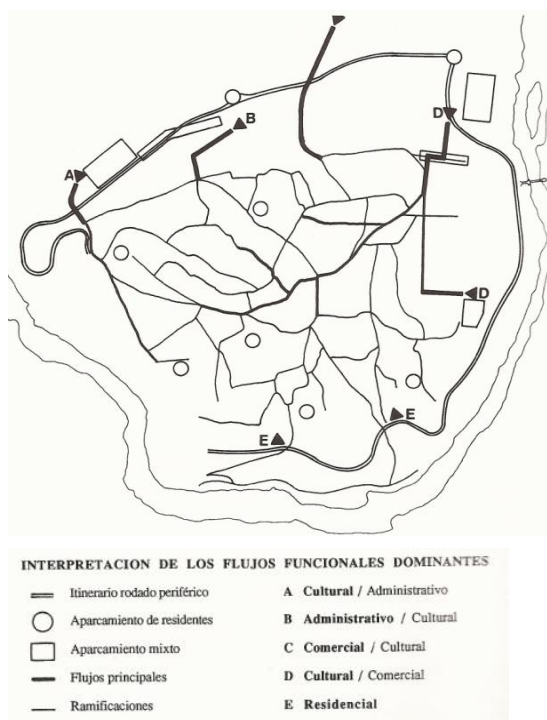


Fig. 5.13 – Eixos funcionais dominantes

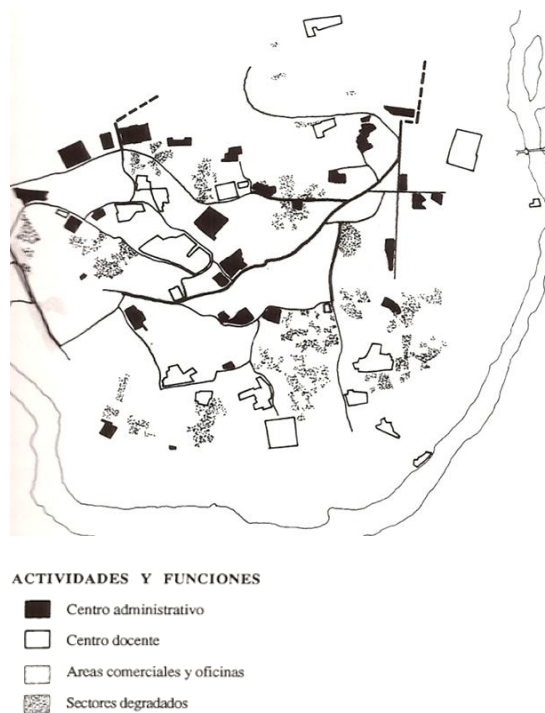


Fig. 5.14 – Atividades e Funções

Nos centros históricos que constituem centros de actividades, é comum que os edifícios históricos de origem religiosa sejam completamentados por actividades preferencialmente administrativas. Constituem actividades que geram fluxos pontuais muito consideráveis, que criam grande mobilidade de pessoas e veículos.

O resto das actividades têm uma geração de fluxos mais difusa. Referem-se os escritórios, os espaços administrativos, o comércio, que em conjunto mantêm uma actividade importante.

A proposta do plano de Busquets reconhece as áreas com funções terciárias já consolidadas e por sua vez favorece outras que se possam ir gerando em torno dos focos administrativos e universitário. Mas a maior preocupação é a actividade residencial, que se foi degradando ao longo dos anos, principalmente nas zonas de menor actividade terciária.



## 8. Toledo e a sua transformação ao longo do tempo

Ao longo do tempo aconteceram transformações notáveis no centro histórico de Toledo, documentadas na evolução da cidade.

A análise dividiu-se em 2 períodos:

O documento cartográfico levantado até 1901 pelo Instituto Geográfico e Estatístico, que incorpora topografia, exclusiva toponímia e transformações em curso, ou previstas. Por outro lado, foram comparadas outras bases históricas, assim como propostas com novos traçados.

A data de 1900 tem um valor especial, já que houveram transformações no centro histórico que transpuseram os limites das alterações que aconteceram anteriormente.

### 1. Período de mudanças até 1901

Não se pretende aqui um estudo histórico exaustivo sobre toda e qualquer evolução que surgiu no centro histórico até então. Procura-se sim destacar, pelo seu detalhe e momento histórico, o plano de El Greco (Início do Séc. XVIII) e pelas suas referências exaustivas a edifícios, o guia de José Reinoso.

Os primeiros módulos de intervenção retratavam construções de pequena envergadura, ainda que importantes na trama urbana.

Em 1660 já se contabilizavam 69 capelas, igrejas e instituições religiosas. Das igrejas conservadas até hoje, 23 já existiam no século XII.

Seguindo o processo de transformação do espaço urbano pelas ocupações religiosas, pouco se pode dizer na fase compreendida entre os séculos XIII, XIV, XV, à excepção da catedral.

No final do século XVI, há que fazer referência às grandes casas senhoriais já existentes, para além do Alcázar e do chamado palácio do Rey Don Pedro. Destacam-se as casas de Cerda, o palácio de Vargas, e a Casa dos Silva, todas elas na frente Norte.

Portoalegre, Fuensalida, Malpica, Los Toledo ou Añover, são algumas parcial ou totalmente conservadas, oferecendo um importante espectro tipológico do palácio de propriedade civil.

Relativamente à malha urbana, é praticamente a mesma que existe actualmente, à excepção do anel periférico que se foi apoderando das muralhas e das margens do rio.

Das praças, algumas tinham origem muçulmana como Zocodover, Colegio de Los Infantes, ou Las Fuentes, outras de origens medievais ou desconhecidas,

como a praça Mayor, a de Colegio de Santa Catalina, Pozo, Amargo, Santa Clara, La Magdalena, Abdón de Paz, Seco, etc.

No século XVI destacam-se ainda a proliferação dos centros religiosos, que contribuiu para o desenvolvimento das comunidades e para a homogeneidade distributiva dos habitantes.

Lentamente algumas igrejas vão desaparecendo, dando lugar a praças, como San Ginés, San Martín, ou San Juan Bautista. A criação de espaços públicos continuou lentamente, dando origem a novos espaços como a Plaza de las Carmelitas e Capuchinas. Outras foram restauradas ou ampliadas como a Plaza de San Vicente, Plaza San Lucas, Plaza de la Montaña, Don Fernando, Melojas, Verde, etc.

Mas a alteração mais significativa deste período, no que diz respeito à malha urbana são as intervenções feitas na zona periférica, que sofreu de massivas demolições, de bastantes casos de remodelação, que deram lugar a futuras reocupações desta área.

Dentro do centro histórico, foram criados novos edifícios de carácter institucional que constituem importantes construções, como a Câmara Municipal, Hospitais de San Juan de Dios e Misericórdia, a Universidade, Hermanitas de Los Pobres, Artes y Ofícios, entre outros.

### **Transformações modernas ocorridas entre 1901 e 1990**

A grande mudança desta época decorre extra muros. Esta tendência de gradual despovoamento que se começou a sentir, fez com que se tomassem medidas políticas urbanas na tentativa de que o centro histórico pudesse oferecer resposta às exigências de vida modernas, assim como a funcionalidade, impondo-se o uso do automóvel.



Img.5.29 - Vista aérea – Toledo (anos 30)

Como se pode observar nesta imagem, apesar da resistência do centro histórico à transformação, houve alterações urbanas, principalmente no que diz respeito ao seu perímetro.

Com excepção à Escola de Artes y Ofícios, o Seminário e a fortaleza, tratam-se de intervenções pontuais, desarticuladas entre si, que podem ter simplesmente a ver com motivos de conveniência (como as novas praças, ou a regularização do traçado de algumas ruas), ou mesmo a dinâmica natural de transformação urbana.

Tirando esta mudança periférica, a zona central do centro histórico tem mantido alguma estabilidade estrutural nos últimos 100 anos.

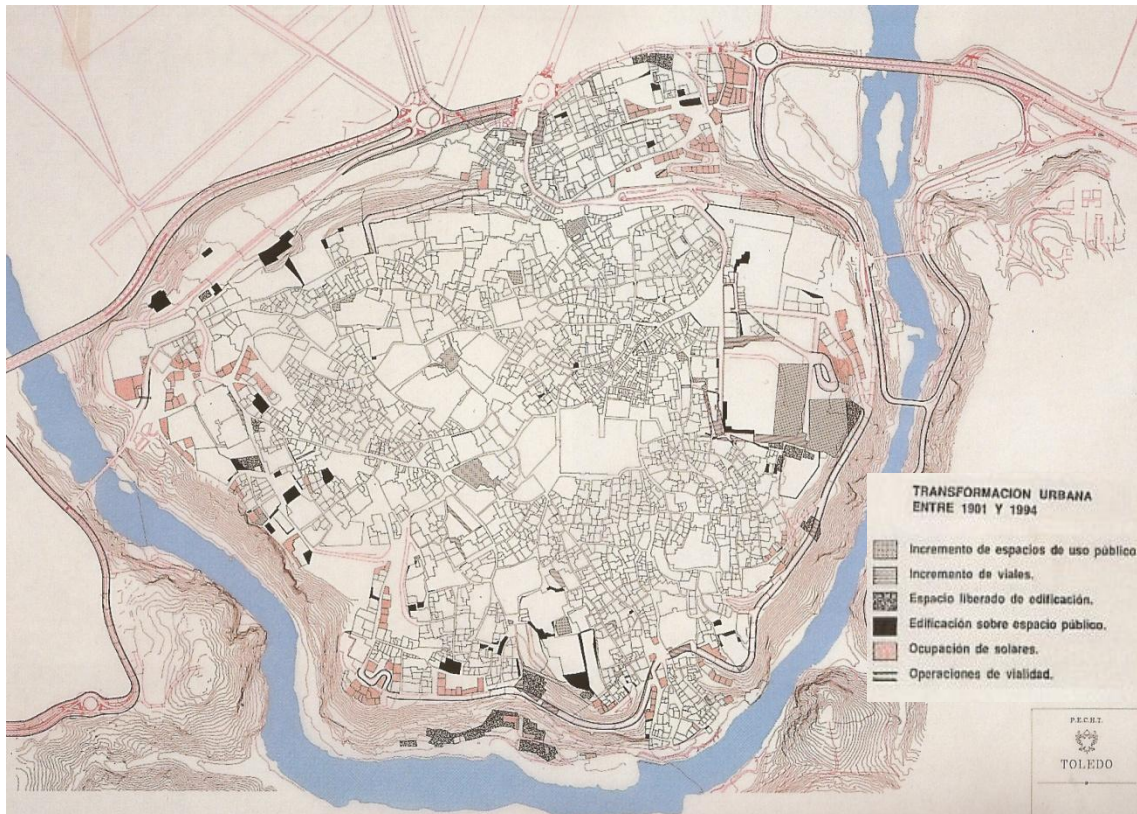


Fig. 5.15 – Transformações urbanas entre 1901 e 1994

A nível de política urbanística, a década de 50-60 criou três tendências de ordenamento do território.

- A progressiva “abertura” do centro histórico, através da criação de espaços livres (pela demolição de espaços construídos)
- Oferta planificada de residência alternativa, com melhores condições que a do centro histórico
- Relocalização de certas actividades administrativas em edifícios monumentais, ou em criações novas, como o caso da Plaza de Zocodover.

O despovoamento do centro histórico foi continuando. Ao mesmo tempo que o centro histórico está fisicamente separado da sua envolvente urbana (pelas muralhas e pela delimitação criada pelo rio Tejo a Sul e a Oeste), mantém um dinamismo de centralidade e de elevada inter-relação funcional

## 9. Dinâmica populacional

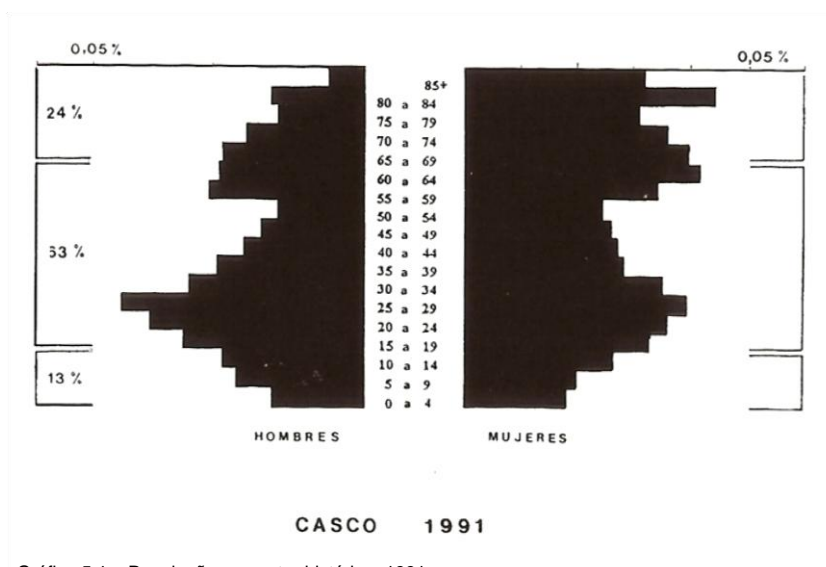


Gráfico 5.1 – População no centro histórico, 1991

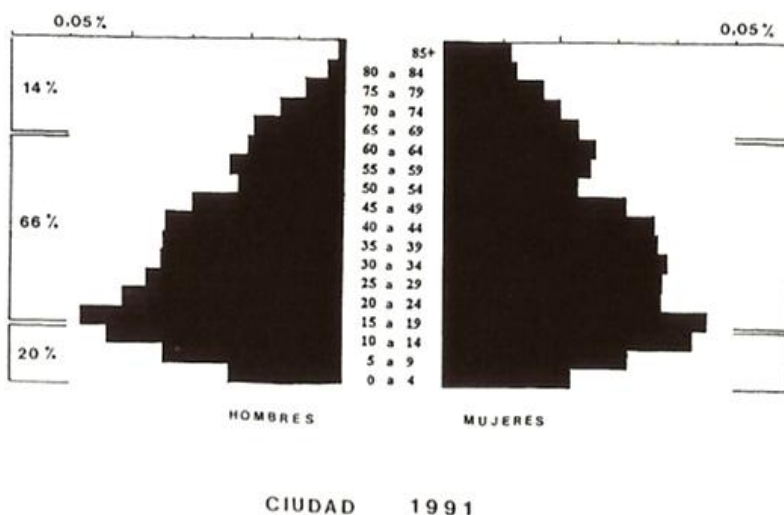


Gráfico 5.2 – População na restante cidade, 1991

Até 1940, Toledo conferia um crescimento populacional lento mas constante. Depois disso, constatou-se um decréscimo.

A diferença para outros centros históricos que também sofreram decréscimo populacional (por motivos de marginalidade, destruição, falta de condições de vida, etc), em Toledo nota-se uma certa afluência de camadas populacionais de classe média e média-alta.

No que diz respeito ao envelhecimento populacional, a composição da população em 1991, demonstrava uma situação que tendia ao envelhecimento cada vez mais acentuado.

A maior parte da população encontrava-se acima dos 55 anos de idade, com um nível de vida limitado, requerendo atenções específicas. Os cambios interculturais



promoveram uma redução da taxa de natalidade. Em 15 anos a percentagem de pessoas com mais de 65 anos duplicou e em proporção idêntica, diminuiu a população com menos de 15 anos.

O movimento migratório impulsionou o desaparecimento gradual das classes sociais mais baixas e um apoderamento do território pelas mais altas.

## **10. O processo de elaboração do plano**

Relaciona uma panóplia de estudos prévios acerca da paisagem urbana, as acessibilidades, os monumentos, entre outros, definindo um marco inicial do qual o plano de Busquets arranca..

O projecto do P.E.C.H.T. foi composto por três fases distintas. Uma inicial de diagnóstico breve e de elaboração de uma nova cartografia do centro histórico. Nesta fase foram diagnosticadas as patologias mais marcadas e que requerem uma análise mais profunda. Entre elas o estudo do tráfego e dos movimentos automóveis, de pessoas e de mercadorias, assim como um primeiro estudo sobre as funções principais e a situação residencial.

Estes estudos levam a algumas conclusões iniciais sobre o tráfego, mas também sobre a importância da implementação da universidade no centro histórico, assim como da reabilitação das zonas adjacentes ao rio e à sua relação com a cidade. A partir daqui, numa fase intermédia, elaboram-se as ideias gerais do P.E.C.H.T.

De início realiza-se também uma proposta de imagem à escala 1/500, que visa resumir os valores espaciais e edificados de Toledo actualmente, como base para sustentar as propostas envolvidas no P.E.C.H.T.

Para estudar melhor este plano e as propostas sobre a cidade, desenvolve-se uma enorme maquete à mesma escala, que contém o centro histórico e a sua área periférica.

Este trabalho é concluído em 1995 e aprovado em 1996 pela corporação municipal.

Por fim, o P.E.C.H.T. é aprovado em 1997, pela Comissão Provincial de Urbanismo da Junta de Comunidades.

## **11. O plano do Centro Histórico de Toledo na cultura de reabilitação**

O P.E.C.H.T. inclui-se num novo culto de reabilitação urbana que está a ser desenvolvido na Europa desde o pós-modernismo.

Esta nova atitude nasce a partir da vontade de conservação monumental, a par da queda das imposições acerca da cidade nova em substituição da cidade existente, que se vinha desenvolvendo desde a época pós-guerra. Surge igualmente do facto do amadurecimento das intenções de salvaguarda e conservação do património enquanto motor enriquecedor das cidades.

Nasce assim a cultura de reabilitação, como uma actividade reflexiva em torno da recuperação, valorizando a cidade existente, tanto a nível monumental, como dos tecidos importantes que formam a urbe, que, ainda que alguns não contenham arquitectura de grande valor, constituem ambientes e espaços interessantes.



A qualidade de vista da colina cria uma relação simbiótica entre o centro histórico e o seu envolvente. Se o objecto elevado é reconhecido a partir de todos os seus ângulos territoriais, resulta num igualmente interessante ponto de vista de quem observa esta paisagem, desde as extremidades do centro histórico ou de alguns pontos dentro do mesmo, onde se vêem as planícies, como as montanhas do sul. A inclinação média até ao rio ronda os 75 metros, e explica o valor paisagístico deste lugar.

Fig. 5.16 - Vistas

## 12. Método do PECHT

O PECHT irá encaixar-se numa orientação dos planos de centros históricos europeus.

O método que se emprega no PECHT, situa-se entre as leis do Solo e do Património (o âmbito jurídico-administrativo) e a preocupação de partir para um processo de conservação e transformação de um centro histórico tão particular.

O projecto deste centro histórico, com todas as suas etapas, demonstra uma sobreposição de formas e padrões urbanos, ou não fosse Toledo uma cidade conhecida por isso mesmo.

A sua estrutura singular apresenta-se como um processo de modificação constante, partilhada com um lento processo de modernização, tanto a nível da actualização dos serviços urbanos, como em modificações para a adequação ao quotidiano.

Este plano é um processo de modificação consensual, que inclui reconstruções, novos edifícios, que adequam a cidade aquilo que é a procura actual e às necessidades da mudança de século, como o mercado, a escola, o teatro, etc.

Esta atitude deve permitir uma estratégia funcional baseada em actividades compatíveis com o centro histórico que albergue o uso misto de residência e de serviços, e que garanta a permanência da singularidade monumental de Toledo. Para isso é necessário conhecer a complexidade de uma cidade histórica e fazer a separação minuciosa das camadas arqueológicas, dos fundamentos urbanísticos e culturais da sua coexistência, e tentar integrar tudo isto numa forma contemporânea.

O PECHT articula-se em três âmbitos. Para conseguir uma coerência e melhorar a situação que era existente na altura, desde os projectos públicos às intervenções privadas, é necessário ter em conta os seguintes pontos:

- os conteúdos funcionais incluem o fortalecimento da actividade económica, a racionalização do tráfego e acessos, com particular atenção ao estacionamento residencial, revitalizando as funções básicas do centro histórico.

- os conteúdos estéticos, referem-se à aposta no valor do património monumental, a requalificação dos espaços públicos e a trama residencial. Também estão relacionados com a protecção da sua relação privilegiada com o território, o espaço fluvial e o restante envolvente. Assim como a classificação do património, o estabelecimento de sectores monumentais, a ordenação do espaço e a melhoria e desenvolvimento dos espaços livres.

- a componente redistributiva, que passa pela simulação de um leque de acções de transformação pública e privada. A definição de Toledo enquanto cidade artística, requer um esforço que evite a especulação dos espaços patrimoniais.

Na análise realizada, pode observar-se a transformação física da cidade. É igualmente importante representar os elementos estruturais estéticos, que ajudam a entender objectivamente os valores intrínsecos da beleza da cidade, e proceder à sua conservação.

Por motivos de prazos a cumprir, o PECHT dá mais relevância às transformações mais recentes, uma vez que estas contribuem mais activamente para entender os padrões culturais e económicos que estão a marcar a modernização de Toledo.



Desta forma, descreveram-se intensivamente três períodos de transformação, a partir da documentação gráfica disponível.

As principais modificações desde o século XV até ao final do século XIX, de 1901 a 1980, e de 1964 a 1994, em diferentes aspectos.

As transformações morfológicas geralmente nasceram a partir das estruturas antecedentes, de forma que criaram uma dicotomia interessante entre as propostas inovadoras e a organização espacial existente.

A parte paisagista e topográfica de Toledo constituem uma grande influência desde sempre, e são portanto, um dos aspectos monumentais mais importantes neste lugar.

O elemento mais importante ao longo do tempo tem sido constituído pela arquitectura civil, que forma estruturas de homogeneidade tipológica e de relação com os espaços públicos. Graças a esta coerência, Toledo apresenta imagens de caracterização globalizadora. Se por um lado, os edifícios representam a essência do lugar, assim como normas para integrar elementos vigentes desde sempre. Assim, as características medievais massivas são reconhecíveis nos espaços públicos, ruas, telhados (em que muitos deles chegam a ocupar um terço da largura da rua), no derramamento de águas para o pátio, etc.



Img. 5.30 – Telhados de Toledo

É com a viragem para o século XX que se procedem às maiores alterações reguladoras, assim como aos projectos de transformação urbana, que deixaram marcas notáveis no tecido do Centro Histórico, nomeadamente na segunda metade do século.

Todavia, pode observar-se que esta época apresenta um centro histórico mais estável, apesar das transformações internas que aconteceram da perda de interessantes edifícios civis, e da banalização de alguns elementos identitários, que contribuíram para a distinção do centro histórico.

Do estudo das tipologias dos edifícios, nem todas as características foram consideradas como tipicamente toledanas.

Algumas casas verticais e casas pátio viram-se ser substituídas por tipos de edificado que foram perdendo os seus valores originais.

Foi possível identificar como casa pátio, aquelas em que o mesmo representa entre 12% a 20% das plantas do piso térreo, e com uma relação base/altura de 50° a 65°, com um lado menor em 2,5m e uma superfície superior a 8m<sup>2</sup> no piso térreo. Normalmente têm entre 1 a 2 pisos.



Fig. 5.17 – Casas pátio características



Fig. 5.18 – Os pátios que também constituem zonas de respiração no centro histórico

A partir desta tabela base, produziram-se alguns tipos de 'casa com pátio', em que se perdem algumas proporções, as alturas aumentam. Surgiram também os solares com pátio, em que este era utilizado por várias parcelas conjuntamente.

Na casa toledana, o pátio constitui uma continuação do espaço público, que passando a fronteira constituída pelo vestíbulo, repassa para o âmbito privado da casa. Estes pátios funcionam como pequenos alvéolos pulmonares da cidade.

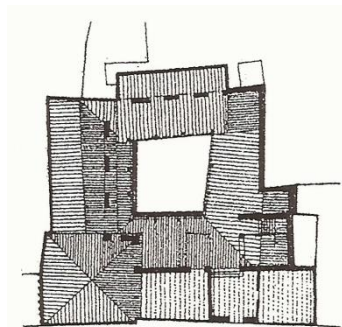


Fig. 5.19 - Casa pátio. Estado actual

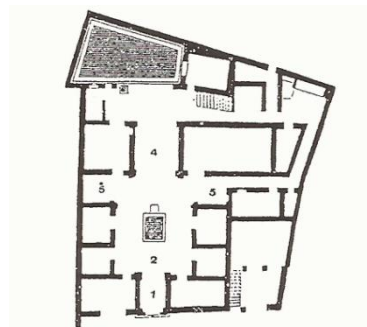


Fig. 5.20 - Casa Romana. Séc III a.C.

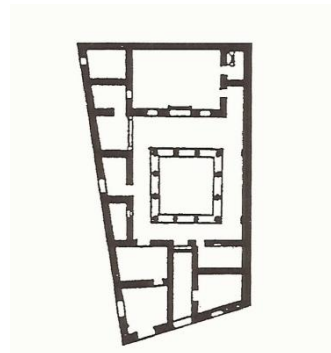


Fig. 5.21 - Casa grega. Séc II a.C.

A maior parte das parcelas habitacionais, têm apenas 30m<sup>2</sup>, e poucas são as que ultrapassam os 50m<sup>2</sup>. Estas obrigaram a que se procedesse ao aumento vertical, para que fossem garantidas as condições e os valores básicos de habitabilidade.

Há que recordar e salientar que, a diversidade de peças que compõem este centro histórico, têm a sua razão de ser.

Considerando a pirâmide demográfica do centro histórico como linha principal de referência (30,7% entre 0 e 24 anos, 36,2% entre 25 e 54 anos, 33,1% com mais de 54 anos), a localização por onde se distribuem os residentes representa grandes oscilações a partir de 2,94 pessoas/ habitação.

Esta população está submetida a uma grande mobilidade, apesar da sua alta taxa de envelhecimento, uma vez que quase 20% ocupa apenas a respectiva habitação por um período inferior a 5 anos.

A nível económico, 59% da população é dependente ou pensionista, e a população activa reparte-se entre 10% de directores e empresários, 26,3% de funcionários, 10% trabalham por conta própria, 40% de assalariados, 13,7% desempregados.

A estrutura habitacional é bastante heterogénea, com 12,4% de habitações com área inferior a 50m<sup>2</sup> (concentradas na zona central do centro histórico), apresentando uma relação proporcional entre a tipologia e área útil de cada parcela. O estado de conservação é inquietante, sendo que 18% necessita de uma reabilitação urgente, e mais 22% em que o restauro é aconselhável. Este problema acaba por reflectir na taxa de desocupação do sector da habitação, em que alguns bairros superam os 30%. Da taxa de ocupação existente cerca de 62% das propriedades são do próprio utilizador, e 38% são alugadas.

O nível de actividade turística é um factor muito importante no centro histórico, uma vez que o comércio tem tendência a aumentar a oferta para as actividades esporádicas, principalmente nos eixos mais conhecidos.

Os equipamentos proporcionam quase um terço das actividades do centro histórico, em 165 edifícios para uso administrativo, religioso, cultural, educativo, e em muitos casos com usos partilhados.

Além da enorme quantidade de edifícios monumentais e de grande interesse, Toledo apresenta uma grande variedade e qualidade ambiental e paisagística. Ruas e encostas, vales, caminhos, praças, miradouros, jardins, largos, becos, encostas, etc, formam um conjunto bem estruturado, que vive numa evidente sintonia com os muros das edificações que configuram o espaço físico.

No total, praças largos, passadiços e jardins, ocupam cerca de 13,7% do centro histórico, sem contar com o enorme número de pátios e claustros privados que se espalham pela urbe.

Este sistema urbano obviamente não foi criado para contemplar o acesso e trânsito de veículos, pelo que este facto entra em conflito. Segundo a estimativa produzida pelo PECHT, entram 20000 veículos no centro histórico por dia, 1500 dos quais são pesados. 40% das entradas dos veículos, deve-se a motivos laborais, 25% por motivos de gestão do centro histórico, e 18% dedicados às razões residenciais. O turismo representa-se numa movimentação diária de 30000 pessoas.

Com 3600 praças, os veículos estacionam em grande parte, nos espaços públicos. A deslocação pedonal é geralmente dominante no centro histórico.

### **13. Proposta**

Normalmente um plano constitui um projecto controlado, em que estão presentes todos os dados informativos. Mas cabe ao plano conter uma visão do espaço num futuro minimamente longínquo, e definir prioridades.

Neste plano, foram definidas 3 dimensões projectuais, tal como já foi referido.

- 1- Propostas estruturais que visam a funcionalidade. Para o PECHT, a primeira prioridade é a reabilitação do sector residencial ao longo de 21 núcleos distribuídos pelo centro histórico. Desde coisas como a homogeneização de certas fachadas, à criação de sistemas de segurança, acessos, segurança contra-incêndios, etc.

Em núcleos mais desagregados e em mau estado, antes de mais há que inverter a tendência ao despovoamento. A equipa de Joan Busquets, identifica quatro estratégias principais para intervenções que englobam os espaços públicos e os edifícios privados.

*“El proyecto global de actuación, de iniciativa publica, comporta la remodelación/sustitución del conjunto edificado y creación de espacio público, sobre suelos públicos y/o privados, la estrategia de rehabilitación de la edificación y la urbanización busca da recuperación de conjuntos edificados de interés, actuando sobre propiedades privadas, en sintonía con la iniciativa pública, en la que la incentivación pública impele a la actuación privada a promover la mejora de sectores deprimidos.”<sup>26</sup>*

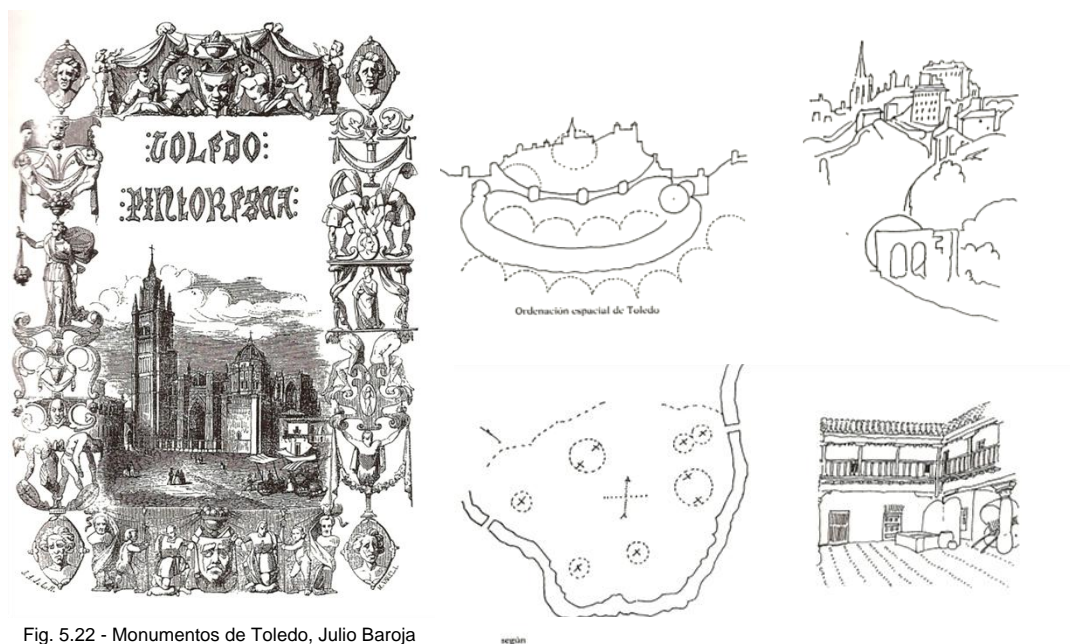


Fig. 5.22 - Monumentos de Toledo, Julio Baroja

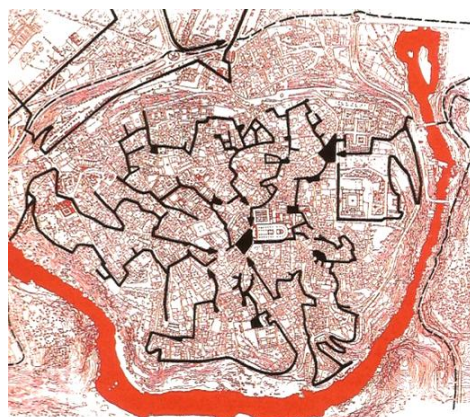
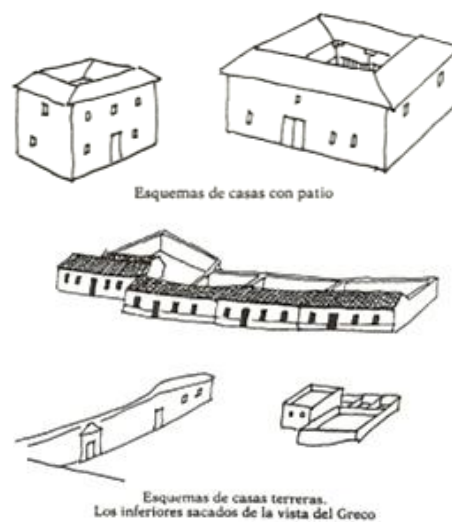


Fig. 5.23 – Estructuras morfológicas



Fig's 5.24 - Rutas de Toledo

<sup>26</sup> BUSQUETS, Joan; *Toledo and its Future – El plan Especial del Casco Histórico*. Barcelona. (2000) p.XXXVII



A nível de acessibilidades, parte-se do conceito que o centro histórico seja maioritariamente utilizado pela maneira pedonal, influenciando uma circulação periférica contínua mas desencorajando os grandes atravessamentos transversais que acabam por trazer pouco interesse ao centro. Os veículos destinados a diferentes usos dentro do centro histórico, são igualmente distribuídos de maneira diferente, inclusivamente no que diz respeito ao estacionamento.

Para facilitar o acesso dos peões, o objectivo foi realizar acessos auxiliares mecânicos que permitam vencer o desnível.

Relativamente aos núcleos mais desfavorecidos, a proposta consiste na criação de equipamentos que potenciem o comércio, e favorecendo também o restabelecimento residencial.

No aspecto geográfico e territorial, será sempre preservada a dicotomia entre a cidade – paisagem, com tudo o que lhe pertence. Ainda a nível paisagístico, é de salientar a intenção de melhorar a qualidade da água do rio, assim como das margens.

2- Propostas de intervenção no reordenamento urbano a nível estético, a percepção das diferenças entre os espaços e os ambientes proporcionados por cada um deles. Isto engloba praças, zonas mais residenciais, jardins, monumentos, claustros, portas de entrada do centro histórico, entre outros.

O carácter monumental tem de participar sempre nas prioridades de qualquer proposta, até mesmo porque é graças a si que este centro histórico é cidade Património da Humanidade. Em pouco mais de 1km<sup>2</sup> somam-se 103 conjuntos de edifícios de carácter monumental, 281 edifícios que o PECHT identifica como tendo valor patrimonial, e 440 outros com detalhes ou características também de interesse patrimonial, sem contar com os possíveis elementos arqueológicos ainda por localizar.

O PECHT tenta então agrupar por categorias os conjuntos de monumentos a fim de dedicar a cada uma o tipo intervenção necessária. Foram assumidos 20 sectores de monumentos “principais”, e 30 sectores de monumentos “complementares”. Dos principais, destacam-se fachadas, colinas e encostas. Dos monumentos complementares, os miradouros, zonas interiores, praças, ruas, eixos, zona fluvial.

Por outro lado, procedeu-se à identificação, parcela a parcela, das características, usos, cêrceas, carácter e protecção monumental. Desta forma, o estudo peça a peça, que é do principal interesse do proprietário, integra-a num conjunto previamente definido.

- 3- Para além de arquitectura e urbanismo, têm de estar presentes naturalmente, as propostas no âmbito económico. O planeamento actual procura fazer um estudo financeiro e económico a fim de definir parâmetros de intervenção, assim como prioridades e fases de execução.

Digamos que não é algo definitivo à priori, mas é uma estimativa que funciona como base de orientação.

O empenho de projectistas, assim como dos órgãos estatais e dos próprios residentes, é essencial para um desenvolvimento eficaz de qualquer plano de reabilitação.

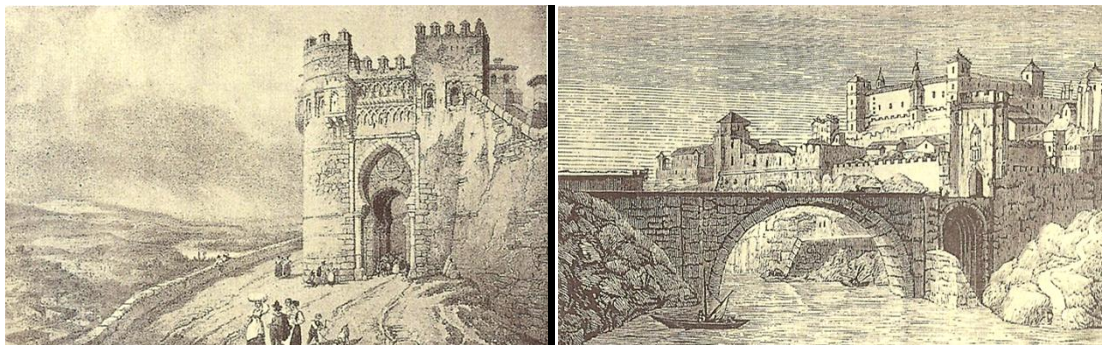


Fig. 5.25 – Toledo antigo

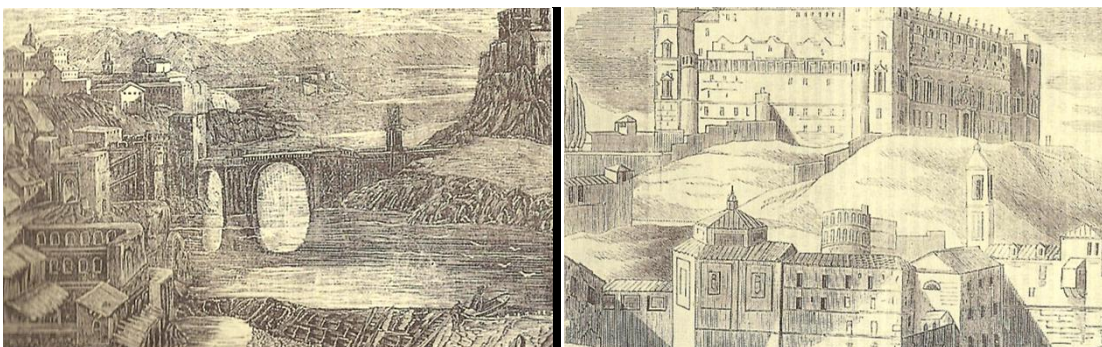


Fig. 5.26 – Toledo antigo

#### a. O Processo de Planeamento

Dado os diferentes tecidos e a heterogeneidade existente, o centro histórico direcciona as estratégias de actuação para divisões diferentes.

1. Centro histórico e territorial e os seus níveis de protecção
2. Valorização do património
3. Cidade colina. Rios, acessos, estrutura, ligações pedonais
4. Dinamização das funções centrais
5. Revitalização do uso residencial



6. Destacar a imagem estrutural e focalizar os centros dinamizadores nas zonas residenciais homogéneas.

Estes objectivos desenvolvem outros aspectos colaterais. Os primeiros 3 itens descritos, resumem as intervenções na estrutura geral e de localização de actividades, que promovem a projecção de Toledo enquanto cidade monumento, com funções culturais, residenciais, turísticas e administrativas.

Estes pontos resumem alguns princípios fundamentais:

- Manutenção e uso activo dos monumentos
- Dinamização das actividades culturais e universitárias, compatibilizando-os com o tecido urbano fornecido pela cidade.
- Destacar a representação do valor administrativo e manter a sua função activa na cidade
- Racionalização da distribuição do tráfego e dos acessos ao centro histórico
- Ter em consideração um eixo de ligação pedonal entre o Campus Universitário já existente, e do que irá existir na planície, constituída pelo passeio Recaredo, criando um teleférico de cadeira para possível transporte de pessoas.

Os itens restantes, resumem as acções em prol da valorização do património existente, enquanto elemento activo da cidade, e o refortalecimento da parte residencial como actividade principal do centro histórico.

- Estratégias à manutenção de edifícios civis e monumentais de menor importância.
- A valorização dos pátios interiores enquanto elementos fundamentais da estrutura residencial de Toledo.
- Dinamizar o sistema de actividades que têm lugar no espaço público como ruas e largos.
- Propiciar a cultura de conservação e aposta no valor daquilo que já existe na cidade, como base inovadora.

Ponto a ponto, o item nº1 contém as seguintes especificidades:

- imagem cultural do território – topografia e urbe, natureza e edificado. As colinas enquanto imagem patrimonial, a catedral os edifícios monumentais, etc.

- a primeira prioridade são as margens e a sua recuperação natural, assim como as colinas e mesmo a envolvente natural, seja o rio, seja o território natural adjacente ao centro histórico, sem traçados ou alterações excessivamente mecânicas que alteram a envolvente geográfica do centro histórico.

- a possível distinção que diz respeito à transição entre a cidade monumental e a realidade moderna, transição esta marcada, entre outros elementos, pela muralha e pela fachada natural.

Há que actualizar a ideia de que o espaço monumental não existe somente para ser contemplado, mas também para ser usado e vivido.

Há que adequar as funções e actividades ao aspecto monumental, sejam elas educacionais, religiosas, culturais, administrativas, etc.

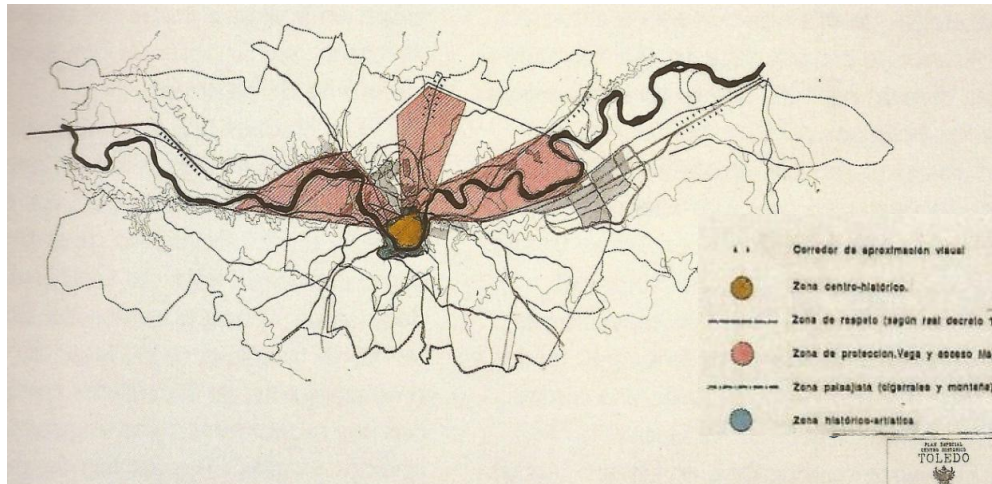


Fig. 5.27 – Esquema de protecção de paisagem e vistas

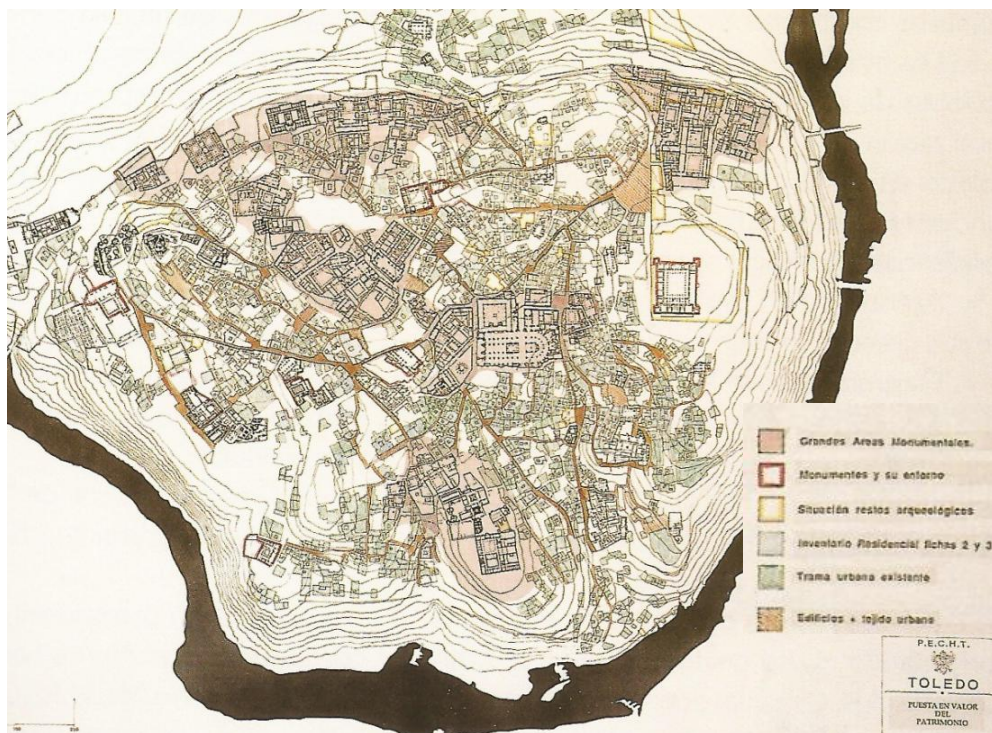


Fig. 5.28 - Usos

Encarar o monumento como um todo, passando pelo lugar, ao conjunto edificado, às variadas influências étnicas e culturais que compõem a urbe, e a forma como elas co-habita, criando um ambiente bastante peculiar.

Os espaços livres interiores são considerados pequenos pulmões da cidade, contribuindo para as condições de habitabilidade e higiene.

Promover tipos de turismo alternativo, para que possam ser apreciados e valorizados os diferentes elementos que compõem carácter monumental.

#### **b. Organização do tráfego e peões**

Os veículos automóveis em tempos vieram romper a harmonia e o ambiente tradicional do centro histórico, uma vez que este constitui um carácter medieval muito forte, pelo que a trama urbana nunca se adaptou muito bem a esta mudança. Para evitar a invasão de automóveis, há que travar os visitantes de aqui entrarem com eles, criando as devidas alternativas de estacionamento, com a comodidade necessária para a deslocação até às zonas mais interiores do centro histórico.

Portanto, ainda que o automóvel seja necessário ao funcionamento do centro histórico, no âmbito residencial e comercial, há que dosear a sua entrada às demais actividades.

- Sugere-se que as viaturas particulares sejam sujeitas a um horário específico, de forma gradual e em percursos pré-destinados e assinalados, de forma a evitar o ruído e desassossego.
- Potenciar a circulação periférica.
- Potenciar o uso de transportes públicos
- Táxi e Bus com paragens ocasionais
- Comboios turísticos ou MiniBuses para o transporte de pequenas distâncias e com paragens mais frequentes
- Criação de lugares de estacionamento para residentes no perímetro do centro histórico e em zonas interiores mais propícias.
- Potenciar os itinerários pedonais, principalmente os que atravessam bairros mais característicos e zonas de interesse cultural
- Organizar a sinalização de tráfego e estacionamento



Fig. 5.29 – Esquema viário do PECHT

Mais medidas específicas:

1. Estacionamento: oferta de estacionamento alternativo evitando o uso das ruas do centro histórico para esse efeito.
2. Trajectos pedonais: em exclusivo ou em regime de prioridade, sem nunca negar o acesso a veículos de emergência.
3. Potenciar o acesso do transporte público desde o exterior do centro histórico, criando um sistema ecológico e pouco poluente.
4. Melhorias pontuais do traçado, principalmente nas margens urbanas. O automóvel pode aceder, concretizar um serviço e regressar. Este modelo pressupõe um controlo presencial, que evite o cruzamento desnecessário do centro histórico.
5. Construção pontual de estacionamentos interiores ao serviço do residente.
6. Criação de áreas de abastecimento e redistribuição, de carga e descarga em pontos de fácil acessibilidade.
7. Sistema de acessibilidade de emergências assim como de serviços básicos
8. Segundo o exemplo de outras cidades europeias, o abastecimento dos espaços comerciais será realizado nas horas de menos fluxo, como por exemplo das 7h às 9h
9. Permissão nocturna de estacionamento residencial





Fig. 5.30 - infraestruturas e serviços

### c. Organização de actividades e funções

O centro histórico de Toledo constitui o centro nevrálgico da actividade terciária e comercial de toda a cidade. Mais precisamente, o comércio supõe 50% das actividades privadas recenceadas no centro histórico. Em relação com o resto da cidade, mantém-se uma grande descompensação e desabastecimento dos restantes bairros residenciais.

Esta descompensação produz movimentos diários consideráveis, ainda que os que tem como finalidade a gestão ou a administração constituem 25,3% das entradas de veículos no centro histórico, e outras finalidades ocupam os 16,2% (compras, escritórios, turismo, etc).

O principal fluxo de veículos que se observava nesta altura, dedicava-se a quem entra no centro histórico por motivos profissionais, o que demonstra o que a terciarização administrativa supõe para o centro,

Respectivamente à redistribuição das actividades deste lugar, pressupõe-se uma divisão das mesmas em que se cria uma franja horizontal, na qual o domínio comercial

sobressai claramente em relação a outras actividades. O sector de serviços apresenta uma certa exclusividade no sector norte, e na zona sudeste.

Propõe-se:

- Crescimento de funções administrativas e educativas, que por sua vez exigirá uma crescente oferta de comércio e serviços
- A remodelação do edificado nas zonas universitários para que a formatação ao seu uso seja adequada ao mesmo.
- Adequar a oferta cultural aos tempos modernos e à vida contemporânea, e respectiva divulgação
- Diversificar a oferta turística para que esta se faça chegar aos diferentes grupos sociais, culturais e económicos
- Sugerir que os edifícios vazios sejam utilizados para fins culturais

#### **d. Reactivação do uso residencial**

- O P.E.C.H.T. considera a reactivação do uso residencial fundamental para manter a diversidade de funções do centro histórico.  
A própria universidade influencia uma procura alargada de apartamentos para professores e estudantes. O uso contemporâneo do C.H. exige que exista um reforço da sua imagem estrutural. Esta está representada por mais variadas vertentes, por exemplo nos espaços entre monumentos, nos bairros residenciais, nos espaços públicos, etc.
- O P.E.C.H.T. visa superar a diferenciação vincada dos factores “monumental vs não-monumental”
- O centro histórico tem um sistema alveolar em que pátios, claustros e jardins são os seus focos respiratórios
- Os espaços livres funcionam como ligações entre grandes áreas residenciais, que precisam de toda a atenção a nível de melhoramento, pois representam zonas de muita actividade e concentração de pessoas
- Deve procurar-se o uso de materiais com alta durabilidade, que possam receber convenientemente o elevado número de pessoas que vivem este espaço



Fig. 5.31 - Acessos



Fig. 5.32 – Eixos existentes e pólos de nova dinamização



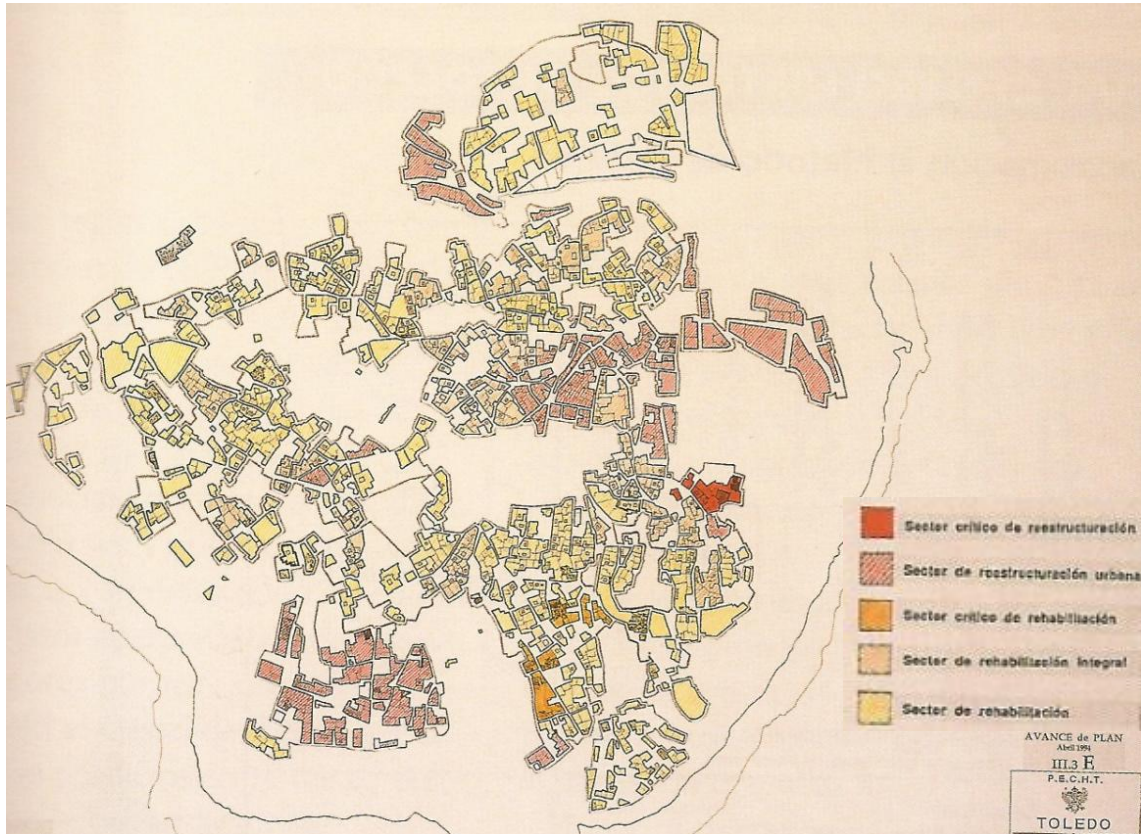


Fig. 5.33 – Avaliação dos Sectores de reabilitação



Fig 5.34 – Esquema de espaços livres



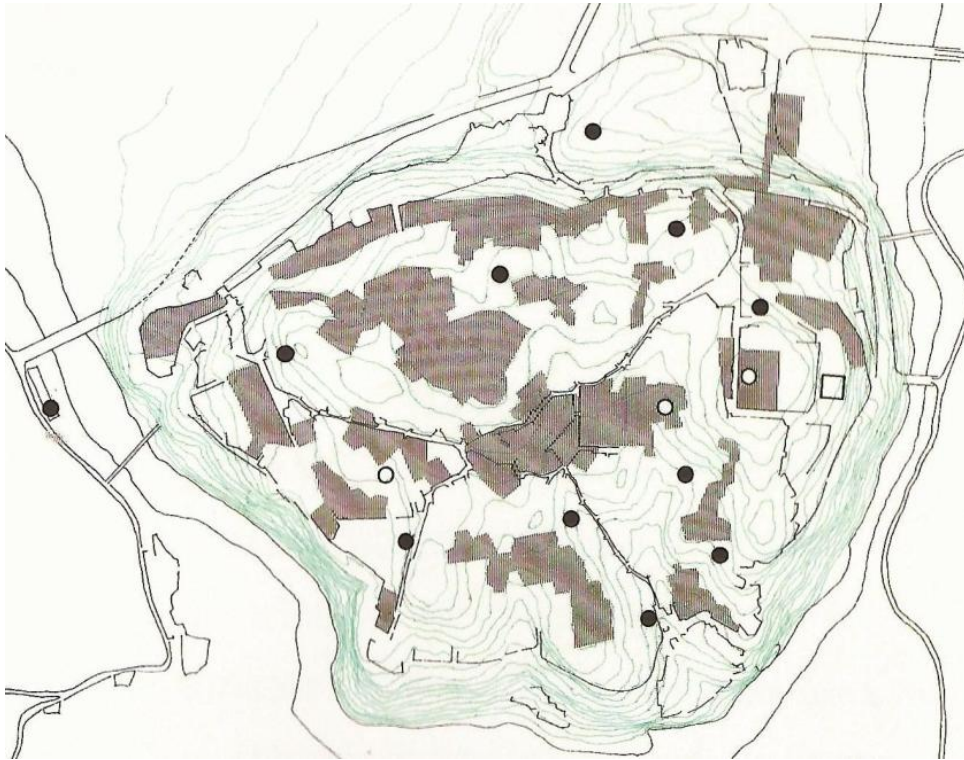


Fig. 5.35 - Esquema de equipamentos

### e. Características das parcelas e da edificação residencial

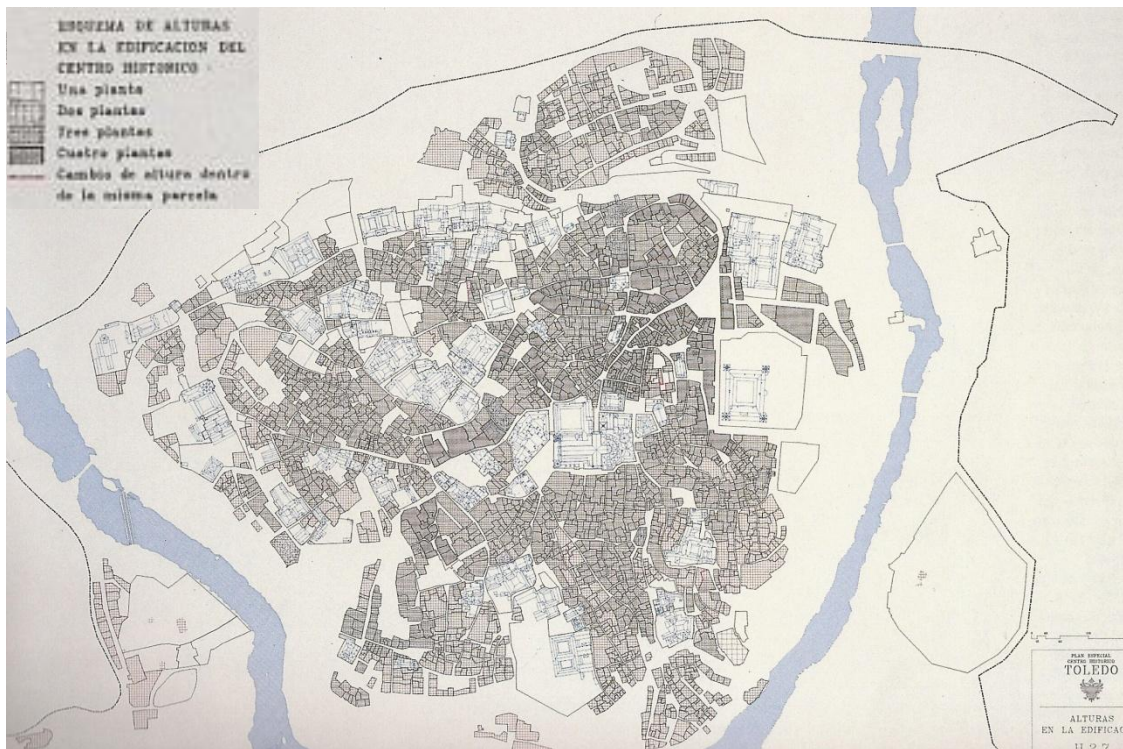


Fig. 5.36 – Planta de alturas

Contabilizaram-se 2192 parcelas com usos administrativos e religiosos. O número total de parcelas é de 2500. As maiores das quais são destinadas a comunidades religiosas e centros institucionais. Estas supõem 3,8% das edificações com mais de 1000m<sup>2</sup> de superfície. O volume principal está entre os 100 e os 250m<sup>2</sup>, com 41,7% das parcelas, seguidos de 37,1% de parcelas com menos de 100m<sup>2</sup>. A percentagem restante corresponde entre os 250 e 600m<sup>2</sup>. Algumas vezes, tratam-se de peças inacessíveis ou de difícil aproveitamento.

Somente 14,9% não supera os 5m de fachada, enquanto que 40% está entre os 5m e os 11m, e 33% está entre os 11m e os 20m.

Dadas as características edificacionais do centro histórico, com ocupação de parcelas em altura, produz-se uma correlação directa entre edificabilidade consolidada e a altura da edificação.

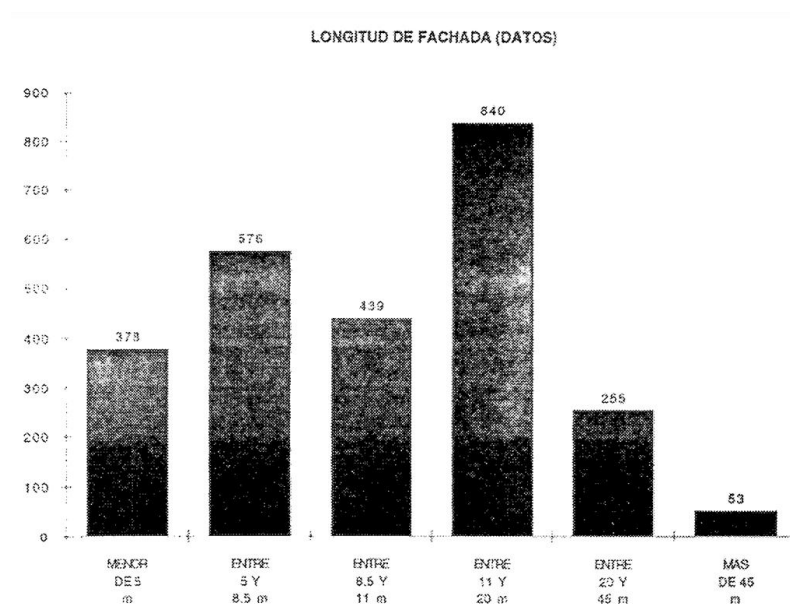


Gráfico 5.3 – cumprimento das fachadas

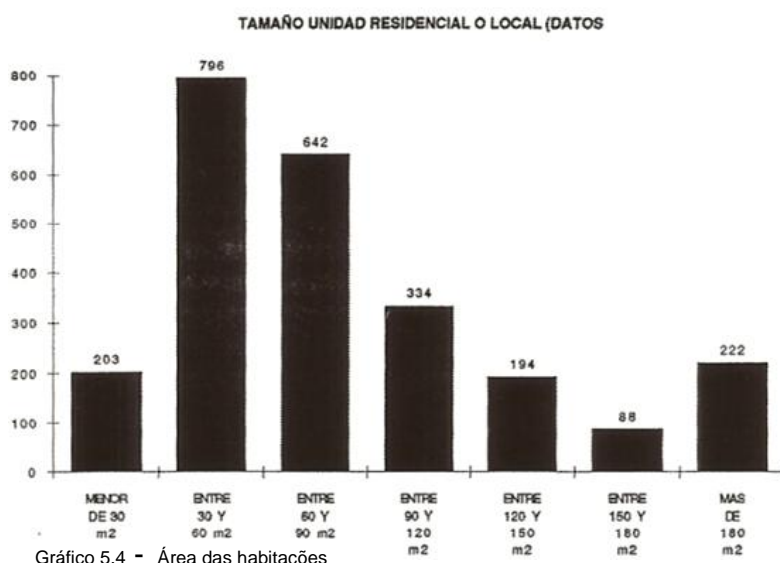


Gráfico 5.4 - Área das habitações

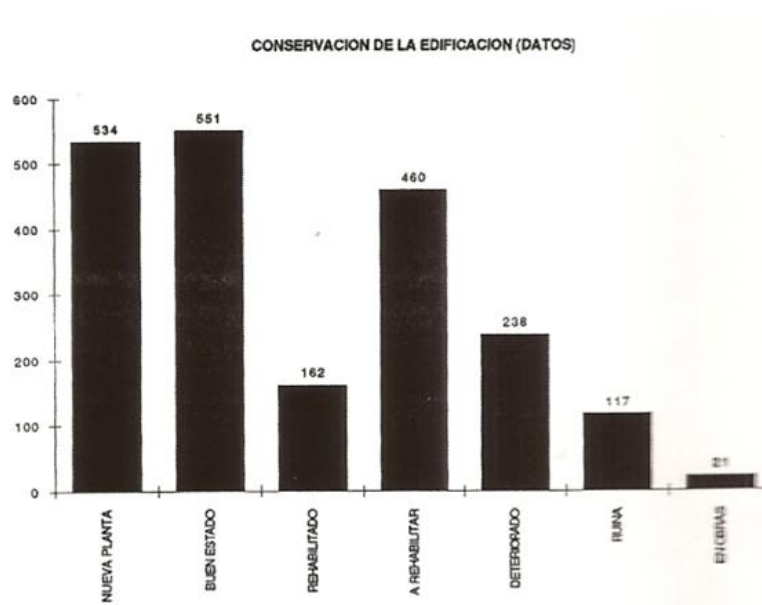


Gráfico 5.5 - Estado de conservação da edificação

Se estabelecermos 4 níveis de edificado (1; de 1 a 2; de 2 a 3; mais que 3) as percentagens correspondentes a cada fragmento são muito equilibradas entre si: 16,3%, 26%, 30,5%, 26,8% respectivamente.

Este resultado não é muito esclarecedor só por si, mas se localizarmos cada edificado correspondente, os resultados são bastante expressivos. Para começar, aparecem bolsas de parcelas bastante densificadas em edificado e com uma altura significativa, como por exemplo o edificado em torno da Calle del Comercio.

Isto significa que as condições de habitabilidade não são as melhores, sendo mesmo precárias, tendo poucas possibilidades de recuperação individual.

De facto é um sector onde existem fortes necessidades de reabilitação e os graus de desocupação são preocupantes. Por outro lado, é a área mais activa do centro histórico.

A análise cruzada das diferentes variáveis permite detectar zonas deterioradas, nas quais é difícil existir uma intervenção individualizada. Por outro lado, há zonas de baixa resistência à substituição por novas peças, que podem ser alvo de importantes transformações futuras e por conseguinte, de expulsão da população actual.

O modelo tipológico das casas reduzidas, dificilmente consegue competir com o que se encontra extra-muros.

A distribuição das parcelas pelo centro histórico, assim como do edificado e das suas alturas, determina áreas, comportamentos e fenómenos muito heterogéneos.

Dada a singularidade de zonas com características dimensionais diferentes, os fenómenos de transformação devem estar particularmente condicionados às diversas identidades.

#### **f. Dinâmica de crescimento**

No que diz respeito a este âmbito, os diferentes dados analisados mostram que, apesar do despovoamento progressivo que envolve o centro histórico, existem indicadores de vitalidade assim como de recuperação com potencial futuro.

O comportamento de tal dinâmica corresponde a duas etapas distintas:

- Momentos expansivos (1950-1980), nos quais a cidade crescia extra-muros, incentivada por políticas de esvaziamento do centro histórico.
- Momentos intensivos (1980-1993), nos quais a cidade se volta para dentro, atraindo nova população, que substitui as camadas mais baixas que tendem a emigrar.

Convém seguir este processo atentamente, já que é desejável manter a população no centro histórico e evitar a expulsão da população nativa, uma vez que o desaparecimento da mesma, influencia negativamente este lugar, podendo provocar uma destabilização da preservação do património.

#### **g. Colina, rio e paisagem**

Um dos factores mais importantes neste âmbito prende-se com o respeito pela trama e pela importância dos elementos naturais.

A relação com a colina estabelece-se a partir de vários processos tais como:

- A remodelação da Avenida de la Cava. A partir da entrada em funcionamento da rede arterial situada na extremidade norte, poderá reduzir-se o seu tráfego, impulsionando os veículos para a via mais próxima ao centro, enquanto que se recupera a Trav. Del Cristo de la Vega, para uso pedestre e de bicicletas.
- Restituição da descida de Cambrón à ermida Del Cristo de la Vega: propõe-se a criação de um túnel artificial que varia entre os 150m e os 200m para tráfego automóvel.



- Remodelação da rotunda de Reconquista, fazendo uma selecção do tráfego que aqui acede feito pelas vias radiais, através de um duplo anel.
- O P.E.C.H.T propõe a criação de dias portas urbanas, que actuem como uma nova forma distributiva entre os meios de transporte e o visitante pedestre. Concretamente, os novos acessos realizam-se no Paseo de Recaedro e nas zonas de Safón e Alficén.

Foi previsto o desenvolvimento do estacionamento em duas fases. A primeira está associada a construção de uma escada mecânica que se situa na zona lateral da colina, vencendo um desnível de cerca de 40m. Estas ajudas mecânicas foram inspiradas em exemplos como o de Lisboa, com o Elevador de Santa Justa.

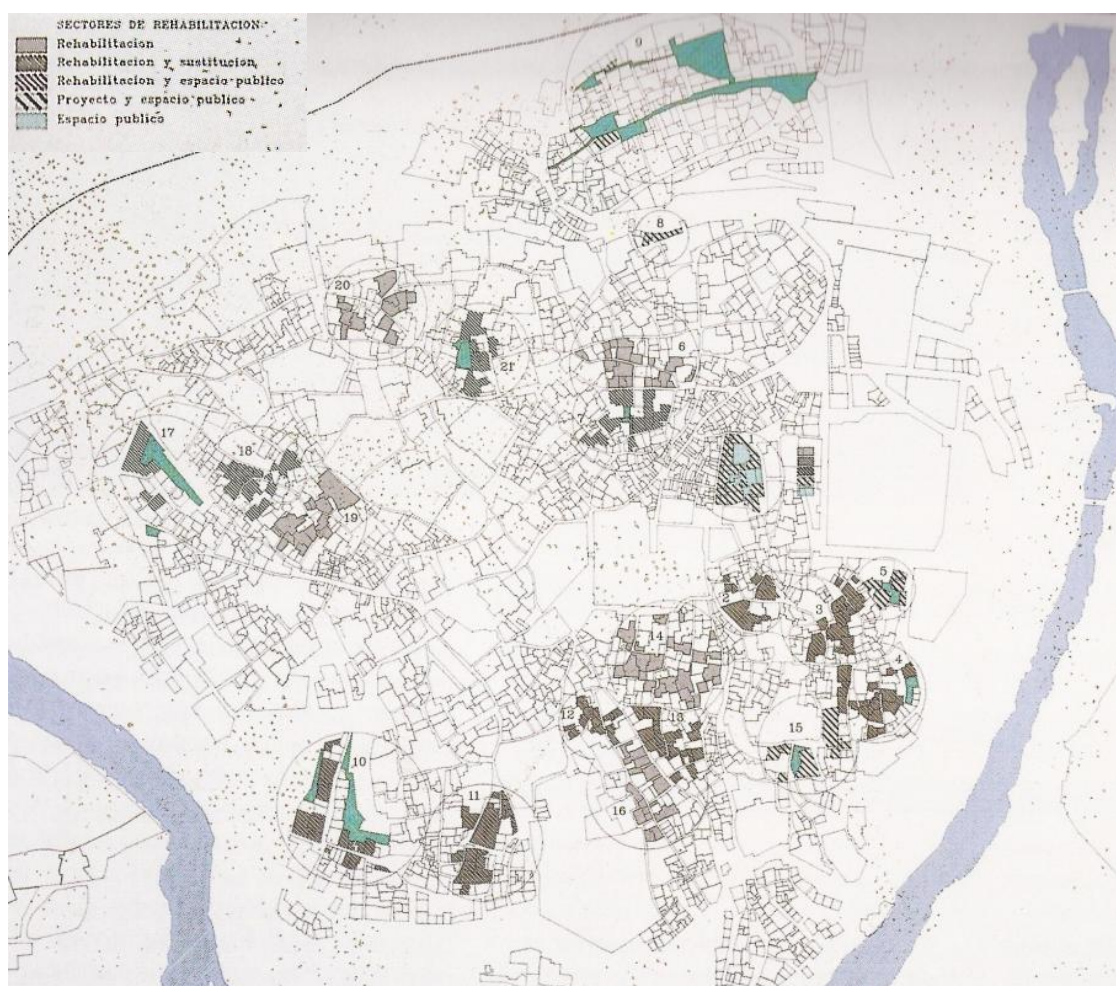


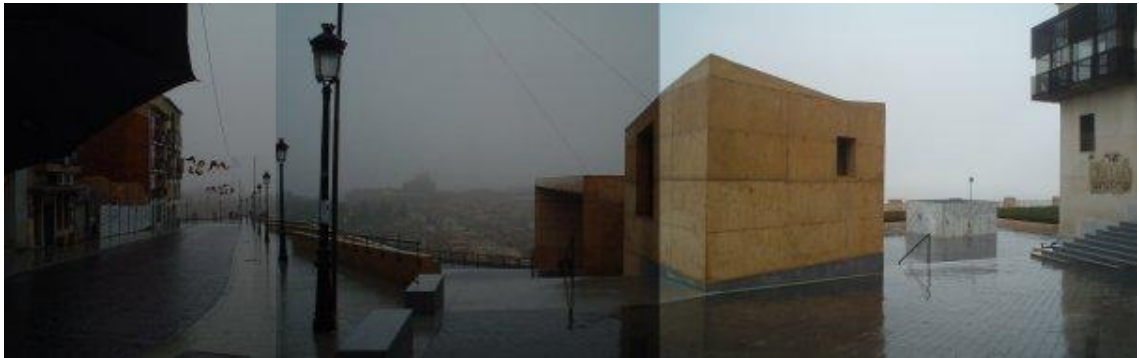
Fig. 5.37 - Sectores de reabilitação integrada



Img. 5.31 – Escadas Recaredo, Toledo



Img. 5.32 – Escadas Mecânicas Recaredo, Toledo



Img. 5.33 – Topo das Escadas Mecânicas Recaredo, Toledo



Img. 5.34 – Escadas Mecânicas Recaredo, Toledo



Img. 5.35 – Escadas Mecânicas Recaredo, Toledo



#### **h. As funções principais e os grandes equipamentos**

A proposta do P.E.C.H.T. tende a reconhecer na generalidade, os equipamentos existentes, com o seu uso actual. Os principais, estão directamente relacionados com as funções elementares do centro histórico:

- Administrativo: Câmara Municipal, delegações governamentais, ministérios, colégios profissionais, instituições cívicas
- Religioso: Catedral, Conventos, palácio do Arcebispo, templos, etc
- Cultural e turístico: Museus, monumentos, centros culturais, bibliotecas, salas de reuniões
- Educação superior: Universidade, estudos especializados, seminário, anexos desportivos
- Residencial: Centros de alojamento temporário geriátrico e juvenil, residências de estudantes.

Estas actividades, à excepção da residencial, mantêm com o centro histórico uma relação simbiótica, já que lhe conferem um grau de interesse cultural e centralidade territorial, servindo-se das suas infraestruturas e sua representatividade, em que por vezes resultam em conflitos funcionais, pela falta de adequação da malha urbana às acessibilidades requeridas.

Em números, os elementos de cada actividade traduzem-se em:

- Administrativo: 55, com 35 centros principais de ocupação total
- Culturais: 25, em que 9 deles são museus e colecções permanentes
- Educação superior: 8
- Religioso: 38, em que 19 dos quais podemos considerar de índole geral
- Residencial: 11, que se podem considerar de serviço geral, ou destinando-se a uma estadia temporária de estudantes.

A localização destes grandes centros obedece à disponibilidade de edifícios reutilizáveis.

A respeito de estes tipos de equipamento, propôs-se:

- San Marcos – remodelação para uso cultural
- Casa de família de El Greco – para uso cultural
- Convento de Santa Fé – centro cultural e de congressos, com a alternativa de reconversão dos níveis comerciais do subsolo de Miradero, e a sua conexão com o bairro de Antequerela e o Tejo



Fig.5.38 – Equipamentos propostos

## i. Espaços Verdes / Praças / Pátios



Fig. 5.39 - Espaços livres de edificado



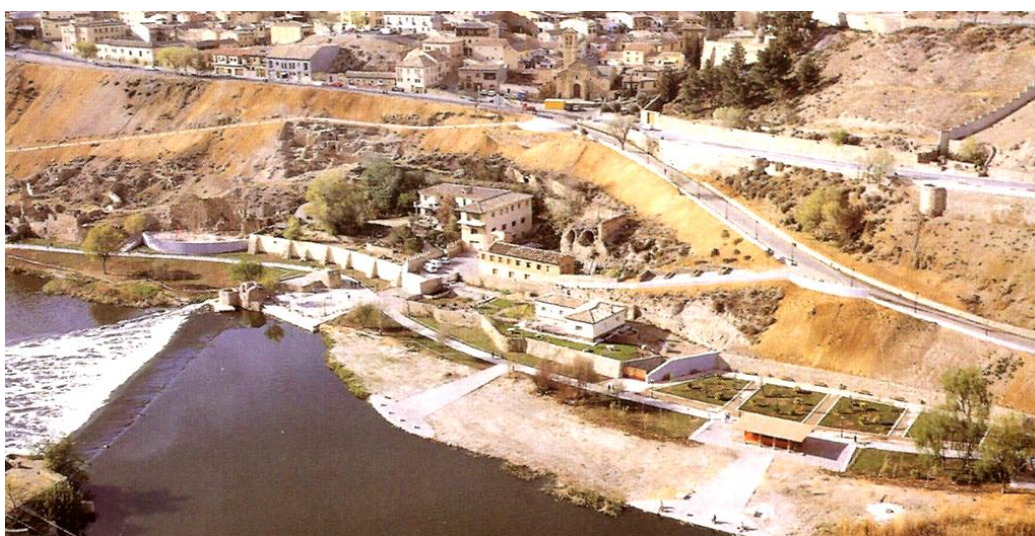
Procura-se aqui encontrar soluções para aumentar a acessibilidade a pátios e claustros, abrir os jardins ao público, que, ainda que com limites de segurança, tenham aberturas pontuais, permitindo inclusivamente a manutenção e a limpeza destes espaços, enquanto prolongamento do espaço público.

As praças, pátios, jardins privados, etc, estão espalhados um pouco por todo o centro histórico.

- Nordeste (centro e Alferitos): praças
- Noroeste (Conventos e Cobertizos): claustros, pátios maiores privados e praças
- Sudoeste (Judería): Jardins públicos e praças
- Sudeste (Mudéjar): Jardins, pátios privados e praças

A nível de propostas em espaços públicos, classificam-se as seguintes intervenções:

- Espaços livres públicos propostos: praças, jardins, espaços não edificados, miradores, passeios.
- Reabilitação de jardins de acesso controlado
- Melhoria ou reurbanização de praças e jardins
- Reabilitação ou reurbanização de eixos urbanos



Img. 5.36 – Espaços a reabilitar na frente ribeirinha

#### **j. Reabilitação prioritária do sector residencial**

As actuações em matéria de reabilitação e melhoramento da habitação que se agrupam no presente item, correspondem aquelas que requerem uma intervenção que se pode chamar de necessariamente urgente em muitos casos, uma vez que além de

se poderem estar a perder edifícios de interesse, estes estão a afectar a própria segurança de edifícios vizinhos.

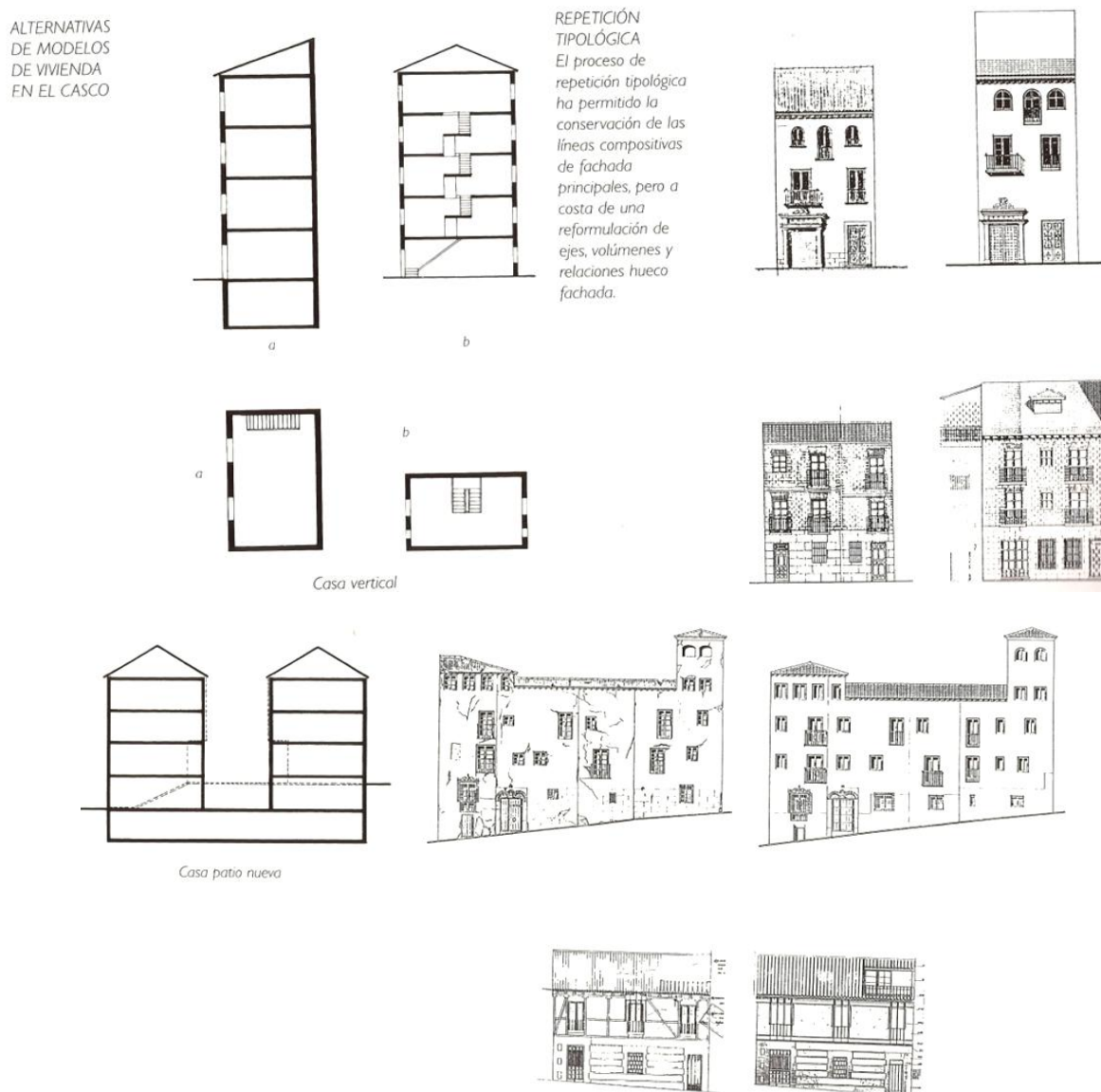


Fig. 5.40 – Proposta de reabilitação residencial. O antes e depois das fachadas

Por outro lado, alguns são foco de degradação que tendem a expandir-se em detrimento da qualidade de vida do centro histórico.

São sectores nos quais se intervém mediante a reabilitação ou substituição, melhoramento do espaço público ou procedendo a novas criações ao serviço da residência e integradas nas intervenções.

Nas propostas apresentadas, a maioria das tipologias assemelham-se. Estiveram previstas adições de áreas, nomeadamente no caso de habitações verticais,

modificações em interiores por uma questão de salubridade, sempre que necessário, e algumas demolições, quando a funcionalidade e o mau estado do edifício em questão não deixava outra solução. Muito importante de referir, foi melhoramento e actualização de fachadas, tentando ao máximo manter a definição de quarteirão, e a métrica rítmica correspondente aos edifícios.

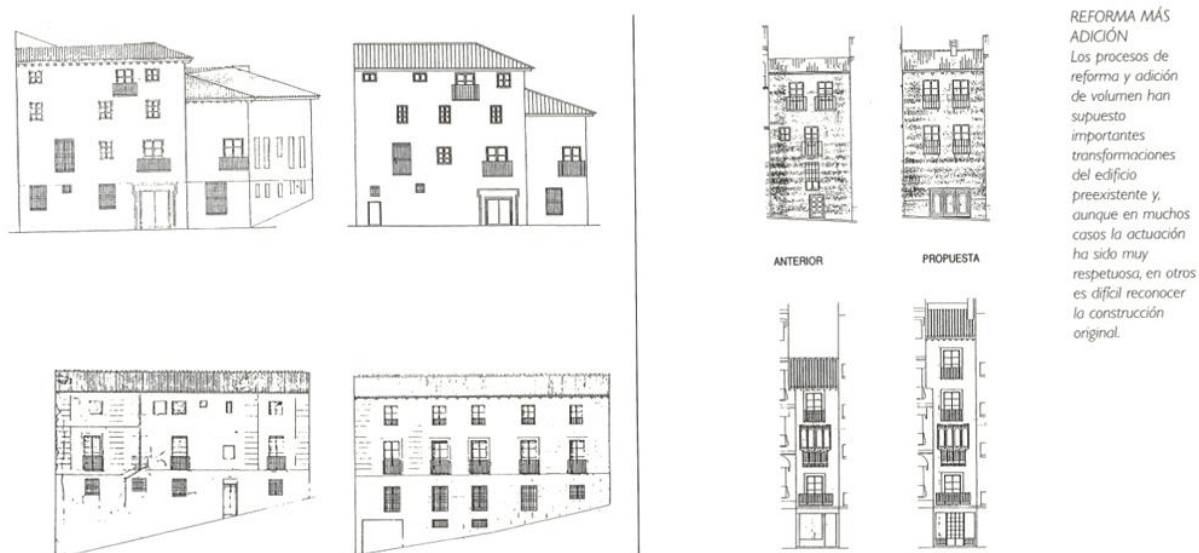


Fig. 5.41 – Restauro com adição de volumes.

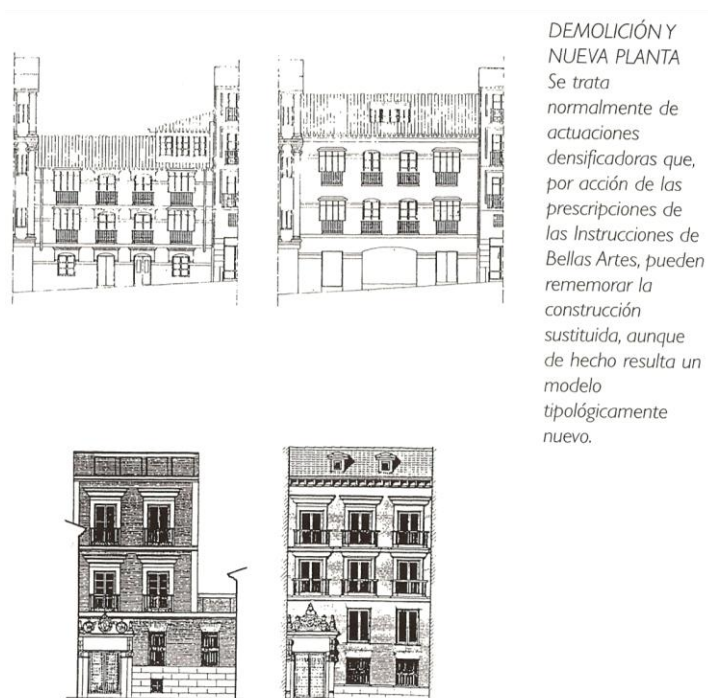


Fig. 5.42 – Demolição de elementos e realização de novas plantas

Para o desenvolvimento destas intervenções, previu-se a colaboração de titulares e/ou então ocupantes dos imóveis em questão, principalmente nos casos de reabilitação.

### **k. O avanço do plano**

A diversidade de intervenções no centro histórico apresenta-se como um instrumento único que incorpora muitas modalidades, que comporta um suporte de imagens que permite distinguir os edifícios, espaços livres, valores tradicionais e também novas propostas. Oferece-se à cidade, uma maquete com individualização de edifícios, conjuntos monumentais, caracterização dos espaços, e por aí fora, que é essencial ao conhecimento da dimensão e complexidade presente no centro histórico.

Resumidamente o P.E.C.H.T. procura uma mecânica inductora mediante a incorporação de melhoras pontuais na cidade. Para tal, estabelece mais de 60 operações de diversa índole, tipo e tamanho, dentro do centro histórico, ainda que este pudesse admitir muitas mais, dada a complexidade do mesmo.

O plano desenha uma clara estratégia para a sua recuperação e dinamização urbana.

## Considerações finais



## Considerações finais

Com esta investigação pode-se concluir que a identidade urbana é um conceito complexo. O que a define num lugar, é diferente do que a define no outro. Cada um tem a sua especificidade, influências, génese, geografia, morfologia, etc. É cada um destes elementos que ajuda a definir aquilo que pode ser a identidade de um local,

Quando se procede à reabilitação de um centro histórico, é muito importante que seja feita uma análise desta identidade (como se pôde observar no plano de Busquets), em que se começa por encontrar influências que promovem a evolução do local ao longo dos tempos, a sua morfologia (que engloba a definição da rua, dos espaços públicos, o ritmo das portas e janelas, a conformação dos quarteirões, etc), perceber as actividades locais e o potencial do centro histórico a receber novas actividades que possam ser benéficas ao seu desenvolvimento.

É essencial que o centro histórico seja autónomo e responda às necessidades dos habitantes. E para isso é preciso realizar intervenções com vista na contemporaneidade, na salubridade das habitações e restantes espaços, em suma, nas respostas ao quotidiano.

Pode-se dizer que a identidade está em constante processo de evolução e aperfeiçoamento, pois necessita adaptar-se às exigências dos tempos. O fundamental, é que se mantenha a autenticidade, e que não se percam memórias deliberadamente.

A história pode ser reconstruída e inventada à medida do que é necessário, respeitando os momentos que a fizeram crescer.

É necessário ter respeito por cada lugar, e ter consciência que cada intervenção é singular e irrepetível de sítio para sítio. O que acontece hoje em dia com a chamada arquitectura internacional, jamais poderá ser viável no âmbito da revitalização dos pontos históricos de uma cidade. A identidade não serve só para prolongar a génese e a história, como também para promover o sentido de pertença a quem habita a cidade, dado que a apropriação do território é essencial para que esta seja vivida e bem conservada.

O caso de estudo tratado, demonstra que a reabilitação de um centro histórico começa por um período de estudo aprofundado desde a génese, passando pelos conceitos e transformações que foram surgindo, na tentativa de oferecer ao património (monumental, civil, social, etc) uma intervenção valorizadora, terminando em estratégias e intervenções que devolvam os habitantes ao centro histórico, com tudo o que estes necessitam para fazer uma utilização integral deste lugar.

O centro histórico, com todas as memórias e mais-valias que possui, tem de ser parte integrante no tempo presente, a nível urbanístico, arquitectónico, cultural e social.

Apesar de não podermos transportar soluções adoptadas noutros centros históricos, podemos usar as experiências que as intervenções noutros lugares nos dão a conhecer, de maneira a que se possam desvendar caminhos e estratégias a adoptar para chegar à solução pretendida. Estes exemplos ajudam-nos a clarificar os aspectos a ter em conta no centro histórico onde vamos intervir.

O velho traz sabedoria e transporta a génese. O novo traz evolução.

## BIBLIOGRAFIA

### Bibliografia Principal

- AGUIAR, José. **Cor e Cidade Histórica – Estudos Cromáticos e Conservação do Património**. F.A.U.P. Publicações, (2005)
- Arquitectura e Construção – **Identidade Reconquistada – Projectos de Recuperação**, nº60, Abril/Maio (2010)
- ARCHIVAL. Jornadas **Internacionales Sobre Rehabilitación de Centros Históricos**. Ed. Archival, Valência (2000)
- BUSQUETS, Joan. **Toledo y su Futuro – El Plan Especial del Casco Histórico**. Ed. BAU-B-Arquitectura i Urbanisme, S.L. (2000)
- CAMPANELLA, Christian. **Obras de Conservação e Restauro Arquitectónico**, Câmara Municipal de Lisboa, (2003)
- CASTILLO, M.A. **Ciudades Históricas: conservación y desarrollo**. Fundación Argentari – Visor Dis, Madrid (2000)
- CHAVEZ, Arturo; Quenemoen, David. **Architecture and Identity**. Page Southernland Page
- CLARK, Joe; Samuels, Ivor. **Character and Identity**. English Heritage, (2008)
- FOX, Geoffrey; Torre, Susana. **Architecture and The Construction of Cultural Identity**. Torre-Fox AAT, (2007)
- **II Fórum Ibérico Sobre Centros Históricos**. Câmara Municipal de Cascais, Março (2005)
- JOKILEHTO, Jukka. **A History of Architectural Conservation**. Butterworth Heinemann, (2002)
- MAGALHÃES, **Andreia**. **Reabilitação Urbana – Experiências precursoras em Lisboa**. Ed. Parque Expo, Lisboa (2008)
- PEIXOTO, Paulo. **A Identidade Como Recurso Metonímico dos Processos de Patrimonialização**. Revista Crítica de Ciências Sociais, nº70, Dezembro (2004)
- PEIXOTO, Paulo – **Centros Históricos e Sustentabilidade Cultural das Cidades**, FLUP (2003)
- PICKARD, Robert. **Management of Historic Centres**. Spon Press, Londres (2001)

- ROCA, Zoran; Oliveira, José António. ***A Paisagem Como Elemento de Identidade e Recurso Para o Desenvolvimento***, CEGED, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
- SILVA, Armando Coelho Ferreira. ***Ciências e Técnicas do Património***. Revista da Faculdade de Letras, Série I, Porto, (2002)
- SUSTELO, Michael Diogo. ***A Participação do Cidadão na Reabilitação dos Centros Históricos***. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitectura de Lisboa

### Bibliografia Complementar

- BACON, Edmund. ***Design of Cities*** – Ed. Penguin Books, (1976)
- BYRNE, Gonçalo. ***Gonçalo Byrne – Obras e Projectos***. Ed. Blau, (1998)
- BUSQUETS, Joan; CORREA, Felipe. ***Ciudades x Formas: Una nueva mirada hacia el proyecto urbanístico***. Nicolodi Editore – Harvard University, Graduate School of Design (2007)
- CHING, Francis D. K.. ***Arquitectura – Forma, Espaço e Ordem***. Ed. Martins Fontes, (2005)
- CHOAY, Françoise. ***Alegoria do Património***. Edições 70, (2008)
- CORDEIRO, Graça Indias. ***Um lugar na cidade. Quotidiano, memória e representação no Bairro da Bica***. Ed. Dom Quixote, Lisboa (1997)
- CULEN, Gordon. ***Paisagem Urbana***. Edições 70, (2009)
- CUNHA, Rui Manuel Maneira. ***Elementos Caracterizadores da Arquitectura Urbana***. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitectura de Lisboa
- D'ALFONSO, Ernesto; Samsa, Danilo. ***Guia de História da Arquitectura – Estilos Arquitectónicos***. Ed. Presença, (2006)
- ECO, Humberto. ***Como Se Faz Uma Tese***. Ed. Presença, (2009)
- GOITIA, Fernando Chueca. ***Breve História do Urbanismo***. Ed. Presença. (2003)
- GUILLAUME, Marc. ***A Política do Património***. Ed. Campo das Letras, (2003)
- JACOBS, Jane. ***Morte e Vida de Grandes Cidades***. São Paulo. Ed. Martins Fontes (2001)
- LAMAS, José M. Ressano Garcia. ***Morfologia Urbana e Desenho da Cidade***. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian (2004)
- LYNCH, Kevin. ***A Imagem da Cidade***. Edições 70, (2008)
- PLATÃO; ***O Banquete***. Ed. 70. Lisboa (2007)
- RASMUSSEN, Steen Eiler. ***Arquitectura Vivenciada***. Ed. Martins Fontes, (2002)

- ROSSI, Aldo. **Arquitectura da Cidade** – Ed. Martins Fontes (2001)
- RUSKIN, John. **The Seven Lamps of Architecture**. Ed. John Wiley and Son, (1865)
- RUSKIN, John. **The Stones of Venice**. Da Capo Press, (2003)
- SARAIVA, Clara. **Aldeia da Luz**. Centro de Antropologia Cultural e Social, I.I.C.T.
- VENTURY, Robert. **Complexidade e Contradição em Arquitetura**. São Paulo. Ed. Martins Fontes, (2004)
- VIEIRA, Álvaro Siza. **A reconstrução do Chiado – Lisboa**. ICEP, (2000)